

53900 035954/2014-60

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF SOB N° 02.384.613/0001-03 com sede na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, Av. Transcontinental, n° 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460 e estúdios e sistema irradiante localizado á Avenida Presidente Vargas esq. com Rua Seringueira, quadra 077, sala 4, CEP: 78970000, na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia; empresa, devidamente constituída e licenciada em 17/03/2011, com autorização de utilização de radiofrequência emitido pela ANATEL através do ato n° 67.993 de 19/10/2007, publicado no Diário Oficial da União do dia 22/10/2007, seção 1, pag. 46; da mesma forma outorgada nos termos da Portaria n° 727 de 10/05/2002 e publicado no Diário Oficial da União do dia 15/05/2002, seção 1, pag. 222 e 223, assim como com Decreto Legislativo n° 578 publicado no Diário Oficial da União do dia 19/08/2004, seção 1, pag. 4. Vem respeitosamente por meio do seu procurador à presença de Va. Exa. **REQUERER A RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para a execução do serviço de radiodifusão comercial em frequência modulada - FM; na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, **para o período de 2015/2025**, nos termos da lei e regulamentos que regem o serviço de radiodifusão neste país.

São Miguel do Guaporé/RO, 16 de dezembro de 2014.


LUIZ FERNANDO LUTH
PROCURADOR

MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL
Em 17 / 12 / 14
Nome Legível mauricio



RELATORIO DE DOCUMENTAÇÃO

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

CARDOSO & FERNANDES LTDA

- REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL NA LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL DO GUAPOREIRO PARA O PERÍODO 2015/2025.
- DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA, DE QUE: (I) NÃO POSSUI AUTORIZAÇÃO PARA EXECUTAR O MESMO TIPO DE SERVIÇO NA LOCALIDADE OBJETO DA CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO QUE SERÁ RENOVARADA; E (II) NÃO EXCEDERÁ OS LIMITES FIXADOS NO ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, CASO HAJA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA.
- DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA, DE QUE SOMENTE BRASILEIROS NATOS EXERCERÃO OS CARGOS E FUNÇÕES DE DIREÇÃO, GERÊNCIA, CHEFIA, DE ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DA OUTORGA A SER RENOVARADA.
- CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVA AO EMPREGADOR (OU COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS).
- COMPROVANTE DE REGULARIDADE COM O FISTEL.
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO INSS.
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS.
- CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, EXPEDIDA PELA RECEITA FEDERAL.
- PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA.
- PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.



DECLARAÇÃO

A CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF SOB N° 02.384.613/0001-03 com sede na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, Av. Transcontinental, n° 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460, neste ato, representada por seu bastante procurador o Dr. LUIZ FERNANDO LUTH, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob n° 3.895.848-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 530.053.769-15, declara que: Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão comercial em frequência modulada - FM; na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos da lei e decretos que regulam o serviço de radiodifusão neste país.

São Miguel do Guaporé/RO, 16 de dezembro de 2014.



LUIZ FERNANDO LUTH
PROCURADOR

DECLARAÇÃO

A CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF SOB N° 02.384.613/0001-03 com sede na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, Av. Transcontinental, n° 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460, neste ato, representada por seu bastante procurador o Dr. LUIZ FERNANDO LUTH, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob n° 3.895.848-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 530.053.769-15, declara que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada para a execução do serviço de radiodifusão comercial em frequência modulada - FM; na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos da lei e regulamentos que regem o serviço de radiodifusão neste país.

São Miguel do Guaporé/RO, 16 de dezembro de 2014.



LUIZ FERNANDO LUTH
PROCURADOR

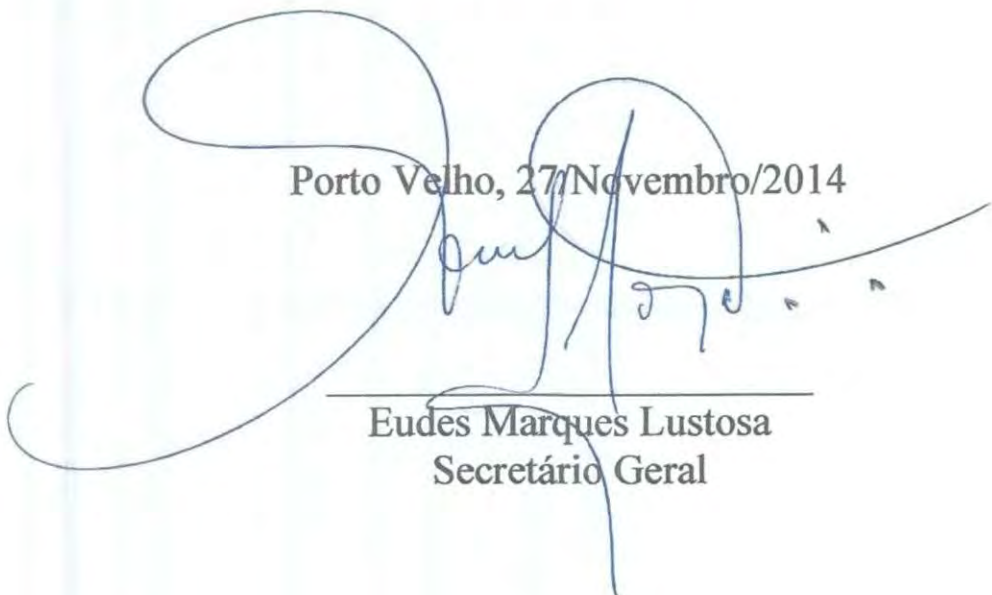




CERTIDÃO

Certificamos, para fins de direito, não constar em nossos registros – até estada data - qualquer débito ou pendência da empresa **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF SOB N°, 02.384.613/0001-03, estabelecida na Av. Transcontinental, nº 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460, na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, junto a esta entidade.

Porto Velho, 27/Novembro/2014



Eudes Marques Lustosa
Secretário Geral





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
30/04/2010	2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616			912.009.019.88973-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
R JOSE BONIFACIO	1149		07.270.802/0001-60	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF	
OLARIA	76801-230	PORTO VELHO	RO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
CARDOSO E FERNANDES LTDA			02.384.613/0001-03	
Endereço	Número	Complemento		
AV TRANSCONTINENTAL	938			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
76900-091	CENTRO	JI-PARANA	RO	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
60.000,00

Nº Empregados Contribuintes
2

Capital Social - Estabelecimento
60.000,00

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento
2

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
66,66

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa
107,63

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado
174,29

104-0 10499.78891 73617.702363 46130.001012 5 45880000006666

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
912.009.019.88973-0	023846130001	66,66	30/04/2010	2010

Autenticação Mecânica

174/29RD1001

CE#43350212014003241000176

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616		Vencimento 28/11/2014		Exercício 2011	
Endereço R JOSE BONIFACIO		Número 1149		Código da Entidade Sindical 912.009.019.88973-0	
Bairro/Distrito OLARIA		CEP 76801-230		CNPJ da Entidade 07.270.802/0001-60	
		Cidade/Município PORTO VELHO		UF RO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social CARDOSES E FERNANDES LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.384.613/0001-03		
Endereço AV TRANSCONTINENTAL		Número 838		Complemento	
CEP 76900-091	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município JI-PARANA		UF RO	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria	
<input type="checkbox"/> Patrone/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados
<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/> Autônomos
Capital Social - Empresa 60.000,00	Nº Empregados Contribuintes 2
Capital Social - Estabelecimento 60.000,00	Total Remuneração - Contribuintes
Total Empregados - Estabelecimento 2	

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento 66,66
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
PRT (=) Valor Cobrado

104-0	10499.78891 73617.702383 46130.001012 2 62610000006666			
Código do Cedente 912.009.019.88973-0	Nosso Número 023846130001	Valor do Documento 66,66	Data Vencimento 28/11/2014	Exercício 2011

Autenticação Manuscrita



Emissão de comprovantes

03/12/2014 16:26:41

03/12/2014 - BANCO DO BRASIL - 16:26:37
138101381 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: GEMELLI & GEMELLI LTDA
AGENCIA: 1381-1 CONTA: 13.356-6
=====

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

=====

10499788917361770238346130001012262610000006666
NR. DOCUMENTO 112.704
DATA DO PAGAMENTO 27/11/2014
VALOR DO DOCUMENTO 66,66
VALOR COBRADO 66,66
=====

NR. AUTENTICACAO 8.E3F.C44.E63.20E.376

Transação efetuada com sucesso por: J4332468 JUARES JOSE KERBER.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

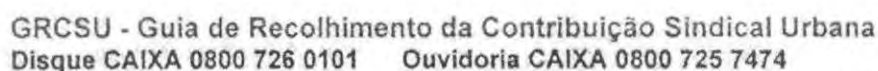
Dados da Entidade Sindical		Vencimento	Exercício
Nome da Entidade		30/04/2012	2012
SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616		Código da Entidade Sindical	
Endereço		912.009.019.88073-0	
R. JOSE BONIFACIO	Número	CNPJ da Entidade	
	1149	07.270.802/0001-60	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
OLARIA	76801-230	PORTO VELHO	RO
Dados do Contribuinte		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
Nome/Razão Social/Denominação Social		02.384.613/0001-03	
CARDOSO E FERNANDES LTDA			
Endereço		Número	Complemento
AV TRANSCONTINENTAL		936	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
76900-001	CENTRO	JI-PARANA	RO
Código Atividade		601	
Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria		(=) Valor do Documento	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		66,66	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
60.000,00	2		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
60.000,00			
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
2		55,01	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outras Acréscimos	
PRT		(=) Valor Cobrado	
		121,67	
104-0		10499.78891 73617.702383 46130.001012 4 53190000006666	
Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento
912.009.019.88073-0	023846130001	66,66	30/04/2012
Exercício		2012	
Autenticação Mecânica			

121,67R01001

CE43502122014004241000179

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



102,41RD:001

CEF43502122014001241000175

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000516			912.008.019.88973-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
R JOSE BONIFACIO	1149		07.270.802/0001-60	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF	
OLARIA	78801-230	PORTO VELHO	RO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
CARDOSO E FERNANDES LTDA			02.384.613/0001-03	
Endereço	Número	Complemento		
AV TRANSCONTINENTAL	938			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
78900-091	CENTRO	JI-PARANA	RO	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento	
Capital Social - Empresa		86,66	
60.000,00		(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento		(-) Outras Deduções	
60.000,00		Total Remuneração - Contribuintes	
Total Empregados - Estabelecimento		2	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+*) Mora / Multa	
		19,93	
		(+*) Outros Acréscimos	
		PRT (-) Valor Cobrado	
		86,59	

104-0

10499.78891 73617.702383 46130.001012 1 60490000006666

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
912.008.019.88973-0	023846130001	66.66	30/04/2014	2014

Autenticação Mecânica

56,59R01001

CEF43502122014002241000177

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certidão nº: 69648493/2014

Expedição: 24/11/2014, às 09:09:45

Validade: 22/05/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.384.613/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:03:46 do dia 24/11/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/12/2014.

Certidão expedida gratuitamente.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 226762014-88888613

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 06/09/2014.

Válida até 05/03/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02384613/0001-03

Razão Social: CARDOSO & FERNANDES LTDA

Endereço: AV TRANSCONTINENTAL 938 SALA 04 / VILA JOTAO / JI-PARANA / RO / 78960-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2014 a 06/01/2015

Certificação Número: 2014120804570379190958

Informação obtida em 16/12/2014, às 10:09:55.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



04/11/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME
CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 15:26:40 do dia 04/11/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/05/2015.

Código de controle da certidão: **192D.0696.0021.0DF7**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: 20145300234407
Código de Controle: 300234407
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: 02384613000103
Nome ou Razão Social: CARDOSO & FERNANDES LTDA

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade...: TRANSAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Emitida em.: 23/10/2014 - 13:20:42
Validade.....: 21/01/2015

Certidão emitida com base na Instrução Normativa nº 004/2011/GAB/CRE.

Imprimir Fechar Janela





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
PM JI-PARANÁ

AV. 02 DE ABRIL, 1701 - URUPÃ - JI-PARANÁ

CNPJ: 04.092.672/0001-25

CERTIDÃO NEGATIVA
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000086905

Contribuinte

CARDOSO & FERNANDES LTDA

Logradouro

Bairro

VILA JOTAO

Cidade

JI PARANA

CPF/CNPJ

02.384.613/0001-03

Número

Complemento

938

CEP

78960000

UF

RO

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Atestamos a autenticidade da certidão consultada.

Emitida às 15:48:15 do dia 19/11/2014

Válida até 19/12/2014

Código de Controle da Certidão/Número 5088514785417B54

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE GUAPORÉ

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

AVENIDA SAO PAULO, 1490 - 76932000 - CRISTO REI - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RO

CertidAo Negativa de DEbitos

Informações da Certidão:

Data de Emissão: 25/11/2014

N.º da Certidão: 869/2014

Data de Vencimento: 25/12/2014

Código de Autenticação: 0188156196141

Informações do Requerente:

CNPJ/CPF Requerente: 02.384.613/0001-03

Requerente: CARDOSO & FERNANDES LTDA ME

Finalidade da Certidão: DE TRANSMISSÃO

Informações do Contribuinte: Empresa/Prestador

CPF / CNPJ: 02.384.613/0001-03

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME

Endereço: AVENIDA TRANSCONTINENTAL, 938 - VILA JOTAO JI PARANA/RO CEP: 78.964-460

É certificado que, verificando os registros de pendência junto a Fazenda Pública Municipal, na presente data, o contribuinte acima citado não possui débitos vencidos. O Departamento Municipal de Fazenda ressalva o direito de cobrar quaisquer débitos de responsabilidade acima que vierem a ser apurados.

Terça-feira, 25 de Novembro de 2014.

Atenção: Esta Certidão foi emitida via Internet, e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima, acesse www.saomiguel.ro.gov.br, Tributos Web, clique na opção (CERTIDÕES) e posterior selecionando a Opção AUTENTICAR DOCUMENTOS).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações (SATP-MC)

REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

(x) Vista () Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar: _____

Processo nº **53900.035954/2014-60**

Tipo de Processo: () Outorga () Pós-Outorga (x) Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa (x) Rádio/TV Comercial () RTV () SARC

Entidade: **CARDOSO & FERNANDES LTDA**

CNPJ nº: **02.384.613/0001-03**

Interessado(a): **LUIS FERNANDO LUTH**

CPF/MF: **530.053.769-15**

OAB/DF nº **39665**

Fone: (61) **3321-0805**

E-mail: **L.defree@hotmail.com** Endereço: **SRTV/SUL QD. 701 BL. O SALA 463 ED. MULTIEMPRESARIAL**

CEP: **70340-000**

Município: **BRASILIA**

UF: **DF**

() Procurador (X) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

BRASILIA – DF 03 DE MARÇO DE 2015

Município/dia/mês/ano



LUIS FERNANDO LUTH



[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RO

Município: São Miguel do Guaporé

Entidade

Município

CARDOSO & FERNANDES LTDA

São Miguel do Guaporé

Data Outorga

Validade

11/04/2005

11/04/2015

Usuário: -

Data: 06/05/2015

Hora: 15:23:57

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
280	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	Ariquemes	FM	2	H	
220	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	Colorado do Oeste	FM	2	H	
259	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	São Miguel do Guaporé	FM	3	M	
235	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	Vilhena	FM	3	M	

Usuário: - Data: 06/05/2015 Hora: 15:24:10

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: RO
Município: São Miguel do Guaporé
Frequência: 99,7 MHz
Classe: B2
Canal: 259

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 689695276
Primeiro 17/03/2011 11:35:56
Licenciamento:
Fistel: 50401579328
CNPJ: 02.384.613/0001-03
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)
Último 17/03/2011 11:35:56
Licenciamento:

☒ **Dados do Plano Básico**☐ **Dados da Outorga**

Dados da Entidade

CNPJ: **Razão Social:** CARDOSO & FERNANDES LTDA**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 78960000
Número: 938
Município: Ji-Paraná
Telefone: 00 0000000000
Logradouro: AVENIDA TRANCONTINENTAL
Complemento: SALA 04
Distrito:
Bairro: VILA JOTAO
SubDistrito:
UF: RO
Fax:

Endereço de Correspondência

Não Cadastrado

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: **Data Publicação**
Contrato/Convênio:
SCRAD Técnico:
Data Limite
Instalação: **Número do Processo:**
Fistel: 50401579328

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<div><div></div><div></div></div>	<div>- Selecione -</div>	<div></div>	<div></div>	<div>15/05/2002</div>	Outorga	<div>Jur.</div>
<div><div></div><div></div></div>	<div>- Selecione -</div>	<div></div>	<div></div>	<div>19/08/2004</div>	Deliber. do C. Nacional	<div>Jur.</div>
<div><div></div><div></div></div>	<div>- Selecione -</div>	<div></div>	<div></div>	<div>28/09/2007</div>	Aprovação de Local	<div>Jur.</div>
<div><div></div><div></div></div>	<div>- Selecione -</div>	<div></div>	<div></div>	<div>22/10/2007</div>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	<div>Jur.</div>



Característica da Estação Instalada

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

+ Dados do Licenciamento Tela Inicial Imprimir

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

[Menu Principal](#)SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição**[internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.384.613/0001-03

CARDOSO & FERNANDES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: [thaisaf.mc](#) - Tháisa Freire Diogo de Oliveira

Data: 06/05/2015

Hora: 15:24:10



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

[Menu Principal](#)SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**[internet](#)[teia](#)[menu](#) [ajuda](#)[Dados da consulta](#)[Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 421.396.002-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: [thaisaf.mc](#) - Thaís Freire Diogo de Oliveira

Data: 06/05/2015

Hora: 15:24:29

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



BOA TARDE

Thaís Freire Diogo de Oliveira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 061.973.628-30

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: thaisaf.mc - Thaís Freire Diogo de Oliveira Data: 06/05/2015 Hora: 15:24:35





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **CARDOSO & FERNANDES LTDA**

CNPJ: **02.384.613/0001-03**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:25:14 do dia 06/05/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/06/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Imprimir

Voltar

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.035954/2014-60		
Entidade: CARDOSO E FERNANDES LTDA - ME		
Localidade: SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	UF: RO	Serviço: FM
Período: 11/04/2015 A 11/04/2025.		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?		X		01 Representação Legal
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?		X		03 Representação Legal
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?		X		04 Representação Legal
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			05
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		2010 a 2014 06 a 10 Cópia Simples
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			12
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			13
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			14
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			15



10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			16
11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			Ji-Paraná – 17 São Miguel do Guaporé - 18
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	1ª Instância		2ª Instância		Fl(s).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.
2. Representante (s) Legal (is): SEI: 0491833
3. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SEI: 0491833)
4. De ordem, a partir de 23/03/2015, passam a serem exigidas certidões cíveis e criminais, da esfera estadual e



Observações:
federal, de 1ª e 2ª instância (Cota n. 138/2015/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU)
Análise:
THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Técnico de Nível Superior



NOTA TÉCNICA Nº 9235/2015/SEI-MC

Processo n.º: 53900.035954/2014-60.

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto e aos ditames previstos no Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU que aprovou com ressalvas o Parecer 52/2014/DPL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0491881), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;
- declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de 1ª e 2ª instância, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor de TODOS os processos porventura existentes, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

5. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 07/05/2015, às 17:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 07/05/2015, às 17:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 07/05/2015, às 17:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0491886** e o código CRC **EDF8EEC2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 13790/2015/SEI-MC

Brasília, 07 de maio de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS Setor Radio e TV Sul, Quadra 701, Sala 463, Bloco O, Ed. Centro Multiempresarial
70340-000 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.035954/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9235/2015/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 07/05/2015, às 17:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0491923** e o código CRC **981934FD**.

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

OF: 13790/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463, BLOCO O,
ED. CENTRO MULTIEMPRESARIAL
CEP: 70340-000 BRASÍLIA/DF
PROC.: 53900.035954/2014
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JH 03873381 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCAL

UF

BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

OF: 13790/2015/SEI-MC/GT/CO/DEOC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
 SRTVS SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463, BLOCO O,
 ED. CENTRO MULTIEMPRESARIAL
 CEP: 70340-000 BRASÍLIA/DF
 PROC.: 53900.035954/2014
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

DESTINATAIRE

UF

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luiz Carlos Guilherme
 Mat 8132031-0



ENDEREÇO DE DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JH 03873381 9 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / L'EXPÉDITEUR
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

CIDADE / LOCALITÉ
70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 39907/2015/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS Setor Radio e TV Sul, Quadra 701, Sala 463, Bloco O, Ed. Centro Multiempresarial
70340-000 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.035954/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 9235/2015/SEI-MC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício.
2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 02/12/2015, às 19:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0858989** e o código CRC **698B99BC**.

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

OF: 39907/2015/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS. SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463
BLOCO O, ED. CENTRO MULTIENTREPRESEARIAL
CEP: 70.340-000 BRASÍLIA / DF
PROC: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 00166671 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

70044-900 - Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília-DF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

OF: 39907/2015/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS. SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463
BLOCO O, ED. CENTRO MULTIPRESARIAL
CEP: 70.340-000 BRASÍLIA / DF
PROC: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

SOCIAL DO DESTINATÁRIO

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Estânio Soares

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE RÉCEPTION

07 DEZ 2015

CARIMBO DE ENTREGA
BUREAU DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E ASSINATURA DO EMPREENHADOR
SIGNATURE DE L'AGENCE

André Rodrigues de Souza
Agente de Correios - Atividade Carteira
Matrícula 8.132.013-2

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0453 / 16

114 x 186 mm



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 00166671 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

__/__/__

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

__/__/__	__/__/__	__/__/__
: h	: h	: h

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70041-000 - Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

_____-_____-_____-_____-_____-_____-_____-_____-



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 848/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS, quadra 701, Bloco L, torre 2, sala 125, 1º andar, Edifício Assis Chateaubriand, Asa Sul
70340 000 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência Processo nº 53900.035954/2014-60**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 9.235/2015/SEI-MC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício.

2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 12/01/2016, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0919934** e o código CRC **4F933FE1**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

OF: 848/2016/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS, QUADRA 701, BLOCO L, TORRE 2, SALA 125, 1º ANDAR,
EDIFÍCIO ASSIS CHATEAUBRIAND ASA SUL
CEP: 70340-000 BRASÍLIA/DF
PROC.: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGAS



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CORREIO

CORREIO
BRÉSIL

**AVISO DE
RECEBIMIENTO
AVIS CN07**

AR

JH 00166745 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

..
u	u	u

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADDRESS

SECRETARIA DE SERVIÇOS

Departamento de Cultura da Secretaria de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo D-0-1-000

CIDADE / UF 70044-900 - Brasília-DF

5E

BRASIL

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Espionada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília-DF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

OF: 848/2016/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS, QUADRA 701, BLOCO L, TORRE 2, SALA 125, 1º ANDAR,
EDIFÍCIO ASSIS CHATEAUBRIAND ASA SUL
CEP: 70340-000 BRASILIA/DF
PROC.: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGAS

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JH 00166745 3 BR

CORREIOS
BRASIL

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

__/__/__

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

__/__/__

: h

__/__/__

: h

__/__/__

: h

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

CIDADE / LOCALITÉ

70047-900 - Brasília-DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO

RETOUR

□ □ □ □ □ - □ □ □



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Subgrupo de Documentação e Informação Comercial

Protocolo nº: 53900.035954/2014-60

Certifico e dou fé que após busca realizada no setor – SDCOM – localizou-se apenas o AR, devidamente anexado ao processo, mesmo transcorrido o prazo para resposta da Entidade.

Devolvo o processo para análise.

Em 04/03/2016



Documento assinado eletronicamente por **Diego Fernandes Carneiro Silva, Chefe de Serviço**, em 04/03/2016, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1003575** e o código CRC **B32F22BB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

BOM DIA
Edinéia Pereira da CostaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RO

Município: São Miguel do Guaporé

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

CARDOSO & FERNANDES LTDA

São Miguel do Guaporé

11/04/2005

11/04/2015

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:56:17

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444\$/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:56:58 do dia 25/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



[Imprimir](#)[Voltar](#)



BOM DIA
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.384.613/0001-03

CARDOSO & FERNANDES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:57:30



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444\$/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 421.396.002-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:57:46



Documento original eletrônico.

https://nctc.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444/siacc0/Novo_Siacc0/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 061.973.628-30

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:58:04



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444\$/siacco/Novo_Siacao/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.035954/2014-60			
Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA		CNPJ: 02.384.613/0001-03	
Executante do serviço de radiodifusão FM		Localidade: São Miguel do Guaporé	UF: RO
Validade da Outorga: vencida		Período: 11/04/2015 a 11/04/2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	Fls. 4 a 6 (58117562)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	-
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	-
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	-



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	PENDENTE	-
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	PENDENTE	-
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Fl. 2 (58117562)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	PENDENTE	-
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Edineia Pereira da Costa CARGO: Especialista em Infraestrutura Sênior	25/08/2020



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 2975/2020/SEI-MC

Processo nº 53900.035954/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da CARDOSO & FERNANDES LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Não obstante, verificou-se que a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão, face as recentes alterações legislativas.

4. Nesse sentido, cabe mencionar que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

5. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

RELATIVOS À ENTIDADE

5.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

5.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

5.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

5.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.6. prova de inscrição no CNPJ;

5.7. prova de regularidade perante as Fazendas **federal, estadual, municipal** da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

5.8. prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

5.9. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

5.10. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, (**vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração**), que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018 - FM / TV](#)

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 5º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 26/08/2020, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5817600** e o código CRC **8FE2E584**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 5817600



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 4051/2020/MC

Brasília, 25 de agosto de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03)
Setor de Rádio e TV Sul - Quadra 701 - Bloco O - 4 andar - Sala 463 - Asa Sul
70.340-000 Brasília/DF

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.035954/2014-60.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 2975/2020/SEI-MC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5817564), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 26/08/2020, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5817647** e o código CRC **CD6C0B10**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4051/2020/MC - Processo nº 53900.035954/2014-60 - Nº SEI: 5817647



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios



diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal



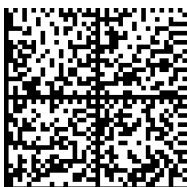
ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.





NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO303198977BR



AR

Nome Legível: _____

Documento: _____ Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO



CARDOSO FERNANDES LTDA
SETOR DE RADIO E TV SUL, 701
BLOCO O 4 ANDAR SALA 463 - ASA SUL
70340-000 BRASILIA/DF



Obs: SERAD-SEPOS-REN -
53900.035954/2014-60--OFÍCIO Nº
4051/2020/---Nota Técnica n.º 2975/2020--
Requerimento Padrão (evento SEI nº
5817564)

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70044-900 BRASÍLIA/DF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

 AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM 27/08/2020													
DESTINATÁRIO CARDOSO FERNANDES LTDA SETOR DE RADIO E TV SUL , 701 BLOCO O 4 ANDAR SALA 463 ASA SUL 70340-000 BRASILIA DF		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL													
		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA													
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900		 BO303198977BR													
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ 2ª ____/____/____ : ____ 3ª ____/____/____ : ____		DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD-SEPOS-REN -53900.035954/2014-60;1 - OFÍCIO Nº 4051/2020; 1 - Nota Técnica n.º 2975/2020;1 - Requerimento Padrão (evento SEI nº 5817564);													
		<table><tr><td colspan="2">MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</td><td rowspan="5">RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</td></tr><tr><td>[1] MUDOU-SE</td><td>[6] NÃO PROCURADO</td></tr><tr><td>[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE</td><td>[7] AUSENTE</td></tr><tr><td>[3] NÃO EXISTE NÚMERO</td><td>[8] FALECIDO</td></tr><tr><td>[4] DESCONHECIDO</td><td>[9] OUTROS</td></tr><tr><td>[5] RECUSADO</td><td></td><td></td></tr></table>		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	[1] MUDOU-SE	[6] NÃO PROCURADO	[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[7] AUSENTE	[3] NÃO EXISTE NÚMERO	[8] FALECIDO	[4] DESCONHECIDO	[9] OUTROS	[5] RECUSADO
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO													
[1] MUDOU-SE	[6] NÃO PROCURADO														
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[7] AUSENTE														
[3] NÃO EXISTE NÚMERO	[8] FALECIDO														
[4] DESCONHECIDO	[9] OUTROS														
[5] RECUSADO															
ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA													
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE													





Documento original eletrônico

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

AO REMETENTE



PRE-POSTAGEM

NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 2/1
Peso(g): 00030

Carta

28 AGO 2020

BO303198977BR



Nome Legível:

Rubrica:

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

CARDOSO FERNANDES LTDA
SETOR DE RADIO E TV SUL 701
BLOCO O 4 ANDAR SALA 403 - ASA SUL
70340-000 BRASILIA/DF



Obs: SERAD-SEPOS-REN -
53900.035954/2014-60--OFÍCIO Nº
4051/2020/---Nota Técnica nº 2975/2020--
Requerimento Padrão (evento SEI nº
5817564)

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70340-000 BRASILIA/DF


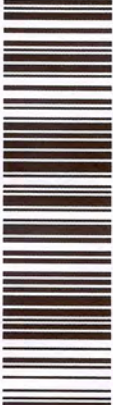
03 SET 2020

RECEBUE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNpxee=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

 Correios		AVISO DE RECEBIMENTO		AR
DESTINATÁRIO CARDOSO FERNANDES LTDA SETOR DE RADIO E TV SUL, 701 BLOCO O 4 ANDAR SALA 463 ASA SUL 70340-000				
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASILIA - DF 70044-900				
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 2º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 3º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u>		 BO303198977BR		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD-SEPOS-REN -53900.035954/2014-60;1 - OFÍCIO Nº 4051/2020; 1 - Nota Técnica n.º 2975/2020.1 - Requerimento Padrão (evento SEI nº 5817564);		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO		
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO		DATA DE ENTREGA		
ASSINATURA DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE		

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Data de Envio:

11/01/2023 11:11:26

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à CARDOSO & FERNANDES LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.035954/2014-60

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 11/01/2023 11:28

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora CARDOSO & FERNANDES LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 11 de janeiro de 2023 11:11

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjor), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à CARDOSO & FERNANDES LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

<https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Pedro Nery de Souza Neto**

Data/Hora: **11/01/2023 09:45:48**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	RO	Município:	São Miguel do Guaporé		
	Entidade		Município	Data Outorga	Validade
	CARDOSO & FERNANDES LTDA		São Miguel do Guaporé	11/04/2005	11/04/2015
Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto Data: 11/01/2023 Hora: 09:45:48					

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

rd/Relatorios/Outorga/Tela.asp?hdnImprimir=true
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (0) 0000000000	E-mail:
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA TRANCONTINENTAL	Complemento: SALA 04	
Bairro: VILA JOTAO	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 78960000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Setor de Radio e TV Sul	Complemento: - Quadra 701 - Bloco O - 4º Andar - Sala 463	
Bairro: Asa Sul	Numero: s/nº	
Município: Brasília	UF: DF	CEP: 70340000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV PRESIDENTE VARGAS ESQ COM RUA SERINGUEIRA	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 78970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AV CAPITÃO SILVIO	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 78970000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: B2	ERP Máxima: 2.326kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 17/03/2011	Número da Licença: 000001/2011-RO
Estação Principal	



23.10.01.38 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 010100301806	Modelo: RDFM-2000-T
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 1.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 45 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 2.33 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.47	5°: 0	10°: 0.33	15°: 0	20°: 0.16	25°: 0	30°: 0.04	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.14	75°: 0	80°: 0.34	85°: 0	90°: 0.54	95°: 0	100°: 0.74	105°: 0	110°: 0.94	115°: 0
120°: 1.12	125°: 0	130°: 1.26	135°: 0	140°: 1.38	145°: 0	150°: 1.48	155°: 0	160°: 1.59	165°: 0	170°: 1.69	175°: 0
180°: 1.71	185°: 0	190°: 1.62	195°: 0	200°: 1.46	205°: 0	210°: 1.28	215°: 0	220°: 1.1	225°: 0	230°: 0.9	235°: 0
240°: 0.73	245°: 0	250°: 0.6	255°: 0	260°: 0.51	265°: 0	270°: 0.45	275°: 0	280°: 0.45	285°: 0	290°: 0.49	295°: 0
300°: 0.54	305°: 0	310°: 0.61	315°: 0	320°: 0.68	325°: 0	330°: 0.7	335°: 0	340°: 0.66	345°: 0	350°: 0.58	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.33 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.384.613/0001-03									
CARDOSO & FERNANDES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 11/01/2023

Hora: 09:47:26



Documento original eletrônico.

iacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://anileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		421.396.002-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 11/01/2023

Hora: 09:48:08



BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		061.973.628-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 11/01/2023

Hora: 09:48:22



BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto Data: 11/01/2023 Hora: 09:48:45



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	cardoso & fernandes

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto Data: 11/01/2023 Hora: 09:49:45



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:50:16 do dia 11/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/02/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



[illegible]



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Certidão Negativa

Distribuição - Ações de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os seus registros nos Sistemas SAP e PJE, quanto a distribuição de ações referentes a **distribuição - ações de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial**, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, até a presente data, contra **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA**, CNPJ nº 02384613000103, **NADA CONSTA**.

Válida por **90** dia(s).

Observações:

a) A informação dos dados pessoais constantes neste documento é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJRO, Menu Principal 'Validação de Certidão' - (<https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: 2023-AL09-AHDK-EPR3-2DTH**;

c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua emissão.

Observações:null

Critérios:PARTICIPAÇÃO ATIVO_PASSIVO, SOMENTE PROCESSOS ATIVOS, NÃO HAVENDO EXCLUSÃO LÓGICA E UTILIZANDO AS CLASSES: 11397,135,138,108,156,111,128,129,11875.

Emissão em: 14/04/2023 09:07:39. Válida por 90 dias.

Validação: <https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/certidaoValidar?numeroControleParam=2023-AL09-AHDK-EPR3-2DTH>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Página 1 de 1.

Certidão Estadual Unificada - 1.0.0

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.384.613/0001-03 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 27/02/1998</div>
<div>NOME EMPRESARIAL GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV MARECHAL RONDON</div>	<div>NÚMERO 870</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 314</div>
<div>CEP 76.900-082</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO JI-PARANA</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAORADIOS@GMAIL.COM</div>		<div>UF RO</div>
<div>TELEFONE (69) 3341-2121</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/01/2023 às 10:06:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL:	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/01/2023 às 10:11 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:13:04 do dia 11/01/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/07/2023.

Código de controle da certidão: **005C.5487.F61C.0713**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS COM EFEITO NEGATIVO
(NOS TERMOS DO ART. 206 DA LEI 5172-CTN)

Certidão Número: **20235300121613**
Código de Controle: **300121613**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **02384613000103**
Nome ou Razão Social: **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data CONSTAM débitos vencidos do interessado, inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado ou não, cuja exigibilidade se encontra suspensa nos termos do artigo 151 da lei 5172, de 25 de outubro de 1966.

Finalidade...: **TRANSAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
Emitida em.: **11/01/2023 09:15:26**
Validade....: **11/04/2023**

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE



Imprimir

Fechar Janela

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
PM JI-PARANÁ

AV. 02 DE ABRIL, 1701 - URUPÁ - JI-PARANÁ

CNPJ: 04.092.672/0001-25



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000086905

Contribuinte

GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

Logradouro

AV. MARECHAL RONDON

Bairro

CENTRO

Cidade

JI PARANÁ

CPF/CNPJ

02.384.613/0001-03

Número

870

Complemento

SALA 314

CEP

76900082

UF

RO

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, NÃO POSSUI DIVIDA VENCIDA E SIM A VENCER com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Atestamos a autenticidade da certidão consultada.

Emitida às 09:19:50 do dia 11/01/2023

Válida até 10/02/2023

Código de Controle da Certidão/Número E5AA1E408D8180B9

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.384.613/0001-03
Razão Social: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
Endereço: AV MARECHAL RONDON 870 SALA 314 / CENTRO / JI-PARANA / RO / 76900-082

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/12/2022 a 24/01/2023

Certificação Número: 2022122602555138960432

Informação obtida em 11/01/2023 10:29:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certidão nº: 1395815/2023

Expedição: 11/01/2023, às 10:30:00

Validade: 10/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.384.613/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CGC nº 01.785.132/0001-39, que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Cafelândia, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000141/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 86, de 09 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 92, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CGC nº 01.785.132/0001-39, que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Iporã, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000134/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 80, de 09 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 93, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CGC nº 01.785.132/0001-39, que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Icaraima, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000136/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 82, de 09 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 94, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, para o arquivamento do Ato Constitutivo da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CAMPINA DA LAGOA LTDA., que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Campina da Lagoa, na faixa de fronteira do Estado do

Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000060/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 58, de 03 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 95, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa CARDOSO & FERNANDES LTDA., que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de São Miguel do Guaporé, na faixa de fronteira do Estado de Rondônia, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53800.000034/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 92, de 10 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Conselho Superior

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB, em sua 24ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 1998, fazendo uso da competência que lhe confere o inciso III do Art. 5º de seu regulamento, considerando: a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE, inclui entre suas diretrizes "completar, manter e adequar a infra-estrutura necessária às missões espaciais de interesse nacional, incluindo bases de lançamento", bem como "incentivar iniciativas de exploração comercial, prioritariamente pelo setor privado, de serviços e produtos decorrentes ou associados às atividades espaciais"; a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, por meio de convênio firmado com o Ministério da Aeronáutica com a intervenção da AEB (Convênio nº 001/DEPED/98-MAer/nº001/96/0001-INFRAERO) assumiu a incumbência de executar atividades necessárias à utilização do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA por terceiros para o lançamento de engenhos espaciais com fins pacíficos; o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica firmado em fevereiro de 1997 entre os governos do Brasil e da Itália contempla a associação entre empresas dos dois países como forma de implementar essa cooperação; e a iniciativa de associação entre a INFRAERO, a empresa italiana FIATAVIO e a empresa ucraniana YUZHNOYE com vistas à exploração de serviços de lançamento de veículos Cyclone através CLA, atende às orientações explicitadas acima; resolve:

Art. 1º - Tomar nota da informação sobre o início das negociações entre as empresas INFRAERO, FIATAVIO e YUZHNOYE.

Art. 2º - Recomendar que essas negociações prossigam de acordo com a legislação vigente e as diretrizes para utilização comercial do CLA que venham a ser estabelecidas.

Art. 3º - Instruir ao Presidente, no tocante às negociações em causa, que a AEB as acompanhe e preste o apoio no que lhe competir; e informe a este Conselho seus resultados.

LUIZ GYLVAN MEIRA FILHO
Presidente do Conselho

(Of. nº 39/98)

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Diretoria de Recursos Humanos

DESPACHOS

Processo nº 000005/98-17

Com fundamento no parágrafo 1º, do Artigo 80 do Decreto - Lei nº 200, de 25/02/67, tendo em vista o que dispõe o caput do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93, republicada em 06/07/94, no uso da competência conferida pela alínea "m" do Artigo 34 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial nº 812, de 16/12/93, e considerando o pronunciamento conclusivo emitido pela Procuradoria Jurídica, RECONHEÇO a situação de inexigibilidade de licitação para o fornecimento de Impulso Telefônico para esta Superintendência no exercício de 1998 importando a despesa no valor previsto de R\$72.000,00 (Setenta e dois mil reais) através da TELPE- Telecomunicações de Pernambuco S/A C.G.C 10.819.803/0001-26 empenhada à conta do Programa de Trabalho 040007002149000001, Plano Interno 490000012 Natureza da Despesa 349039, Fonte 100,

ROOSEVELT GONÇALVES DE LIMA
Superintendente Regional em Pernambuco



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 553/2023/SEI-MCOM

1.

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADO: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

2. Trata-se de processo administrativo de interesse da GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., anteriormente denominada CARDOSO & FERNANDES LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé/RQ, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

3. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 2975/2020/SEI-MC, concluiu pela expedição do Ofício nº 4051/2020/MC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 5817600 e 5817647). No entanto, não foi localizada resposta da interessada ao referido ofício.

4. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. prova de regularidade perante a Fazenda municipal **da sede da pessoa jurídica**, na forma da lei;

3.4. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da sentença de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

5. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

6. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, encontra-se com o status "(FM-C3) Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 16/02/2023, às 10:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 16/02/2023, às 12:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 16/02/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10619452** e o código CRC **FD350F42**.

Minutas e Anexos

Não Possui.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 867/2023/MCOM

Brasília, 16 de fevereiro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03)
Rua Potiguara, nº 3420 - Centro
76993-000 - Colorado do Oeste/RO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.035954/2014-60.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 553/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 16/02/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10619507** e o código CRC **B2F78857**.

Anexos:

- Nota Técnica 553 (10619452)
- Requerimento Padrão (10619506)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 867/2023/MCOM - Processo nº 53900.035954/2014-60 - Nº SEI: 10619507



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- (i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

02.384.613/0001-03

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

Sem dados para exibir.

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento original eletrônico.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



 Correios AR		AVISO DE RECEBIMENTO		VIA POSTAL			
DESTINATARIO GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA RUA POTIGUARA, 3420 CENTRO - COLORADO DO OESTE - RO 76993-000 ENDERECO PARA DEVOLUCAO DO AR MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF 70044-900		YJ364072269BR  DEOPO SERAD CGPO CORRIG PROC 53900035954/2014-60 OF 86 7 NT353 SEI				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
TENTATIVAS DE ENTREGA		DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)				RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO	
1º _____ / _____ / _____ : _____ h		(1) MUDOU-SE (5) RECUSADO					
2º _____ / _____ / _____ : _____ h		(2) ENDEREÇO INSUFICIENTE (6) NÃO PROCURADO					
3º _____ / _____ / _____ : _____ h		(3) NÃO EXISTE NÚMERO (7) AUSENTE					
		(4) DESCONHECIDO (8) FALECIDO					
		(9) OUTROS _____					
ASSINATURA DO RECEBEDOR		() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: _____ / _____ / _____				DATA DE ENTREGA _____ / _____ / _____	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR						N DOG. DE IDENTIDADE	

REMETENTE:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Contrato: 9912556366
CARTA REG AR O4

Volume: 1/1

Peso (g): 100,0

YJ 364 072 269 BR



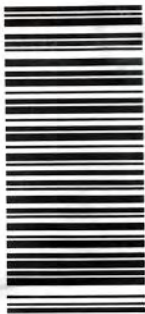
AR

Recebedor:
Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
RUA POTIGUARA 3420 CENTRO



76993-000 COLORADO DO OESTE/RO

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASIL/DF
DEOPO SERAD CGPO CORR PROC 53900035954/2014-60 OF 867 NT553 SEI

Estações

Estações ▾

1 total de registros		1 - 50	50	<input type="button" value="Atualizar"/>	<input type="button" value="Filtrar"/>					
Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾
Visualizar em PDF ▾ <input type="button" value="▶"/>	FM-C4 (Canal Licenciado)	02384613000103	CARDOSO & FERNANDES LTDA	50401579328	P	Comercial	FM	230	RO	São Miguel do Guaporé



Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (0) 0000000000	E-mail:
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA TRANCONTINENTAL	Complemento: SALA 04	
Bairro: VILA JOTAO	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 78960000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



33.07.10:55 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5"	5°: Lat 11°33'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°41'46.41" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°40'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°36'52.27" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°35'17.54" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°33'6'10.56" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°31'6'10.56" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'37.03" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°34'56.1" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'8.67" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°37'0.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°37'33.34" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°38'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°38'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°39'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°39'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°40'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°41'37.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°42'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5"	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4"	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08"	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°48'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16"	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'1.5" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'48.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120°: 15.3	125°: 15	130°: 15.5	135°: 15.6	140°: 15.6	145°: 15.5	150°: 16	155°: 15.9	160°: 16.5	165°: 16.2	170°: 15.3	175°: 15.9
180°: 16.5	185°: 15.7	190°: 15.2	195°: 16.2	200°: 16.5	205°: 16.2	210°: 15.7	215°: 15.7	220°: 15.7	225°: 15.6	230°: 15.9	235°: 16.5
240°: 16.6	245°: 16.6	250°: 16.6	255°: 16.3	260°: 16	265°: 15.7	270°: 15.9	275°: 16	280°: 16.5	285°: 16.6	290°: 16.3	295°: 15.7
300°: 15.3	305°: 15	310°: 15	315°: 15.2	320°: 15.3	325°: 15.3	330°: 15.3	335°: 15	340°: 14.4	345°: 14.3	350°: 14.4	355°: 15

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713





NOME/RAZÃO SOCIAL CARDOSO & FERNANDES LTDA				CNPJ 02384613000103
Nº DA ESTAÇÃO 689695276	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 11° 41' 6.00" S	LONGITUDE 62° 43' 5.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4, nº s/n.	DISTRITO	
BAIRRO Centro	MUNICÍPIO São Miguel do Guaporé	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 11/04/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 99.7 MHz CANAL: 259

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 194.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW303

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: São Miguel do Guaporé

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Capitão Silveiro BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: 661 COMPLEMENTO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 002480300528

CÓDIGO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: RF - TELECOMUNICACOES LTDA. MODELO: RFTFMCL4

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM DIPOLO INVERTIDOS PO

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

POLARIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO:

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

RDS

Código PI:

GANHO: 2.93 dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 90 graus

BEAM TILT: .00 graus

MODELO:

GANHO: dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

BEAM TILT: graus

MODELO: LCF 7/8

MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 09/10/2023 07:34:17



Documento original eletrônico.

Emitido Em
18/09/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2ZkYjhlNA==><https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consulta.html?processo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **CARDOSO & FERNANDES LTDA**

CNPJ: **02.384.613/0001-03**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:34:49 do dia 09/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA

Nº FISTEL: 50401579328

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02384613000103

Situação: Ativa

Data Validade: 11/04/2015

☒ **CADIN:** Não

Incide FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: AVENIDA TRANCONTINENTAL 938 - SALA 04

Bairro: VILA JOTAO

Município: Ji-Paraná

CEP: 78960-000

UF: RO

End. Corresp.: Transcontinental 938 Sala 04

Bairro: Jotão









Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-287

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	18/10/2004	R\$ 13.150,00	15/10/2004	13.150,00	13.150,00	0001  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
6530	0	2007	15/06/2007	R\$ 13.150,00	15/06/2007	13.150,00	13.150,00	0002  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	01/12/2007	R\$ 140,00	22/09/2008	165,76	165,76	0003  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2011	16/04/2011	R\$ 1.500,00	20/04/2011	1.510,57	1.510,57	0004  Histórico do Lançamento		
					06/10/2011	11,46	11,46		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 495,00	25/04/2013	635,33	635,33	0005  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 75,00	23/04/2013	96,26	96,26	0006  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 495,00	25/04/2013	542,42	540,79	0007  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 75,00	23/04/2013	82,19	81,44	0008  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
	0	2013		0,00	23/04/2013	0,75	0,00	0009	Pago a Maior	0,00



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713









								 Histórico do Lançamento		
9999	0	2013		0,00	25/04/2013	1,63	0,00	0010	Pago a Maior	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 495,00	30/04/2014	548,96	548,96	0011	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 75,00	30/04/2014	83,18	83,18	0012	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 495,00	25/03/2015	495,00	495,00	0013	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 75,00	25/03/2015	75,00	75,00	0014	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 495,00	11/04/2016	517,92	517,92	0015	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 75,00	11/04/2016	78,47	78,47	0016	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 495,00	28/04/2017	545,69	545,69	0017	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 75,00	28/04/2017	82,68	82,68	0018	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 495,00	13/08/2019	639,87	639,87	0019	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 75,00	13/08/2019	96,95	96,95	0020	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 495,00	13/08/2019	609,33	609,33	0021	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 75,00	13/08/2019	92,32	92,32	0022	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
7242 - PPDUR	1	2019	30/10/2019	R\$ 280,70	29/11/2019	311,30	311,30	0023	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 495,00	31/03/2020	495,00	495,00	0026	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 75,00	31/03/2020	75,00	75,00	0027	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
	1	2021	31/03/2021	R\$ 495,00	30/03/2021	495,00	495,00	0028	Quitado	0,00



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 75,00	30/03/2021	75,00	75,00	 Histórico do Lançamento	<div>0029</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 495,00	29/03/2022	495,00	495,00	 Histórico do Lançamento	<div>0030</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 75,00	29/03/2022	75,00	75,00	 Histórico do Lançamento	<div>0031</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 495,00	22/03/2023	495,00	495,00	 Histórico do Lançamento	<div>0032</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 75,00	22/03/2023	75,00	75,00	 Histórico do Lançamento	<div>0033</div>	Quitado	0,00
6530	0	2023	25/08/2023	R\$ 2.332,56	10/07/2023	2.332,56	2.332,56	 Histórico do Lançamento	<div>0034</div>	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	24/08/2023	R\$ 56,14	26/07/2023	56,14	56,14	 Histórico do Lançamento	<div>0035</div>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	09/10/2023	R\$ 2.600,00	15/09/2023	2.600,00	2.600,00	 Histórico do Lançamento	<div>0036</div>	Quitado	0,00
Total devido em 09/10/2023 (em reais):											0,00
Total de créditos em 09/10/2023 (em reais):											2,38

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro **1** até **34** de **34** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

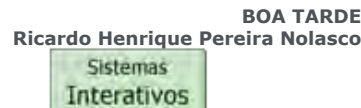
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713


[Menu Principal](#)
[SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Códigos de Receita](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

<https://sigec/anatel/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761>
<https://sigec-anatel-leg.br/leg-autenticidade-assinatura:camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.384.613/0001-03									
CARDOSO & FERNANDES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: 05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes

Data: 09/10/2023

Hora: 07:36:09



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 421.396.002-15											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	<u>421.396.002-15</u>	CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	<u>02.384.613/0001-03</u>	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: 05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes

Data: 09/10/2023

Hora: 07:36:14

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 061.973.628-30											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: 05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes

Data: 09/10/2023

Hora: 07:36:21



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA
Anna Luysa Lima Gomes

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes**

Data: **09/10/2023**

Hora: **07:36:36**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.384.613/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/02/1998
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R POTIGUARA	NÚMERO 3420	COMPLEMENTO *****
----------------------------------	-----------------------	----------------------

CEP 76.993-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO COLORADO DO OESTE	UF RO
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAORADIOS@GMAIL.COM	TELEFONE (69) 3341-1148
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/10/2023** às **07:40:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL:	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 09/10/2023 às 07:40 (data e hora de Brasília).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certidão nº: 55181269/2023

Expedição: 09/10/2023, às 07:41:08

Validade: 06/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.384.613/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:41:25 do dia 09/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/04/2024.

Código de controle da certidão: **C85D.DA67.6245.C630**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Data de Envio:

09/10/2023 07:57:24

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM- Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

RE: Consulta CGFM- Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.035954/2014-60

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 09/10/2023 10:01

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 9 de outubro de 2023 07:57

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM- Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA**

CPF/CNPJ: **02.384.613/0001-03**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:28:02 do dia 17/11/2023 , com validade até o dia 17/12/2023.


Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: vKTkf1Pl2q3IEaId5dhS

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



50



Filtrar

Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe
FM-C4 (Ca	02384613000103	CARDOSO & FERNANDES LTDA	50401579328	P	Comercial	FM	230	RO	São Miguel do Guaporé		259		99.7	A4

Documento original eletrônico.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f0

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 3341-1148	E-mail: allygemelli@hotmail.com
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Potiguará	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 3420	
Município: Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.11.2025 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5"	5°: Lat 11°33'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'33.49" S Lon 62°41'46.41" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°40'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°37'17.54" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°36'52.27" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°36'10.56" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°35'42.27" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°36'23.35" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°36'23.35" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°34'55.7" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°36'07.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°36'11.43" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°36'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°36'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°36'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°36'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°36'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°36'13.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°36'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°36'24.43" W	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°36'43'50.4"	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°36'44'32.08"	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°36'5'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°36'6'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°36'46'51.27"	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°36'7'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°36'62'48'3.73"	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°36'8'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°36'62'49'9.83"	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°36'9'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°36'0'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°36'51'1.16"	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°36'1'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°36'51'41.61"	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°36'1'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°36'1'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°36'1'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°36'51'50.45"	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°36'51'53.25"	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°36'52'52'1.5"	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°36'1'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°36'51'32.32"	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°36'51'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°36'0'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°36'49'51.51"	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°36'9'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°36'8'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°36'48'30.18"	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°36'7'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°36'7'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°36'6'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°36'5'48.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°36'62'45'7.15"	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°36'62'44'27.8"	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°36'43'48.24"

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120°: 15.3	125°: 15	130°: 15.5	135°: 15.6	140°: 15.6	145°: 15.5	150°: 16	155°: 15.9	160°: 16.5	165°: 16.2	170°: 15.3	175°: 15.9
180°: 16.5	185°: 15.7	190°: 15.2	195°: 16.2	200°: 16.5	205°: 16.2	210°: 15.7	215°: 15.7	220°: 15.7	225°: 15.6	230°: 15.9	235°: 16.5
240°: 16.6	245°: 16.6	250°: 16.6	255°: 16.3	260°: 16	265°: 15.7	270°: 15.9	275°: 16	280°: 16.5	285°: 16.6	290°: 16.3	295°: 15.7
300°: 15.3	305°: 15	310°: 15	315°: 15.2	320°: 15.3	325°: 15.3	330°: 15.3	335°: 15	340°: 14.4	345°: 14.3	350°: 14.4	355°: 15

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL CARDOSO & FERNANDES LTDA				CNPJ 02384613000103
Nº DA ESTAÇÃO 689695276	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 11° 41' 6.00" S	LONGITUDE 62° 43' 5.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4, nº s/n.	DISTRITO	
BAIRRO Centro	MUNICÍPIO São Miguel do Guaporé	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 11/04/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 99.7 MHz CANAL: 259

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 194.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW303

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São Miguel do Guaporé

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Capitão Sílvio BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

NUMERO: 661 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 002480300528 MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: RF - TELECOMUNICACOES LTDA. MODELO: RFTFMCL4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 2.93 dBd

DESCRIÇÃO: ANTENA FM DIPOLO INVERTIDOS PO ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 90 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 26/03/2024 11:12:49



Documento original eletrônico.

Emitido Em
18/09/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2ZkYjhiNA==&eo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 02.384.613/0001-03											
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 887.172.912-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/03/2024

Hora: 11:14:51



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		056.534.349-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/03/2024

Hora: 11:15:00



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 26/03/2024 Hora: 11:15:08



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:15:18 do dia 26/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 26/03/2024 11:15:45

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

Nº FISTEL: 50401579328

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02384613000103

Situação: Ativa

Data Validade: 11/04/2015

☒ CADIN: Não

Incid. FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

☒ UF: RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Rua Potiguara 3420

Bairro: Centro

Município: Colorado do Oeste

CEP: 76993-000

UF: RO

End. Corresp.: Transcontinental 938 Sala 04

Bairro: Jotão

Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-287

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	18/10/2004	R\$ 13.150,00	15/10/2004	13.150,00	13.150,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	15/06/2007	R\$ 13.150,00	15/06/2007	13.150,00	13.150,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	01/12/2007	R\$ 140,00	22/09/2008	165,76	165,76	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2011	16/04/2011	R\$ 1.500,00	20/04/2011	1.510,57	1.510,57	0004		
					06/10/2011	11,46	11,46		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 495,00	25/04/2013	635,33	635,33	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 75,00	23/04/2013	96,26	96,26	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 495,00	25/04/2013	542,42	540,79	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 75,00	23/04/2013	82,19	81,44	0008	Quitado	0,00
9200	0	2013		0,00	23/04/2013	0,75	0,00	0009	Pago a Maior	0,00
9999	0	2013		0,00	25/04/2013	1,63	0,00	0010	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 495,00	30/04/2014	548,96	548,96	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 75,00	30/04/2014	83,18	83,18	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 495,00	25/03/2015	495,00	495,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 75,00	25/03/2015	75,00	75,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 495,00	11/04/2016	517,92	517,92	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 75,00	11/04/2016	78,47	78,47	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 495,00	28/04/2017	545,69	545,69	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 75,00	28/04/2017	82,68	82,68	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 495,00	13/08/2019	639,87	639,87	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 75,00	13/08/2019	96,95	96,95	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 495,00	13/08/2019	609,33	609,33	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 75,00	13/08/2019	92,32	92,32	0022	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	30/10/2019	R\$ 280,70	29/11/2019	311,30	311,30	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 495,00	31/03/2020	495,00	495,00	0026	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 75,00	31/03/2020	75,00	75,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 495,00	30/03/2021	495,00	495,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 75,00	30/03/2021	75,00	75,00	0029	Quitado	0,00



Documento original eletrônico.

is.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 495,00	29/03/2022	495,00	495,00	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 75,00	29/03/2022	75,00	75,00	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 495,00	22/03/2023	495,00	495,00	0032	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 75,00	22/03/2023	75,00	75,00	0033	Quitado	0,00
6530	0	2023	25/08/2023	R\$ 2.332,56	10/07/2023	2.332,56	2.332,56	0034	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	24/08/2023	R\$ 56,14	26/07/2023	56,14	56,14	0035	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	09/10/2023	R\$ 2.600,00	15/09/2023	2.600,00	2.600,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 858,00		0,00	0,00	0037	Deb.a Vencer	858,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 130,00		0,00	0,00	0038	Deb.a Vencer	130,00
Total devido em 26/03/2024 (em reais):										988,00
Total de créditos em 26/03/2024 (em reais):										2,38

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea

Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://sigec-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

<https://sigec/anatel/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-anatel-leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5625/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADO: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé/RO, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 553/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº867/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI10619452 e 10619507). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.008093/2023-94, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 26/03/2024, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11443502** e o código CRC **BB946334**.

Minutas e Anexos

Minuta - Recebida.



Processo nº 53900.035954/2014-60
Documento original eletrônico.

Documento nº 11443502

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 10780/2024/MCOM

Brasília, 26 de março de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03)
Rua Potiguará, nº 3420 - Centro
76993-000 - Colorado do Oeste/RO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.035954/2014-60.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 5.625/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 26/03/2024, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11443518** e o código CRC **BFE94832**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexos:

- Nota Técnica 5625 (11443502)

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11443518



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Razão Social

Pesquisar

10 ▾			1 / 1			
Razão Social			CNPJ		Emails	
Sem dados para exibir.						
10 ▾			1 / 1			



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Contrato: 9912556366

Volume: 1/1

CARTA REG AR 04

Peso (g): 100.0

YJ 813 818 081 BR



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
RUA POTIGUARA 3420 CENTRO



76993-000 COLORADO DO OESTE/RO

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES - COREP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
COREP COREP DOC PROC 53900035954/2014-60 OF 10780 NT 5625



Documento original eletrônico

<https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a58b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a58b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Correios AR

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

VIA POSTAL
27/03/2024

DESTINATARIO
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

RUA POTIGUARA, 3420
CENTRO - COLORADO DO OESTE - RO

76993-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES - COREP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ813818081BR



COREP COREP DOC PROC 53900035954/2014-60 OF 10780 NT
5625

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1° ____/____/____ : ____ h
2° ____/____/____ : ____ h
3° ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Documento original eletrônico

<https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/76codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Data de Envio:

27/03/2024 10:20:36

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, foi encaminhada notificação à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11443502.html

Oficio_11443518.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Correios AR

AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
27/03/2024

DESTINATARIO
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

RUA POTIGUARA, 3420
CENTRO - COLORADO DO OESTE - RO

76993-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - COREP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ813818081BR



COREP COREP DOC PROC 53900035954/2014-60 OF 10780 NT
5625

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO
[9] OUTROS	

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Handwritten signature
85500826

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Handwritten signature: Nelson Henrique

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

09/04/2024

Nº DOC. DE IDENTIDADE

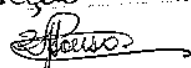
1309519



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

DIÁRIO OFICIAL DO BRASIL
CÂMARA DE 11/04/2005
PÁGINA 89 seção 3
ASSINADO POR: 



**CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A CARDOSO
& FERNANDES LTDA., PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, ESTADO DE
RONDÔNIA.**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e a CARDOSO & FERNANDES LTDA., CNPJ n.º 02.384.613/0001-03, representada por seu Procurador, Antônio José Gemelli, RG n.º 1.932.147 SSP/PR, CPF/MF n.º 368.783.329-15, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 727, de 10 de maio de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 578, de 18 de agosto de 2004 publicado no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2004 para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Cardoso & Fernandes Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 027/1998-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.



- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;





p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;





- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$ 13.150,00 (treze mil, cento e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.



Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

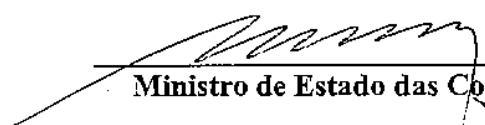
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

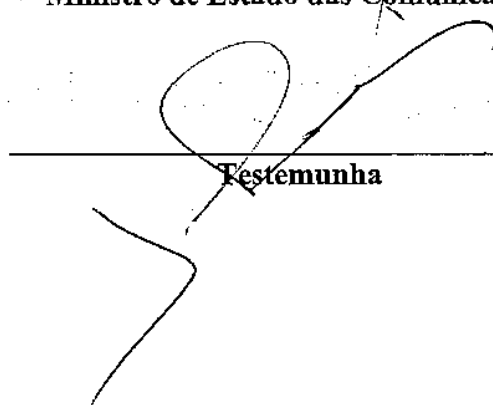
Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 570, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 452, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à Associação e Rádio FM Comunitária Tropical a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 571, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à VAL VERDE COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.071, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 572, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 2, de 26 de novembro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 573, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL SERRA DE SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 1.364, de 26 de julho de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 574, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE SÃO MATEUS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 14 de fevereiro de 1997, que renova, a partir de 13 de março de 1995, a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 575, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de agosto de 1996, a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 576, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CARAJÁ DE ANÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Carajá de Anápolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 577, DE 2004**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 179, de 19 de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de dezembro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Itu Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 578, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à CARDOSO & FERNANDES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 579, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fimela Bueno, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 734, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fimela Bueno, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 580, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

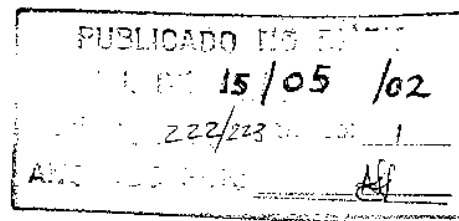
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 445, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



Canal 253



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 727, DE 10 DE MAIO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53800.000078/98, Concorrência nº 027/98-SSR/MC, resolve:

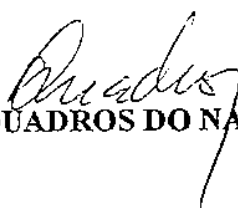
Art. 1º Outorgar permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO





50



Filtrar

Status	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe
FM-C4 (C	CARDOSO & FERNANDES LTDA	50401589328	Comercial	FM		230	RO	São Miguel do Guaporé		259		99.7	A4

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 3341-1148	E-mail: allygemelli@hotmail.com
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Potiguará	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 3420	
Município: Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/16:05:29 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5" W	5°: Lat 11°3'3'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°4'14.61" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°4'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°4'0'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°36'23.8" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°35'17.54" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°34'6'52.27" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°33'6'10.56" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'14.6" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°34'56.1" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'8.67" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°36'7'33.34" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°36'11.43" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°36'8'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°36'38'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°36'9'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°36'9'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°36'0'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°36'1'37.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°36'2'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5" W	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4" W	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08" W	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°46'24.8'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16" W	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'52'1.5" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'54.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120°: 15.3	125°: 15	130°: 15.5	135°: 15.6	140°: 15.6	145°: 15.5	150°: 16	155°: 15.9	160°: 16.5	165°: 16.2	170°: 15.3	175°: 15.9
180°: 16.5	185°: 15.7	190°: 15.2	195°: 16.2	200°: 16.5	205°: 16.2	210°: 15.7	215°: 15.7	220°: 15.7	225°: 15.6	230°: 15.9	235°: 16.5
240°: 16.6	245°: 16.6	250°: 16.6	255°: 16.3	260°: 16	265°: 15.7	270°: 15.9	275°: 16	280°: 16.5	285°: 16.6	290°: 16.3	295°: 15.7
300°: 15.3	305°: 15	310°: 15	315°: 15.2	320°: 15.3	325°: 15.3	330°: 15.3	335°: 15	340°: 14.4	345°: 14.3	350°: 14.4	355°: 15

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL CARDOSO & FERNANDES LTDA				CNPJ 02384613000103
Nº DA ESTAÇÃO 689695276	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 11° 41' 6.00" S	LONGITUDE 62° 43' 5.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4, nº s/n.	DISTRITO	
BAIRRO Centro	MUNICÍPIO São Miguel do Guaporé	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 11/04/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 99.7 MHz CANAL: 259

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 194.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW303

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: São Miguel do Guaporé

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Capitão Sílvio BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

NUMERO: 661 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 002480300528

CÓDIGO: MODELO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: RF - TELECOMUNICACOES LTDA. MODELO: RFTFMCL4

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM DIPOLO INVERTIDOS PO

ALURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: GANHO: 2.93 dBd

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 90 graus

ALURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: .00 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI

MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/05/2024 16:46:23




Documento original eletrônico.

Emitido Em
18/09/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NaWnNlbnNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2ZkYjhiNA==&eo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 02.384.613/0001-03											
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: -

Data: 14/05/2024

Hora: 16:47:07





Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 887.172.912-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: - Data: 14/05/2024 Hora: 16:47:14



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		056.534.349-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: -

Data: 14/05/2024

Hora: 16:47:21



Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 14/05/2024 Hora: 16:47:28





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:48:14 do dia 14/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/06/2024.


Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 14/05/2024 16:48:36

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

Nº FISTEL: 50401579328

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02384613000103

Situação: Ativa

Data Validade: 11/04/2015

☒ CADIN: Não

Incid. FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

☒ UF: RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Rua Potiguara 3420

Bairro: Centro

Município: Colorado do Oeste

CEP: 76993-000

UF: RO

End. Corresp.: Transcontinental 938 Sala 04

Bairro: Jotão

Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-287

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	18/10/2004	R\$ 13.150,00	15/10/2004	13.150,00	13.150,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	15/06/2007	R\$ 13.150,00	15/06/2007	13.150,00	13.150,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	01/12/2007	R\$ 140,00	22/09/2008	165,76	165,76	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2011	16/04/2011	R\$ 1.500,00	20/04/2011	1.510,57	1.510,57	0004		
					06/10/2011	11,46	11,46		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 495,00	25/04/2013	635,33	635,33	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 75,00	23/04/2013	96,26	96,26	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 495,00	25/04/2013	542,42	540,79	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 75,00	23/04/2013	82,19	81,44	0008	Quitado	0,00
9200	0	2013		0,00	23/04/2013	0,75	0,00	0009	Pago a Maior	0,00
9999	0	2013		0,00	25/04/2013	1,63	0,00	0010	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 495,00	30/04/2014	548,96	548,96	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 75,00	30/04/2014	83,18	83,18	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 495,00	25/03/2015	495,00	495,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 75,00	25/03/2015	75,00	75,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 495,00	11/04/2016	517,92	517,92	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 75,00	11/04/2016	78,47	78,47	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 495,00	28/04/2017	545,69	545,69	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 75,00	28/04/2017	82,68	82,68	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 495,00	13/08/2019	639,87	639,87	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 75,00	13/08/2019	96,95	96,95	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 495,00	13/08/2019	609,33	609,33	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 75,00	13/08/2019	92,32	92,32	0022	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	30/10/2019	R\$ 280,70	29/11/2019	311,30	311,30	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 495,00	31/03/2020	495,00	495,00	0026	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 75,00	31/03/2020	75,00	75,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 495,00	30/03/2021	495,00	495,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 75,00	30/03/2021	75,00	75,00	0029	Quitado	0,00



1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 495,00	29/03/2022	495,00	495,00	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 75,00	29/03/2022	75,00	75,00	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 495,00	22/03/2023	495,00	495,00	0032	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 75,00	22/03/2023	75,00	75,00	0033	Quitado	0,00
6530	0	2023	25/08/2023	R\$ 2.332,56	10/07/2023	2.332,56	2.332,56	0034	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	24/08/2023	R\$ 56,14	26/07/2023	56,14	56,14	0035	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	09/10/2023	R\$ 2.600,00	15/09/2023	2.600,00	2.600,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 858,00	22/03/2024	858,00	858,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 130,00	22/03/2024	130,00	130,00	0038	Quitado	0,00
Total devido em 14/05/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 14/05/2024 (em reais):										2,38

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea

Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://sigec-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

<https://sigec/anatel/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-anatel-leg.br/leg-br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.384.613/0001-03 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 27/02/1998</div>
<div>NOME EMPRESARIAL GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R POTIGUARA</div>	<div>NÚMERO 3420</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 76.993-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO COLORADO DO OESTE</div>
<div>UF RO</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAORADIOS@GMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (69) 3341-1148</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 15/05/2024 às 21:20:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL:
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação:
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 15/05/2024 às 21:20 (data e hora de Brasília).





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

- a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;
- b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;
- c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;
- d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;
- e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
- f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e
- g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de difusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Documento original eletrônico.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

DÉBORAH FERNANDES GUIMARÃES, brasileira, natural de Ji-Paraná/RO., nascida em 24/04/1975, viúva, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 454.720 SSP/RO., emitida em 20/05/2005 e CPF nº 421.396.002-15, residente e domiciliada à Rua dos Tucunarés, nº 165, Jurerê Internacional, CEP: 88053-378, Florianópolis/SC., e

ELIANE CARDOSO DOS SANTOS, brasileira, natural de Campinas/SP., nascida em 06/02/1963, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 15.663.884 SSP/SP., emitida em 27/02/1981 e CPF nº 061.973.628-30, residente e domiciliada à Rua dos Colibris, nº 212, Urupá, CEP: 78961-970, Ji-Paraná/RO.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **CARDOSO & FERNANDES LTDA.**, estabelecida à Avenida Transcontinental, nº 938, Sala 04, Vila Jotão, CEP: 78964-460, Ji-Paraná/RO., inscrita no CNPJ sob nº 02.384.613/0001-03 e registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o NIRE nº 112.0031729-5 em 20/02/1998, resolvem, nos termos do artigo 38, alíneas "b" e "c" e o Parágrafo 2º da lei 4.117/62, por este instrumento particular, posteriormente a prévia autorização expressa do Ministério das Comunicações, como poder outorgante, proceder a presente alteração contratual, conforme cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: É admitido na sociedade o sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, brasileiro, natural de Colorado do Oeste/RO., nascido em 14/06/1989, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade nº 000902974 SESP/RO., e carteira nacional de habilitação (CNH) sob o nº 04321342002 DETRAN/PR., e CPF sob nº 887.172.912-91, residente e domiciliado a Rua Tiradentes, nº 4532, Bairro Santa Luzia, CEP: 76993-000, Colorado do Oeste/RO.

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

SEGUNDA: É admitida na sociedade a sócia **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, brasileira, natural de Concórdia/SC., nascida em 26/08/1987, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da cédula de identidade nº 5.059.285-8 SESP/SC., emitida em 11/10/2001 e CPF sob o nº 056.534.349-14, residente e domiciliada a Rua Tiradentes, nº 4532, Bairro Santa Luzia, CEP: 76993-000, Colorado do Oeste/RO.

TERCEIRA: A sócia **DÉBORAH FERNANDES GUIMARÃES**, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo suas 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nesta data inteiramente integralizados da seguinte forma:

- Ao sócio ingressante **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, caberá 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais), totalmente integralizados em moeda corrente do País.
- A sócia ingressante **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, caberá 200 (duzentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 200,00 (duzentos reais), totalmente integralizados em moeda corrente do País.

QUARTA: A sócia **ELIANE CARDOSO DOS SANTOS**, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo suas 10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) nesta data inteiramente integralizados na seguinte forma:

- A sócia ingressante **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, caberá 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) inteiramente realizados.

QUINTA: Em razão da presente alteração contratual, o capital social de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), representado por 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica subscrito e integralizado na seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$	%
- ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	49.800	49.800,00	83,00%
- JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	10.200	10.200,00	17,00%
TOTAIS	60.000	60.000,00	100,00%

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

SEXTA: Fica investido na função de administrador da sociedade o sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, individualmente, com os poderes e atribuições de administrar a sociedade, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhe autorizado o uso do nome empresarial, vedando-lhe, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da sociedade ou assumir obrigações seja em favor do outro quotista com terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes à sociedade, sem autorização do outro sócio.

SÉTIMA: O administrador da sociedade fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 43 da Lei nº 10.406/2002 e fixa-se o disposto no artigo 47 do mesmo diploma legal.

OITAVA: O Administrador poderá ser representado, judicial ou extrajudicial por outra pessoa devidamente autorizada por mandato de procuração pública ou particular, inclusive, com efeitos "*ad iudicia e ad negotia*", na forma da lei 10.406/2002, podendo delegar ao outorgado os poderes para a prática dos atos autorizados por ela perante todos os órgãos públicos, Municipais, Estaduais e Federais, autarquias, repartições, bancos públicos e privados além de contratar com empresa pública ou privada; Fica no entanto, vedado ao administrador a concessão de poderes a procurador que configure poderes de gerência no âmbito do Ministério das Comunicações, nos atos de sua competência, exceto aqueles que objetiva a prática de ato específico, limitado e devidamente designado no instrumento respectivo, nos termos do Parecer nº 752-1.16/2011/RPF/CGLE/CONJUR-MC/AGU, de 11 de julho de 2011.

NONA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DÉCIMA: As sócias retirantes **DECLARAM** ter recebido dos sócios ingressantes, todos os direitos e haveres, decorrente da cessação das quotas que ora são transferidas, conferindo-lhes expressamente a mais rasa, ampla, justa e total quitação sobre todos e quaisquer débitos, provenientes do passado, presente ou do futuro, relativos à

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

sociedade ou às sócias, para mais nada reclamar, neste ou em outro tempo, seja a que título for.

DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil).

DÉCIMA SEGUNDA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, a título de **PRÓ-LABORE**, quantia mensal fixada em comum, respeitadas às limitações legais vigentes.

DÉCIMA TERCEIRA: A entidade não poderá efetuar alteração do seu contrato social sem prévia autorização dos órgãos competentes, na forma da lei, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

DÉCIMA QUINTA: Os sócios, em virtude da substituição das sócias, por força imperativa da lei, resolvem alterar o nome empresarial da sociedade para **GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA**.

DÉCIMA SEXTA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital social da sociedade.

DÉCIMA SÉTIMA: Dependem da liberação dos sócios, além de matérias indicadas na lei ou neste contrato na seguinte ordem:

- I) A aprovação das contas da administração;
- II) A designação dos administradores, quando feita em separado;
- III) A destituição dos administradores;
- IV) A modificação do contrato;



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

- V) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VI) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das contas;
- VII) O pedido de concordata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações dos sócios serão feitas através de reunião, conforme o número de sócios, convocados por sócio majoritário, ou na maioria absoluta de sócios (artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002), convocados com antecedência de 15 dias, e de forma escrita, contendo local, data e hora, conforme artigo 1.072 §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º do mesmo diploma legal para todos os casos elencados neste artigo bem como em seus parágrafos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo igualdade de representatividade de quotas e não tendo maioria, poderá ser feita a convocação por qualquer um dos sócios, respeitando os prazos e a forma do artigo anterior; também podendo ser convocada a reunião na forma do artigo 1.073, Lei 10.406/2002.

DÉCIMA OITAVA: A modificação do contrato social ocorrerá na forma proporcional do capital social, atribuindo a cada sócio o poder de voto, a quantia de quotas expressa no presente contrato; será também na forma de assembleia deliberativa convocada por qualquer dos sócios detentores de mais de 50% (cinquenta por cento), das quotas ou por maioria de sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aumento ou redução do capital social se dará na forma do que diz o artigo 1.081 e 1.082 da lei 10.406/2002, subtendendo-se as comunicações dos artigos seguintes como os 1.083 e 1.084, bem como, seus parágrafos.

DÉCIMA NONA: A sociedade poderá promover a exclusão de qualquer um dos sócios, respeitando o disposto nos artigos 1.085 e 1.086 da Lei nº 10.406/2002.

VIGÉSIMA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, decretos, regulamentos e as instruções normativas vigentes ou que vierem a vigorar referentes ao serviço de radiodifusão e a segurança nacional.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

VIGÉSIMA PRIMEIRA: O exercício social coincidirá com o ano-calendário, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, ou ainda, em caso de lucros, ficarem em reserva e, em caso de prejuízos, ficarem mantidos em conta especial para cobertura com lucros futuros ou serem suportados pelos sócios, se assim decidirem.

VIGÉSIMA SEGUNDA: Quanto à participação de cada sócio nos lucros auferidos, bem como nas perdas ao longo do ano, serão distribuídos na forma e proporção da distribuição das quotas de responsabilidades sociais da sociedade; a distribuição dos lucros coincidirá com o ano social da sociedade, tal como a responsabilidade nas perdas.

VIGÉSIMA TERCEIRA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição. Se realizada a cessão das quotas, deverá ser formalizada a alteração contratual.

VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios resolvem alterar o endereço da sede da sociedade para Avenida Marechal Rondon, nº 870, Sala 314, Bairro Centro, CEP: 76900-082, Ji-Paraná/RO.

VIGÉSIMA QUINTA: A sociedade é regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, na forma do artigo 1.053, § único da Lei nº 10.406/2002 (NCC).

VIGÉSIMA SEXTA: A entidade não poderá efetuar alteração do seu contrato social **sem prévia autorização do Ministério das Comunicações**, como órgãos competente do poder executivo na forma da lei, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

VIGÉSIMA SÉTIMA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406/2002 (NCC) e, em especial o que dispõe a lei 6.404/76,



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

alterada pela lei 10.303/2001, das empresas em sociedade anônima, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por este instrumento revoga-se todos os dispositivos do contrato social primitivo.

VIGÉSIMA OITAVA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista neste instrumento.

VIGÉSIMA NONA: A vista das modificações ora ajustadas os sócios resolvem **CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL**, adequando-o ao Artigo 2031 da Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil), **QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ nº 02.384.613/0001-03

PRIMEIRA: A sociedade girará sob a denominação social nome empresarial de **GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.**, estabelecida à Avenida Marechal Rondon, nº 870, Sala 314, Bairro Centro, CEP: 76900-082, Ji-Paraná/RO.

SEGUNDA: A sociedade tem como ramo de atividade a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), e Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

QUARTA: O capital social da sociedade é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nesta data da seguinte forma:

a) O sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, é subscritor de 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País.

b) A sócia **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, é subscritora de 10.200 (dez mil e duzentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País.

QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

SEXTA: As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo em qualquer alteração contratual da prévia autorização do **Ministério das Comunicações**.

SÉTIMA: Fica investido na função de administrador da sociedade o sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, individualmente, com os poderes e atribuições de administrar a sociedade, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhe autorizado o uso do nome empresarial, vedando-lhe, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da sociedade ou assumir obrigações seja em favor do outro quotista com terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes à sociedade, sem autorização do outro sócio.

PARÁGRAFO ÚNICO: O administrador da sociedade fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 43 da Lei nº 10.406/2002 e fixa-se o disposto no artigo 47 do mesmo diploma legal.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

OITAVA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

NONA: O Administrador poderá ser representado, judicial ou extrajudicial por outra pessoa devidamente autorizada por mandato de procuração pública ou particular, inclusive, com efeitos "*ad iudicia e ad negotia*", na forma da lei 10.406/2002, podendo delegar ao outorgado os poderes para a prática dos atos autorizados por ela perante todos os órgãos públicos, Municipais, Estaduais e Federais, autarquias, repartições, bancos públicos e privados além de contratar com empresa pública ou privada; Fica no entanto, vedado ao administrar a concessão de poderes a procurador que configure poderes de gerência no âmbito do Ministério das Comunicações, nos atos de sua competência, exceto aqueles que objetiva a prática de ato específico, limitado e devidamente designado no instrumento respectivo, nos termos do Parecer nº 752-1.16/2011/RPF/CGLE/CONJUR-MC/AGU, de 11 de julho de 2011.

DÉCIMA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, a título de **PRÓ-LABORE**, quantia mensal fixada em comum, respeitadas às limitações legais vigentes.

DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

DÉCIMA SEGUNDA: O sócio que desejar transferir suas quotas, deverá notificar por escrito o outro sócio, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça, ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazê-lo dentro de 60 (sessenta) dias, ou em maior prazo, a critério da alienante, a contar da data do recebimento da notificação. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da cláusula sexta.

DÉCIMA TERCEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 (Novo Código Civil).

DÉCIMA QUINTA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital social da sociedade.

DÉCIMA SEXTA: Dependem da liberação dos sócios, além de matérias indicadas na lei ou neste contrato na seguinte ordem:

- VIII) A aprovação das contas da administração;
- IX) A designação dos administradores, quando feita em separado;
- X) A destituição dos administradores;
- XI) A modificação do contrato;
- XII) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- XIII) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das contas;
- XIV) O pedido de concordata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações dos sócios serão feitas através de reunião, conforme o número de sócios, convocados por sócio majoritário, ou na maioria absoluta de sócios (artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002), convocados com antecedência de 15 dias, e de forma escrita, contendo local, data e hora, conforme artigo 1.072 §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º do mesmo diploma legal para todos os casos elencados neste artigo bem como em seus parágrafos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo igualdade de representatividade de quotas e não tendo maioria, poderá ser feita a convocação por qualquer um dos sócios, respeitando

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

os prazos e a forma do artigo anterior; também podendo ser convocada a reunião na forma do artigo 1.073, Lei 10.406/2002.

DÉCIMA SÉTIMA: A modificação do contrato social ocorrerá na forma proporcional do capital social, atribuindo a cada sócio o poder de voto, a quantia de quotas expressa no presente contrato; será também na forma de assembleia deliberativa convocada por qualquer dos sócios detentores de mais de 50% (cinquenta por cento), das quotas ou por maioria de sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aumento ou redução do capital social se dará na forma do que diz o artigo 1.081 e 1.082 da lei 10.406/2002, subtendendo-se as comunicações dos artigos seguintes como os 1.083 e 1.084, bem como, seus parágrafos.

DÉCIMA OITAVA: A sociedade poderá promover a exclusão de qualquer um dos sócios, respeitando o disposto nos artigos 1.085 e 1.086 da Lei nº 10.406/2002.

DÉCIMA NONA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, decretos, regulamentos e as instruções normativas vigentes ou que vierem a vigorar referentes ao serviço de radiodifusão e a segurança nacional.

VIGÉSIMA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição. Se realizada a cessão das quotas, deverá ser formalizada a alteração contratual.

VIGÉSIMA PRIMEIRA: O exercício social coincidirá com o ano-calendário, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, ou ainda, em caso de lucros, ficarem em reserva e, em caso de prejuízos, ficarem mantidos em conta especial para cobertura com lucros futuros ou serem suportados pelos sócios, se assim decidirem.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

VIGÉSIMA SEGUNDA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista neste instrumento.

VIGÉSIMA TERCEIRA: Quanto à participação de cada sócio nos lucros auferidos, bem como nas perdas ao longo do ano, serão distribuídos na forma e proporção da distribuição das quotas de responsabilidades sociais da sociedade; a distribuição dos lucros coincidirá com o ano social da sociedade, tal como a responsabilidade nas perdas.

VIGÉSIMA QUARTA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores legais sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazer-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

VIGÉSIMA QUINTA: Os sócios declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

VIGÉSIMA SEXTA: A sociedade poderá estabelecer filiais ou sucursais, em qualquer parte do Território Nacional, obedecidas, às disposições legais.

VIGÉSIMA SÉTIMA: A sociedade é regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, na forma do artigo 1.053, § único da Lei nº 10.406/2002 (NCC).

VIGÉSIMA OITAVA: A entidade não poderá efetuar alteração do seu contrato social **sem prévia autorização do Ministério das Comunicações**, como órgão competente do poder executivo na forma da lei, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

VIGÉSIMA NONA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406/2002 (NCC) e, em especial o que dispõe a lei 6.404/76, alterada pela lei 10.303/2001, das empresas em sociedade anônima, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

PARÁGRAFO ÚNICO: Por este instrumento revoga-se todos os dispositivos do contrato social primitivo e primeira alteração contratual.


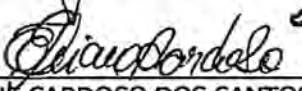
TRIGÉSIMA: Os sócios elegem o foro da comarca de Ji-Paraná/RO., para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este, inclusive de cláusulas omissas.


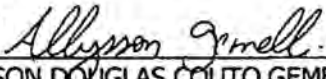
E, por assim estarem ajustados e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

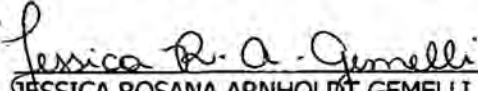
Ji-Paraná/RO., 18 de janeiro de 2019



DÉBORAH FERNANDES GUIMARÃES



ELIANE CARDOSO DOS SANTOS



ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI



JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI

1º OFÍCIO
COLORADO DO OESTE - RO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
NO VERSO

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53900.035954/2014-60**Entidade:** GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.**CNPJ nº:** 02.384.613/0001-03**FISTEL nº:** 50401579328**Localidade:** São Miguel do Guaporé/RO**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 17/12/2014**Período:** 11/04/2015 a 11/04/2025**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	*0302155 Pág. 1	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	* Assinado por Luiz Fernando Luth, identificado no referido documento como procurador da entidade. De toda sorte, o ato foi ratificado pelo atual representante legal da entidade (10806613 e 11474463)
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10806613	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11527058 Págs. 6-9	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11474463	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	



4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10806626	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11154750 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11154750 Pág. 4 E 10806630 M 10806631	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11527058 Pág. 10	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11154750 Pág. 4 FGTS 10806633	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	



9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11154750 Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI 10806620 JÉSSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI 10806623	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11527058 Pág. 5	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11527058 Págs. 11-14	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11156679	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	



14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11219888	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	
--	--------------------	----------	---	--

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11219889** e o código CRC **16A2B63D**.





Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8799/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADA: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Gemelli Radiodifusão Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 02.384.613/0001-03**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, vinculado ao **FISTEL nº 50401579328**, referente ao período de 11 de abril de 2015 a 11 de abril de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Cardoso & Fernandes Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 727, de 10 de maio de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2002 e Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de agosto de 2004 (SE11527041 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de abril de 2005 (SE11527041 - Págs. 1-6). Posteriormente, por ocasião da 2ª alteração contratual, acostada aos autos, a denominação social foi alterada para **Gemelli Radiodifusão Ltda** (SE11530307).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **17 de dezembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SE10302155 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de outubro de 2014 a 11 de janeiro de 2015.

8. Mister consignar que o requerimento inicial de renovação foi ratificado pelo atual representante legal da pessoa interessada (SE110806613 e 11474463). Em caso análogo, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações já se manifestou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 00060/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU. Veja-se:

"21. No caso, cabe observar o preceito contido no art. 662 do Código Civil, o qual confere efeito ex tunc (retroativo) ao ato de ratificação, in verbis:

'Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.

Parágrafo único. **A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.'**

22. Ora, como se pode verificar na parte final do art. 662 e no seu parágrafo único, a Lei Civil privilegia o princípio da conservação do negócio jurídico ou do contrato ao expressar que o ato praticado por quem não tem mandato pode ser confirmado pelo mandante, principalmente nos casos em que a atuação daquele que agiu como mandatário lhe é benéfica.

23. Com efeito, considerando a ratificação expressa manifestada pelo mandante, deve-se dar a tal ato o efeito retroativo aludido no parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

24. Está sanada, assim, a suposta irregularidade na representação.

25. Não há óbice à aplicação do presente entendimento a casos que se enquadrem nos parâmetros aqui estabelecidos.

Pelo contrário, é recomendável que seja dado tratamento uniforme a situações similares, de modo a proporcionar isonomia e segurança jurídica na atuação do Poder Público.

(...)" (Grifamos)

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SE11219889). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11219889).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de maio de 2024 (SEI 11527058 - Págs. 6-9).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em quatro localidades, quais sejam: Colorado do Oeste/RO, Ariquemes/RO, **São Miguel do Guaporé/RO** e Vilhena/RO, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Allysson Douglas Couto Gemelli e a sócia Jéssica Rosana Arnholdt Gemelli não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11527058 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11156679).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11219889).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11529807 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 18 de setembro de 2023, com validade até 11 de abril de 2025 (SEI 11527058 - Págs. 1 e 5).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de maio de 2024 (SEI 11527058 - Pág. 10). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11527058 - Págs. 11-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529803** e o código CRC **BDE45059**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11529814)
- Minuta de Exposição de Motivos (11529815)



MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529814** e o código CRC **136496C5**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11529814

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8.799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529815** e o código CRC **639B2975**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11529815

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13275, DE 21 DE MAIO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 04/06/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11537137** e o código CRC **A680DCD1**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11537137



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 de maio de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria MCOM nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RÁDIO DIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 04/06/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11537144** e o código CRC **E06E101D**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11537144



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50961/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 13275/2024 (11537137) e a Exposição de Motivos nº 381/2024 (11537144)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 8799/2024 (11529803), encaminho a Portaria nº 13275/2024 (11537137) e a Exposição de Motivos nº 381/2024 (11537144), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 29/05/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11537171** e o código CRC **5FEC9CA3**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11537171

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 05/06/2024 14:30:25
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10374254
Data prevista de publicação: 06/06/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21683446	ATO PORTARIA MCOM NA 13265.rtf	db1956d1174c9ee7478dd4ff6123a4f6	27,00	R\$ 1.050,84
21683467	ATO PORTARIA MCOM NA 13276.rtf	0bfcaa075357a61e9a89fc202543ebdf	8,00	R\$ 311,36
21683468	ATO PORTARIA MCOM NA 13277.rtf	e83e0f929d391236c9446762890f4994	8,00	R\$ 311,36
21683469	ATO PORTARIA MCOM NA 13284.rtf	87792220dd0d519c303ce578e28fa498	8,00	R\$ 311,36
21683470	ATO PORTARIA MCOM NA 13285.rtf	073d897f9281c3466781b50497b9e163	8,00	R\$ 311,36
21683471	ATO PORTARIA MCOM NA 13286.rtf	a9c1c71af49d57ec0edb0febfb87c46	8,00	R\$ 311,36
21683472	ATO PORTARIA MCOM NA 13309.rtf	f6b55482b2c24ac89734d4ec893ef45f	8,00	R\$ 311,36
21683473	ATO PORTARIA MCOM NA 13310.rtf	daacf35f8911e0888e708f1092014a81	8,00	R\$ 311,36
21683474	ATO PORTARIA MCOM NA 13311.rtf	06010a105ff187b53c748ace1a1bd444	8,00	R\$ 311,36
21683475	ATO PORTARIA MCOM NA 13264.rtf	24d5a516c4bb9b583ab6777f0d1d0742	28,00	R\$ 1.089,76
21683476	ATO PORTARIA MCOM NA 13291.rtf	de210e996413c18445a55acff5c53749	7,00	R\$ 272,44
21683477	ATO PORTARIA MCOM NA 13289.rtf	6f60cd875e58830717df75b7827a1d37	7,00	R\$ 272,44
21683478	ATO PORTARIA MCOM NA 13255.rtf	5da81e90e518805dd1853309773cd818	9,00	R\$ 350,28
21683479	ATO PORTARIA MCOM NA 13262.rtf	b074be864815d38a4f47132a7fe5a828	9,00	R\$ 350,28
21683480	ATO PORTARIA MCOM NA 13236.rtf	1f2c2d772712f0590582bae6543d7b8e	8,00	R\$ 311,36
21683481	ATO PORTARIA MCOM NA 13270.rtf	faa5894da667cfa06c7daff36aba5d4b	8,00	R\$ 311,36



Documento original eletrônico.
n.gov.br/recibo.do?idof=10374254

https://nrtfleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

1/2

21683482	ATO PORTARIA MCOM NA 13275.rtf	7c3938092e65d1e8a71fce72fa4b937a	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			175,00	R\$ 6.811,00



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/06/2024 | Edição: 107 | Seção: 1 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.275, DE 21 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 3341-1148	E-mail: allygemelli@hotmail.com
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Potiguará	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 3420	
Município: Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/09/2025 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5" W	5°: Lat 11°3'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°4'1'46.41" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°4'0'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°38'1.6" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°37'17.54" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°36'52.27" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°36'10.56" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'14.6" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°34'56.1" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'8.67" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°37'0.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°37'33.34" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°38'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°38'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°39'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°39'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°40'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°41'37.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°42'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5" W	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4" W	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08" W	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°48'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16" W	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'52.15" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'54.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120º: 15.3	125º: 15	130º: 15.5	135º: 15.6	140º: 15.6	145º: 15.5	150º: 16	155º: 15.9	160º: 16.5	165º: 16.2	170º: 15.3	175º: 15.9
180º: 16.5	185º: 15.7	190º: 15.2	195º: 16.2	200º: 16.5	205º: 16.2	210º: 15.7	215º: 15.7	220º: 15.7	225º: 15.6	230º: 15.9	235º: 16.5
240º: 16.6	245º: 16.6	250º: 16.6	255º: 16.3	260º: 16	265º: 15.7	270º: 15.9	275º: 16	280º: 16.5	285º: 16.6	290º: 16.3	295º: 15.7
300º: 15.3	305º: 15	310º: 15	315º: 15.2	320º: 15.3	325º: 15.3	330º: 15.3	335º: 15	340º: 14.4	345º: 14.3	350º: 14.4	355º: 15

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900.035954/2014-60	13275	Portaria	MC	21/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51478/2024/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11537144)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 8799/2024 (11529803), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 381/2024 (11537144), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 06/06/2024, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567349** e o código CRC **C33D56F5**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11567349



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Brasília, 7 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada em 6 de junho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 20299/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.035954/2014-60.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 07/06/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11568879** e o código CRC **A54FC69A**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11568879



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

53900 035954/2014-60

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF SOB N° 02.384.613/0001-03 com sede na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, Av. Transcontinental, n° 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460 e estúdios e sistema irradiante localizado á Avenida Presidente Vargas esq. com Rua Seringueira, quadra 077, sala 4, CEP: 78970000, na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia; empresa, devidamente constituída e licenciada em 17/03/2011, com autorização de utilização de radiofrequência emitido pela ANATEL através do ato n° 67.993 de 19/10/2007, publicado no Diário Oficial da União do dia 22/10/2007, seção 1, pag. 46; da mesma forma outorgada nos termos da Portaria n° 727 de 10/05/2002 e publicado no Diário Oficial da União do dia 15/05/2002, seção 1, pag. 222 e 223, assim como com Decreto Legislativo n° 578 publicado no Diário Oficial da União do dia 19/08/2004, seção 1, pag. 4. Vem respeitosamente por meio do seu procurador à presença de Va. Exa. **REQUERER A RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para a execução do serviço de radiodifusão comercial em frequência modulada - FM; na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, **para o período de 2015/2025**, nos termos da lei e regulamentos que regem o serviço de radiodifusão neste país.

São Miguel do Guaporé/RO, 16 de dezembro de 2014.


LUIZ FERNANDO LUTH
PROCURADOR

MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL
Em 17 / 12 / 14
Nome Legível *maia*



RELATORIO DE DOCUMENTAÇÃO

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

CARDOSO & FERNANDES LTDA

- REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL NA LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL DO GUAPOREIRO PARA O PERÍODO 2015/2025.
- DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA, DE QUE: (I) NÃO POSSUI AUTORIZAÇÃO PARA EXECUTAR O MESMO TIPO DE SERVIÇO NA LOCALIDADE OBJETO DA CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO QUE SERÁ RENOVARADA; E (II) NÃO EXCEDERÁ OS LIMITES FIXADOS NO ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, CASO HAJA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA.
- DECLARAÇÃO, FIRMADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA, DE QUE SOMENTE BRASILEIROS NATOS EXERCERÃO OS CARGOS E FUNÇÕES DE DIREÇÃO, GERÊNCIA, CHEFIA, DE ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DA OUTORGA A SER RENOVARADA.
- CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVA AO EMPREGADOR (OU COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS).
- COMPROVANTE DE REGULARIDADE COM O FISTEL.
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO INSS.
- PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS.
- CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, EXPEDIDA PELA RECEITA FEDERAL.
- PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA.
- PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.



DECLARAÇÃO

A CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF SOB N° 02.384.613/0001-03 com sede na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, Av. Transcontinental, n° 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460, neste ato, representada por seu bastante procurador o Dr. LUIZ FERNANDO LUTH, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob n° 3.895.848-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 530.053.769-15, declara que: Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão comercial em frequência modulada - FM; na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos da lei e decretos que regulam o serviço de radiodifusão neste país.

São Miguel do Guaporé/RO, 16 de dezembro de 2014.



LUIZ FERNANDO LUTH
PROCURADOR

DECLARAÇÃO

A **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF SOB N° 02.384.613/0001-03 com sede na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, Av. Transcontinental, n° 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460, neste ato, representada por seu bastante procurador o Dr. LUIZ FERNANDO LUTH, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob n° 3.895.848-8 SSP/PR, inscrito no CPF sob n° 530.053.769-15, declara que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada para a execução do serviço de radiodifusão comercial em frequência modulada - FM; na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos da lei e regulamentos que regem o serviço de radiodifusão neste país.

São Miguel do Guaporé/RO, 16 de dezembro de 2014.



LUIZ FERNANDO LUTH
PROCURADOR

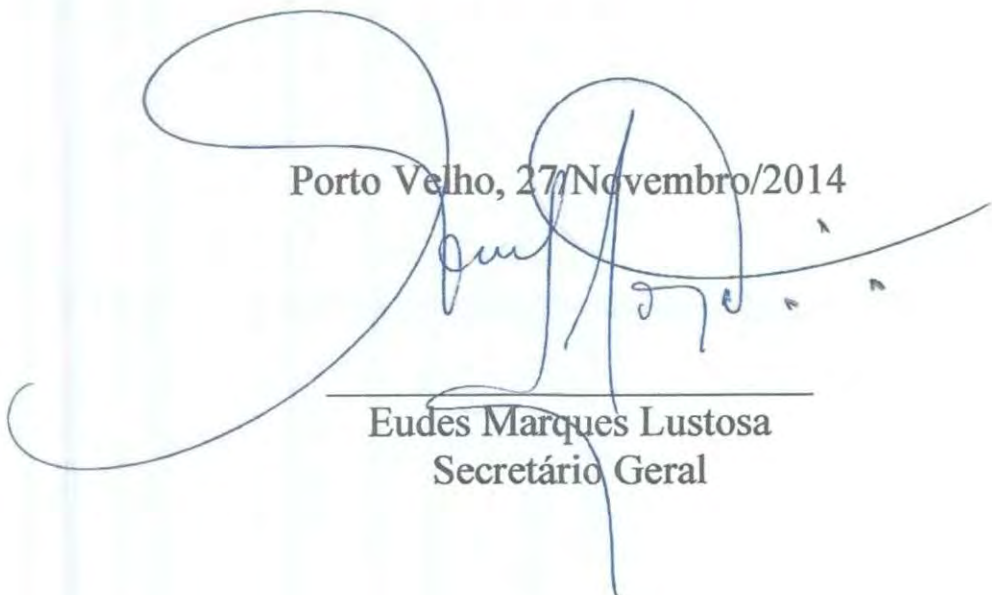




CERTIDÃO

Certificamos, para fins de direito, não constar em nossos registros – até estada data - qualquer débito ou pendência da empresa **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF SOB N°, 02.384.613/0001-03, estabelecida na Av. Transcontinental, nº 938, Bairro Vila Jotão, CEP: 78964-460, na cidade de Ji Paraná, Estado de Rondônia, junto a esta entidade.

Porto Velho, 27/Novembro/2014



Eudes Marques Lustosa
Secretário Geral

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Requerimento 314 (0302195)

SEI 55500.000004/2014-60 / pg. 5

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
30/04/2010	2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616			912.009.019.88973-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
R JOSE BONIFACIO	1149		07.270.802/0001-60	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF	
OLARIA	76801-230	PORTO VELHO	RO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
CARDOSO E FERNANDES LTDA			02.384.613/0001-03	
Endereço	Número	Complemento		
AV TRANSCONTINENTAL	938			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
76900-091	CENTRO	JI-PARANA	RO	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
60.000,00

Capital Social - Estabelecimento
60.000,00

Total Remuneração - Contribuintes
2

Total Empregados - Estabelecimento
2

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
66,66

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa
107,63

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado
174,29

104-0 10499.78891 73617.702363 46130.001012 5 45880000006666

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
912.009.019.88973-0	023846130001	66,66	30/04/2010	2010

Autenticação Mecânica



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camargos/leg.br/3codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713 /pg. 6

174/29RD1001

CE#433502122014003241000176

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CAIXA

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical		Vencimento	Exercício
		28/11/2014	2011
Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616		912.009.019.88973-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
R JOSE BONIFACIO	1149		07.270.802/0001-60
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
OLARIA	76801-230	PORTO VELHO	RO
Dados do Contribuinte		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
Nome/Razão Social/Denominação Social		02.384.613/0001-03	
CARDOSOS E FERNANDES LTDA			
Endereço	Número	Complemento	
AV TRANSCONTINENTAL	838		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
76900-091	CENTRO	JI-PARANA	RO
Código Atividade		601	
Dados da Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria		(-) Valor do Documento	
<input type="checkbox"/> Patrone/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		66,66	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
60.000,00	2		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
60.000,00			
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
2			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
PRT		(-) Valor Cobrado	
104-0		10499.78891 73617.702383 46130.001012 2 62610000006666	
Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento
912.009.019.88973-0	023846130001	66,66	28/11/2014
Exercício		2011	

Autenticação Mensagem



Emissão de comprovantes

03/12/2014 16:26:41

03/12/2014 - BANCO DO BRASIL - 16:26:37
138101381 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: GEMELLI & GEMELLI LTDA
AGENCIA: 1381-1 CONTA: 13.356-6
===== CAIXA ECONOMICA FEDERAL =====
10499788917361770238346130001012262610000006666
NR. DOCUMENTO 112.704
DATA DO PAGAMENTO 27/11/2014
VALOR DO DOCUMENTO 66,66
VALOR COBRADO 66,66
===== NR. AUTENTICACAO 8.E3F.C44.E63.20E.376 =====

Transação efetuada com sucesso por: J4332468 JUARES JOSE KERBER.



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara-legislativa/verificar/verificar?codigo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713 / pg. 7

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Vencimento 30/04/2012		Exercício 2012	
Dados da Entidade Sindical			
Nome da Entidade SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616		Código da Entidade Sindical 912.009.019.88973-0	
Endereço R. JOSE BONIFACIO	Número 1149	Complemento	CNPJ da Entidade 07.270.802/0001-60
Bairro/Distrito OLARIA	CEP 76801-230	Cidade/Município PORTO VELHO	UF RO
Dados do Contribuinte			
Nome/Razão Social/Denominação Social CARDOSO E FERNANDES LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.384.613/0001-03	
Endereço AV TRANSCONTINENTAL	Número 938	Complemento	
CEP 76900-091	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município JI-PARANA	UF RO
Código Atividade 601			
Dados de Referência da Contribuição			
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			
Capital Social - Empresa 60.000,00	Nº Empregados Contribuintes 2	Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 66,66	
Capital Social - Estabelecimento 60.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Total Empregados - Estabelecimento 2		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Mora / Multa 55,01	
		(+/-) Outras Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado 121,67	
104-0 10499.78891 73617.702383 46130.001012 4 53190000006666			
Código do Cedente 912.009.019.88973-0	Nosso Número 023846130001	Valor do Documento 66,66	Data Vencimento 30/04/2012
		Exercício 2012	

Autenticação Mecânica

121,67R01001

CE43502122014004241000179

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical		Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
Nome da Entidade SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000616		Código da Entidade Sindical 912.009.019.88973-0	
Endereço R JOSE BONIFACIO	Número 1149	Complemento	CNPJ da Entidade 07.270.802/0001-60
Bairro/Distrito OLARIA	CEP 76801-230	Cidade/Município PORTO VELHO	UF RO
Dados do Contribuinte		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.384.813/0001-03	
Nome/Razão Social/Denominação Social CARDOSO E FERNANDES LTDA			
Endereço AV TRANSCONTINENTAL	Número 938	Complemento	
CEP 76900-091	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município JI-PARANA	UF RO
Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição	
Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 66,66	
Capital Social - Empresa 60.000,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 60.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 2		(+*) Mora / Multa 35,75	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+*) Outros Acréscimos	
PRT		(=) Valor Cobrado 102,41	
104-0 10499.78891 73617.702383 46130.001012 1 56840000006666			
Código do Cedente 912.009.019.88973-0	Nosso Número 023846130001	Valor do Documento 66,66	Data Vencimento 30/04/2013
		Exercício 2013	
Autenticação Mecânica			

102,41R01001

CEF4350212201400124100176

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SIN RADIALISTAS PROF E TRAB EM EMP RADIODIFUS@O E TV RO 000516			912.009.019.88973-0	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
R JOSE BONIFACIO	1149		07.270.802/0001-60	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF	
OLARIA	78801-230	PORTO VELHO	RO	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
CARDOSO E FERNANDES LTDA			02.384.613/0001-03	
Endereço	Número	Complemento		
AV TRANSCONTINENTAL	938			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
78900-091	CENTRO	JI-PARANA	RO	601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(-) Valor do Documento	
		86,66	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
60.000,00	2		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
60.000,00			
Total Empregados - Estabelecimento		(+*) Mora / Multa	
2		19,93	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+*) Outros Acréscimos	
PRT		(-) Valor Cobrado	
		86,59	

104-0

10499.78891 73617.702383 46130.001012 1 60490000006666

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
912.009.019.88973-0	023846130001	66.66	30/04/2014	2014

Autenticação Mecânica

56,59R01001

CEF433502122014002241000177

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certidão nº: 69648493/2014

Expedição: 24/11/2014, às 09:09:45

Validade: 22/05/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.384.613/0001-03**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:03:46 do dia 24/11/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/12/2014.

Certidão expedida gratuitamente.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 226762014-88888613

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 06/09/2014.

Válida até 05/03/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02384613/0001-03

Razão Social: CARDOSO & FERNANDES LTDA

Endereço: AV TRANSCONTINENTAL 938 SALA 04 / VILA JOTAO / JI-PARANA / RO / 78960-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/12/2014 a 06/01/2015

Certificação Número: 2014120804570379190958

Informação obtida em 16/12/2014, às 10:09:55.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



04/11/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA - ME
CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 15:26:40 do dia 04/11/2014 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/05/2015.

Código de controle da certidão: **192D.0696.0021.0DF7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Requerimento 3/N (0502139) - SEI 93506-035954/2014-66 / pg. 15



Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão Número: 20145300234407
Código de Controle: 300234407
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: 02384613000103
Nome ou Razão Social: CARDOSO & FERNANDES LTDA

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data NÃO CONSTAM débitos vencidos do interessado relativos a tributos estaduais, ou a créditos inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado.

Finalidade...: TRANSAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Emitida em.: 23/10/2014 - 13:20:42
Validade.....: 21/01/2015

Certidão emitida com base na Instrução Normativa nº 004/2011/GAB/CRE.

Imprimir Fechar Janela

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
PM JI-PARANÁ

AV. 02 DE ABRIL, 1701 - URUPÃ - JI-PARANÁ
CNPJ: 04.092.672/0001-25

CERTIDÃO NEGATIVA
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000086905

Contribuinte

CARDOSO & FERNANDES LTDA

Logradouro

Bairro

VILA JOTAO

Cidade

JI PARANA

CPF/CNPJ

02.384.613/0001-03

Número

Complemento

938

CEP

78960000

UF

RO

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Atestamos a autenticidade da certidão consultada.

Emitida às 15:48:15 do dia 19/11/2014

Válida até 19/12/2014

Código de Controle da Certidão/Número 5088514785417B54

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DE GUAPORÉ

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

AVENIDA SAO PAULO, 1490 - 76932000 - CRISTO REI - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RO

CertidAo Negativa de DEbitos

Informações da Certidão:

Data de Emissão: 25/11/2014

N.º da Certidão: 869/2014

Data de Vencimento: 25/12/2014

Código de Autenticação: 0188156196141

Informações do Requerente:

CNPJ/CPF Requerente: 02.384.613/0001-03

Requerente: CARDOSO & FERNANDES LTDA ME

Finalidade da Certidão: DE TRANSMISSÃO

Informações do Contribuinte: Empresa/Prestador

CPF / CNPJ: 02.384.613/0001-03

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME

Endereço: AVENIDA TRANSCONTINENTAL, 938 - VILA JOTAO JI PARANA/RO CEP: 78.964-460

É certificado que, verificando os registros de pendência junto a Fazenda Pública Municipal, na presente data, o contribuinte acima citado não possui débitos vencidos. O Departamento Municipal de Fazenda ressalva o direito de cobrar quaisquer débitos de responsabilidade acima que vierem a ser apurados.

Terça-feira, 25 de Novembro de 2014.

Atenção: Esta Certidão foi emitida via Internet, e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima, acesse www.saomiguel.ro.gov.br, Tributos Web, clique na opção (CERTIDÕES) e posterior selecionando a Opção AUTENTICAR DOCUMENTOS).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 18

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das C

REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESS

(x) Vista () Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () C
Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar: _

Processo nº **53900.035954/2014-60**

Tipo de Processo: () Outorga () Pós-Outorga (x) Acompanhamento e A

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa (x) Rádio/TV C

Entidade: **CARDOSO & FERNANDES LTDA**

CNPJ nº: **02.384.613/0001-03**

Interessado(a): **LUIS FERNANDO LUTH**

CPF/MF: **530.053.769-15**

OAB/DF nº **39665**

E-mail: **l.defree@hotmail.com**

Endereço: **SRTV/SUL QD. 701 BL. O S/**

CEP: **70340-000**

Município: **BRASILIA**

() Procurador (X) Advogado () Integrante do co

Anexar ao requerimento via digitalizada:

a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representar
identificação pessoal com foto;

b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e

c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato soc
identificação pessoal com foto.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Peça 035954/2014-60 pg. 19

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

BRASILIA – DF 03 DE MARÇO DE 20

Município/dia/mês/ano



LUIZ FERNANDO LUTH



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Peça (0334316)

SLI 33300.033334/2014-00 / pg. 20

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Petição (6334326)

SEI 33300.033954/2014-60 / pg. 21



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



ORDEN DOS ADVOGADOS

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

LUIZ FERNANDO LUTH

FILIAÇÃO

LAURO DA VEIGA LUTH

DULVINA DE OLIVEIRA LUTH

NATURALIDADE

CURITIBA-PR

RG

38958488 - SESP/PR

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

INSCRIÇÃO

39665



CAAI

IBANEIS ROCHA BARROS
PRESIDENTE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Petição (0334326)

SEI 33300.033554/2014-00 / pg. 22

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Petição (0334326)

SLI 33300.033334/2014-00 / pg. 23

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD »» Consultas »» Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RO

Município: São Miguel do Guaporé

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

CARDOSO & FERNANDES LTDA

São Miguel do Guaporé

11/04/2005

11/04/2015

Usuário: -

Data: 06/05/2015

Hora: 15:23:57

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

Tela Inicial Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
280	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	Ariquemes	FM	2	H	
220	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	Colorado do Oeste	FM	2	H	
259	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	São Miguel do Guaporé	FM	3	M	
235	CARDOSO & FERNANDES LTDA	RO	Vilhena	FM	3	M	

Usuário: - Data: 06/05/2015 Hora: 15:24:10

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713 / pg. 25

[Menu Principal](#)Sistemas
InterativosSRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: RO
Município: São Miguel do Guaporé
Frequência: 99,7 MHz
Classe: B2
Canal: 259

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 689695276
Primeiro 17/03/2011 11:35:56
Licenciamento:
Fistel: 50401579328
CNPJ: 02.384.613/0001-03
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)
Último 17/03/2011 11:35:56
Licenciamento:

☒ **Dados do Plano Básico**☐ **Dados da Outorga**

Dados da Entidade

CNPJ: **Razão Social:** CARDOSO & FERNANDES LTDA**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Cep: 78960000
Número: 938
Município: Ji-Paraná
Telefone: 00 0000000000
Logradouro: AVENIDA TRANCONTINENTAL
Complemento: SALA 04
Distrito:
Bairro: VILA JOTAO
SubDistrito:
UF: RO
Fax:

Endereço de Correspondência

Não Cadastrado

Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: **Data Publicação**
Contrato/Convênio:
SCRAD Técnico:
Data Limite
Instalação: **Número do Processo:**
Fistel: 50401579328

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos


Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza	
<div><div></div><div></div></div>	<div><div>- Selecione -</div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div>15/05/2002</div><div></div></div>	<div><div>Outorga</div><div></div></div>	<div><div>Jur.</div><div></div></div>
<div><div></div><div></div></div>	<div><div>- Selecione -</div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div>19/08/2004</div><div></div></div>	<div><div>Deliber. do C. Nacional</div><div></div></div>	<div><div>Jur.</div><div></div></div>
<div><div></div><div></div></div>	<div><div>- Selecione -</div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div>28/09/2007</div><div></div></div>	<div><div>Aprovação de Local</div><div></div></div>	<div><div>Jur.</div><div></div></div>
<div><div></div><div></div></div>	<div><div>- Selecione -</div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div></div><div></div></div>	<div><div>22/10/2007</div><div></div></div>	<div><div>Autoriza o Uso de Radiofrequência</div><div></div></div>	<div><div>Jur.</div><div></div></div>



Característica da Estação Instalada

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 26

+ Dados do Licenciamento Tela Inicial Imprimir

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

[Menu Principal](#)SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição**[internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.384.613/0001-03

CARDOSO & FERNANDES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: **thaisaf.mc - Thaís Freire Diogo de Oliveira**Data: **06/05/2015**Hora: **15:24:10**

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 28



BOA TARDE
Thaís Freire Diogo de Oliveira
Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 421.396.002-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: thaisaf.mc - Thaís Freire Diogo de Oliveira Data: 06/05/2015 Hora: 15:24:29

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713 / pg. 29



BOA TARDE
Thaís Freire Diogo de Oliveira
Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição internet teia menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 061.973.628-30

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: thaisaf.mc - Thaís Freire Diogo de Oliveira Data: 06/05/2015 Hora: 15:24:35



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713-60 / pg. 30



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **CARDOSO & FERNANDES LTDA**

CNPJ: **02.384.613/0001-03**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:25:14 do dia 06/05/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/06/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Arquivo SHD / SIAACC / PROCEL (0491635)

SLI 53300.033334/2014-60 / pg. 31

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

[Imprimir](#)[Voltar](#)

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.035954/2014-60		
Entidade: CARDOSO E FERNANDES LTDA - ME		
Localidade: SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	UF: RO	Serviço: FM
Período: 11/04/2015 A 11/04/2025.		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?		X		01 Representação Legal
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?		X		03 Representação Legal
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?		X		04 Representação Legal
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			05
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		X		2010 a 2014 06 a 10 Cópia Simples
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			12
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			13
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			14
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			15



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNux=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Checklist (0431681/)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 33

10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			16
11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			Ji-Paraná – 17 São Miguel do Guaporé - 18
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	1ª Instância		2ª Instância		Fl(s).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal, de 1ª e 2ª instância. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)			X		X	
			X		X	
			X		X	
			X		X	

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.
2. Representante (s) Legal (is): SEI: 0491833
3. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SEI: 0491833)
4. De ordem, a partir de 23/03/2015, passam a serem exigidas certidões cíveis e criminais, da esfera estadual e



Observações:
federal, de 1ª e 2ª instância (Cota n. 138/2015/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU)
Análise:
THAÍSA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Técnico de Nível Superior



NOTA TÉCNICA Nº 9235/2015/SEI-MC

Processo n.º: 53900.035954/2014-60.

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto e aos ditames previstos no Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU que aprovou com ressalvas o Parecer 52/2014/DPL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0491881), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;
- declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
- declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de 1ª e 2ª instância, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor de TODOS os processos porventura existentes, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

5. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 07/05/2015, às 17:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 07/05/2015, às 17:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 07/05/2015, às 17:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0491886** e o código CRC **EDF8EEC2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 13790/2015/SEI-MC

Brasília, 07 de maio de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS Setor Radio e TV Sul , Quadra 701, Sala 463, Bloco O, Ed. Centro Multiempresarial
70340-000 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.035954/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 9235/2015/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 07/05/2015, às 17:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0491923** e o código CRC **981934FD**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 13790 (0491923)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 38

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

OF: 13790/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463, BLOCO O,
ED. CENTRO MULTIEMPRESARIAL
CEP: 70340-000 BRASÍLIA/DF
PROC.: 53900.035954/2014
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Cópias (origem externa) AR 038733819BR (0559434)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 39





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JH 03873381 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / VILLE

UF

BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA DO CARIMBO MP)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3codNuxep575a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Outros (origem externa) / Autres (origine externe) : AR JH 03873381 9 BR (5599434)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 40

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

OF: 13790/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
 SRTVS SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463, BLOCO O,
 ED. CENTRO MULTIEMPRESARIAL
 CEP: 70340-000 BRASÍLIA/DF
 PROC.: 53900.035954/2014
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

DESTINATAIRE

UF

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Luiz Carlos Guilherme
 Mat 8132031-0



EN

RA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JH 03873381 9 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / L'EXPÉDITEUR
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 39907/2015/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS Setor Radio e TV Sul , Quadra 701, Sala 463, Bloco O, Ed. Centro Multiempresarial
70340-000 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.035954/2014-60.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 9235/2015/SEI-MC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício.

2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 02/12/2015, às 19:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0858989** e o código CRC **698B99BC**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 39907/2015/SEI-MC

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 43

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

OF: 39907/2015/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS. SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463
BLOCO O, ED. CENTRO MULTIEMPRESARIAL
CEP: 70.340-000 BRASÍLIA / DF
PROC: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGA



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 44

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 00166671 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

70044-900 - Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília-DF



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>




SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 45

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
OF: 39907/2015/SEI-MC/DEOC/GTCO AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME SRTVS. SETOR RADIO E TV SUL, QUADRA 701, SALA 463 BLOCO O, ED. CENTRO MLIEMPRESARIAL CEP: 70.340-000 BRASÍLIA / DF PROC: 53900.035954/2014-60 RENOVAÇÃO DE OUTORGA		SOCIALE DU DESTINATAIRE	
		UF	PAÍS / PAYS
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
		<input type="checkbox"/> EMS	
		<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE RÉCEPTION	CARIMBO DE ENTREGA BUREAU DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
		07 DEZ 2015	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E ASSINATURA DO EMPREENHADOR SIGNATURE DE L'AGENCE  André Rodrigues de Souza Agente de Carteira Matrícula 8.132.013-2		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			
75240203-0			
FC0453 / 16			
114 x 186 mm			



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JH 00166671 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

____/____/____

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
75044-000 - Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

____-____-____



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 848/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS, quadra 701, Bloco L, torre 2, sala 125, 1º andar, Edifício Assis Chateaubriand, Asa Sul
70340 000 Brasília/DF

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência Processo nº 53900.035954/2014-60**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 9.235/2015/SEI-MC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício.

2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 12/01/2016, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0919934** e o código CRC **4F933FE1**.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNux=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 848 (0919934)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 48

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

OF: 848/2016/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS, QUADRA 701, BLOCO L, TORRE 2, SALA 125, 1º ANDAR,
EDIFÍCIO ASSIS CHATEAUBRIAND ASA SUL
CEP: 70340-000 BRASILIA/DF
PROC.: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGAS



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

OF: 848/2016/SEI-MC/DEOC/GTCO
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
CARDOSO & FERNANDES LTDA-ME
SRTVS, QUADRA 701, BLOCO L, TORRE 2, SALA 125, 1º ANDAR,
EDIFÍCIO ASSIS CHATEAUBRIAND ASA SUL
CEP: 70340-000 BRASÍLIA/DF
PROC.: 53900.035954/2014-60
RENOVAÇÃO DE OUTORGAS

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR	JH 00166745 3 BR	
	AVIS CN07			
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 30%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 30%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 30%;"></div> </div>	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 30%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 30%;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; height: 20px; width: 30%;"></div> </div>	
<div style="font-size: 1.5em; font-weight: bold; transform: rotate(-5deg);"> AGÊNCIA MINICOM </div>				
PREENCHER COM LETRA DE FORMA				
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px auto; width: 80%;"> Serviço Público Federal Ministério das Comunicações Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O 70044-900 - Brasília-DF </div>				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE				
CIDADE / 70044-900				UF DF
BRASIL				



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Subgrupo de Documentação e Informação Comercial

Protocolo nº: 53900.035954/2014-60

Certifico e dou fé que após busca realizada no setor – SDCOM – localizou-se apenas o AR, devidamente anexado ao processo, mesmo transcorrido o prazo para resposta da Entidade.

Devolvo o processo para análise.

Em 04/03/2016



Documento assinado eletronicamente por **Diego Fernandes Carneiro Silva, Chefe de Serviço**, em 04/03/2016, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1003575** e o código CRC **B32F22BB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Despacho 1003575

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 53

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

BOM DIA
Edinéia Pereira da CostaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RO

Município: São Miguel do Guaporé

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CARDOSO & FERNANDES LTDA	São Miguel do Guaporé	11/04/2005	11/04/2015

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:56:17

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/indexed-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713-158a16713

Anexo dados da entidade (5817582)

SLI 33960.033334/2014-60 / pg. 54



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:56:58 do dia 25/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/conviteo/75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713.pdf> / pg. 55

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

[Imprimir](#)[Voltar](#)



BOM DIA
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.384.613/0001-03

CARDOSO & FERNANDES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:57:30



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444\$/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/4000/index?75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexo dados da entidade (5617362)

62153360-633334/2014-60 / pg. 57



BOM DIA
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 421.396.002-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:57:46



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e6574\$/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?id_documento=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexo dados da entidade (5617362)

62153360.633334/2014/60 / pg. 58



BOM DIA
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 061.973.628-30

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: Anatel\edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 25/08/2020

Hora: 09:58:04



Documento original eletrônico.

nctic.gov.br/f5-w-687474703a2f2f73697374656d61736e657444\$/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/condp/condp=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713-62153960-693994/2014/60/pg.59

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53900.035954/2014-60			
Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA		CNPJ: 02.384.613/0001-03	
Executante do serviço de radiodifusão FM		Localidade: São Miguel do Guaporé	UF: RO
Validade da Outorga: vencida		Período: 11/04/2015 a 11/04/2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	Fls. 4 a 6 (58117562)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	-
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	-
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	-



REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	PENDENTE	-
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	PENDENTE	-
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Fl. 2 (58117562)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	PENDENTE	-
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Edineia Pereira da Costa CARGO: Especialista em Infraestrutura Sênior	25/08/2020



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 2975/2020/SEI-MC

Processo nº 53900.035954/2014-60

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da CARDOSO & FERNANDES LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Não obstante, verificou-se que a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão, face as recentes alterações legislativas.

4. Nesse sentido, cabe mencionar que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

5. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

RELATIVOS À ENTIDADE

5.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?prodNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 2975 (5817600)

SEI 53900.035954/2014-60 pg. 62

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

5.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

5.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

5.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social **(assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02)**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

5.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.6. prova de inscrição no CNPJ;

5.7. prova de regularidade perante as Fazendas **federal, estadual, municipal** da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

5.8. prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

5.9. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

5.10. laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, **(vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração)**, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

Nota: O modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018 - FM / TV](#)



6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 5º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 26/08/2020, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5817600** e o código CRC **8FE2E584**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 5817600



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?prodNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 4051/2020/MC

Brasília, 25 de agosto de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
CARDOSO & FERNANDES LTDA (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03)
Setor de Rádio e TV Sul - Quadra 701 - Bloco O - 4 andar - Sala 463 - Asa Sul
70.340-000 Brasília/DF

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.035954/2014-60.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 2975/2020/SEI-MC e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5817564), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 26/08/2020, às 11:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5817647** e o código CRC **CD6C0B10**.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:		<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <div style="float: right; text-align: right;"> <input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais </div>	
		<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens	
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios



diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal



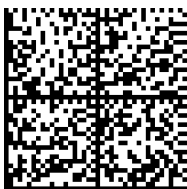
ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.





NF.:
Pedido:

Contrato: 9912443202
CARTA COMERCIAL
CONTRATO

Volume: 1/1
Peso(g): 00030

BO303198977BR



AR

Nome Legível: _____

Documento: _____ Rubrica: _____

ENTREGA NO VIZINHO

NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO



CARDOSO FERNANDES LTDA
SETOR DE RADIO E TV SUL, 701
BLOCO O 4 ANDAR SALA 463 - ASA SUL
70340-000 BRASILIA/DF



Obs: SERAD-SEPOS-REN -
53900.035954/2014-60--OFÍCIO Nº
4051/2020/---Nota Técnica n.º 2975/2020--
Requerimento Padrão (evento SEI nº
5817564)

Remetente:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E...
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS,

70044-900 BRASÍLIA/DF



Documento original eletrônico.

<https://triplep-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Outros (origem externa) BO303198977BR (5829791)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 70

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

 AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM 27/08/2020
DESTINATÁRIO CARDOSO FERNANDES LTDA SETOR DE RADIO E TV SUL , 701 BLOCO O - 4 ANDAR SALA 463 ASA SUL 70340-000 BRASILIA DF		UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900		CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
 BO303198977BR		
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ 2ª ____/____/____ : ____ 3ª ____/____/____ : ____	DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD-SEPOS-REN -53900.035954/2014-60;1 - OFÍCIO Nº 4051/2020; 1 - Nota Técnica n.º 2975/2020;1 - Requerimento Padrão (evento SEI nº 5817564);	
	MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO	RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
ASSINATURA DO RECEBEDOR		DATA DE ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE



Documento original eletrônico.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/7codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Outros (origem externa) BO303198977BR (5825791)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 71

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

Is (origem externa) ar não recebido - OF 4051 - 2020 (6079616) - SEI 33900.035954/2014-60 / pg. 73

		AVISO DE RECEBIMENTO		AR	DATA DE POSTAGEM 27/08/2020
DESTINATÁRIO CARDOSO FERNANDES LTDA SETOR DE RADIO E TV SUL, 701 BLOCO O 4 ANDAR SALA 463 ASA SUL 70340-000					UNIDADE DE POSTAGEM AGF VIA POSTAL
REMETENTE MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R - SERAD/SEPOS, BRASÍLIA - DF 70044-900					CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA
 BO303198977BR					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 2º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> 3º <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u>					DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) 1 - SERAD-SEPOS-REN -53900.035954/2014-60;1 - OFÍCIO Nº 4051/2020; 1 - Nota Técnica n.º 2975/2020.1 - Requerimento Padrão (evento SEI nº 5817564);
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO [1] MUDOU-SE [6] NÃO PROCURADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [7] AUSENTE [3] NÃO EXISTE NÚMERO [8] FALECIDO [4] DESCONHECIDO [9] OUTROS [5] RECUSADO					RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
ASSINATURA DO RECEBEDOR					DATA DE ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR					Nº DOC. DE IDENTIDADE

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Data de Envio:

11/01/2023 11:11:26

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à CARDOSO & FERNANDES LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.035954/2014-60

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 11/01/2023 11:28

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora CARDOSO & FERNANDES LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 11 de janeiro de 2023 11:11

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjor), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à CARDOSO & FERNANDES LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.





Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Pedro Nery de Souza Neto**

Data/Hora: **11/01/2023 09:45:48**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	RO	Município:	São Miguel do Guaporé		
	Entidade		Município	Data Outorga	Validade
	CARDOSO & FERNANDES LTDA		São Miguel do Guaporé	11/04/2005	11/04/2015
Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto Data: 11/01/2023 Hora: 09:45:48					



Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (0) 0000000000	E-mail:
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA TRANCONTINENTAL	Complemento: SALA 04	
Bairro: VILA JOTAO	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 78960000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Setor de Radio e TV Sul	Complemento: - Quadra 701 - Bloco O - 4º Andar - Sala 463	
Bairro: Asa Sul	Numero: s/nº	
Município: Brasília	UF: DF	CEP: 70340000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: AV PRESIDENTE VARGAS ESQ COM RUA SERINGUEIRA	Complemento:	
Bairro: -	Numero: S/N	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 78970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AV CAPITÃO SILVIO	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 78970000

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: São Miguel do Guaporé		UF: RO	

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: B2	ERP Máxima: 2.326kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 17/03/2011	Número da Licença: 000001/2011-RO

Estação Principal



23.10.0138 original eletrônico.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/3codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexo - Telas Anatel (10013022)

SEI 53556-035534/2014 607 pg. 77

Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 010100301806	Modelo: RDFM-2000-T
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 1.600 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 45 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 2.33 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.47	5°: 0	10°: 0.33	15°: 0	20°: 0.16	25°: 0	30°: 0.04	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0.14	75°: 0	80°: 0.34	85°: 0	90°: 0.54	95°: 0	100°: 0.74	105°: 0	110°: 0.94	115°: 0
120°: 1.12	125°: 0	130°: 1.26	135°: 0	140°: 1.38	145°: 0	150°: 1.48	155°: 0	160°: 1.59	165°: 0	170°: 1.69	175°: 0
180°: 1.71	185°: 0	190°: 1.62	195°: 0	200°: 1.46	205°: 0	210°: 1.28	215°: 0	220°: 1.1	225°: 0	230°: 0.9	235°: 0
240°: 0.73	245°: 0	250°: 0.6	255°: 0	260°: 0.51	265°: 0	270°: 0.45	275°: 0	280°: 0.45	285°: 0	290°: 0.49	295°: 0
300°: 0.54	305°: 0	310°: 0.61	315°: 0	320°: 0.68	325°: 0	330°: 0.7	335°: 0	340°: 0.66	345°: 0	350°: 0.58	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 2.33 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							





BOM DIA
Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.384.613/0001-03									
CARDOSO & FERNANDES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: **pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto**

Data: **11/01/2023**

Hora: **09:47:26**



Documento original eletrônico.

iacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://anileg-autenticidade-e-assinatura-cabana-leg.br/30000uxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

SEI-53560-055534/2014-607 pg. 80



Agência de Telecomunicações

BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		421.396.002-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 11/01/2023

Hora: 09:48:08



Agência de Tel

BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		061.973.628-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 11/01/2023

Hora: 09:48:22

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto Data: 11/01/2023 Hora: 09:48:45



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA

Pedro Nery de Souza Neto

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	cardoso & fernandes

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: pedron.colab - Pedro Nery de Souza Neto Data: 11/01/2023 Hora: 09:49:45



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: CARDOSO & FERNANDES LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:50:16 do dia 11/01/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/02/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Tela: 1

Selecione Canais

Nome do Registro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	14
------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	----



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/3codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 87

Anexo Teias Anatel (10019022)

SEI 55560:055534/2014-607

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



ESTADO DE RONDÔNIA
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Certidão Negativa

Distribuição - Ações de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia **CERTIFICA** que, revendo os seus registros nos Sistemas SAP e PJE, quanto a distribuição de ações referentes a **distribuição - ações de falência, concordata e recuperação judicial e extrajudicial**, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição, até a presente data, contra **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA**, CNPJ nº 02384613000103, **NADA CONSTA**.

Válida por **90** dia(s).

Observações:

a) A informação dos dados pessoais constantes neste documento é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

b) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJRO, Menu Principal 'Validação de Certidão' - (<https://www.tjro.jus.br/certidao-unificada/>), informando o **NÚMERO DE CONTROLE: 2023-AL09-AHDK-EPR3-2DTH**;

c) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua emissão.

Observações:null

Critérios:PARTICIPAÇÃO ATIVO_PASSIVO, SOMENTE PROCESSOS ATIVOS, NÃO HAVENDO EXCLUSÃO LÓGICA E UTILIZANDO AS CLASSES: 11397,135,138,108,156,111,128,129,11875.

1943

1981

RONDÔNIA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.384.613/0001-03 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 27/02/1998</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO AV MARECHAL RONDON</div>	<div>NÚMERO 870</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 314</div>	
<div>CEP 76.900-082</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO JI-PARANA</div>	<div>UF RO</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAORADIOS@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (69) 3341-2121</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/01/2023 às 10:06:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL:	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 11/01/2023 às 10:11 (data e hora de Brasília).





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:13:04 do dia 11/01/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/07/2023.

Código de controle da certidão: **005C.5487.F61C.0713**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Governo do Estado de Rondônia
Secretaria de Estado de Finanças
Coordenadoria da Receita Estadual

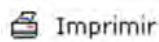
CERTIDÃO POSITIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS COM EFEITO NEGATIVO
(NOS TERMOS DO ART. 206 DA LEI 5172-CTN)

Certidão Número: **20235300121613**
Código de Controle: **300121613**
Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF: **02384613000103**
Nome ou Razão Social: **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA**

Ressalvado seu direito de cobrar quaisquer valores de responsabilidade do sujeito passivo acima que vierem a ser apurados, a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, após verificar seus assentamentos, certifica, para o fim abaixo especificado, que na presente data CONSTAM débitos vencidos do interessado, inscritos na Dívida Ativa Tributária do Estado ou não, cuja exigibilidade se encontra suspensa nos termos do artigo 151 da lei 5172, de 25 de outubro de 1966.

Finalidade...: **TRANSAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
Emitida em.: **11/01/2023 09:15:26**
Validade....: **11/04/2023**

Certidão emitida com base na Instrução Normativa Nº 12/2021/GAB/CRE



Imprimir

Fechar Janela



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxep=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo Certidões Emitidas (10619025)

SEI 53500.005594/2017-60 / pg. 92

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
PM JI-PARANÁ

AV. 02 DE ABRIL, 1701 - URUPÁ - JI-PARANÁ

CNPJ: 04.092.672/0001-25



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000086905

Contribuinte

GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

Logradouro

AV. MARECHAL RONDON

Bairro

CENTRO

Cidade

JI PARANÁ

CPF/CNPJ

02.384.613/0001-03

Número

870

Complemento

SALA 314

CEP

76900082

UF

RO

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, NÃO POSSUI DIVIDA VENCIDA E SIM A VENCER com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Atestamos a autenticidade da certidão consultada.

Emitida às 09:19:50 do dia 11/01/2023

Válida até 10/02/2023

Código de Controle da Certidão/Número E5AA1E408D8180B9

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo Certidões Emitidas (10619025)

SEI 55500.005594/2017-60 / pg. 93

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.384.613/0001-03
Razão Social: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
Endereço: AV MARECHAL RONDON 870 SALA 314 / CENTRO / JI-PARANA / RO / 76900-082

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/12/2022 a 24/01/2023

Certificação Número: 2022122602555138960432

Informação obtida em 11/01/2023 10:29:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certidão nº: 1395815/2023

Expedição: 11/01/2023, às 10:30:00

Validade: 10/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.384.613/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxen=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo Certidões Emitidas (10619025)

SEI 53500-005594/2017-60 / pg. 95

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CGC nº 01.785.132/0001-39, que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Cafelândia, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000141/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 86, de 09 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 92, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CGC nº 01.785.132/0001-39, que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Iporã, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000134/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 80, de 09 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 93, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., CGC nº 01.785.132/0001-39, que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Icaraima, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000136/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 82, de 09 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 94, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, para o arquivamento do Ato Constitutivo da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CAMPINA DA LAGOA LTDA., que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de Campina da Lagoa, na faixa de fronteira do Estado do

Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000060/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 58, de 03 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

ATO Nº 95, DE 17 DE MARÇO DE 1998

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na condição de Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, combinado com o art. 5º da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na redação dada com a Medida Provisória nº 1.549-40, de 26 de fevereiro de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, e o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, e considerando o Parecer nº 004/94/AJU/SAE/PR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1994, resolve:

Dar Assentimento Prévio, no âmbito de sua competência, à empresa CARDOSO & FERNANDES LTDA., que pretende executar serviço de radiodifusão, no Município de São Miguel do Guaporé, na faixa de fronteira do Estado de Rondônia, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53800.000034/98 e a proposta do Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 92, de 10 de março de 1998.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Secretário de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Conselho Superior

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB, em sua 24ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 1998, fazendo uso da competência que lhe confere o inciso III do Art. 5º de seu regulamento, considerando: a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - PNDAE, inclui entre suas diretrizes "completar, manter e adequar a infra-estrutura necessária às missões espaciais de interesse nacional, incluindo bases de lançamento", bem como "incentivar iniciativas de exploração comercial, prioritariamente pelo setor privado, de serviços e produtos decorrentes ou associados às atividades espaciais"; a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, por meio de convênio firmado com o Ministério da Aeronáutica com a intervenção da AEB (Convênio nº 001/DEPED/98-MAer/nº001/96/0001-INFRAERO) assumiu a incumbência de executar atividades necessárias à utilização do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA por terceiros para o lançamento de engenhos espaciais com fins pacíficos; o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica firmado em fevereiro de 1997 entre os governos do Brasil e da Itália contempla a associação entre empresas dos dois países como forma de implementar essa cooperação; e a iniciativa de associação entre a INFRAERO, a empresa italiana FIATAVIO e a empresa ucraniana YUZHNOYE com vistas à exploração de serviços de lançamento de veículos Cyclone através CLA, atende às orientações explicitadas acima; resolve:

Art. 1º - Tomar nota da informação sobre o início das negociações entre as empresas INFRAERO, FIATAVIO e YUZHNOYE.

Art. 2º - Recomendar que essas negociações prossigam de acordo com a legislação vigente e as diretrizes para utilização comercial do CLA que venham a ser estabelecidas.

Art. 3º - Instruir ao Presidente, no tocante às negociações em causa, que a AEB as acompanhe e preste o apoio no que lhe competir; e informe a este Conselho seus resultados.

LUIZ GYLVAN MEIRA FILHO
Presidente do Conselho

(Of. nº 39/98)

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Diretoria de Recursos Humanos

DESPACHOS

Processo nº 000005/98-17

Com fundamento no parágrafo 1º, do Artigo 80 do Decreto - Lei nº 200, de 25/02/67, tendo em vista o que dispõe o caput do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93, republicada em 06/07/94, no uso da competência conferida pela alínea "m" do Artigo 34 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria Ministerial nº 812, de 16/12/93, e considerando o pronunciamento conclusivo emitido pela Procuradoria Jurídica, RECONHEÇO a situação de inexigibilidade de licitação para o fornecimento de Impulso Telefônico para esta Superintendência no exercício de 1998 importando a despesa no valor previsto de R\$72.000,00 (Setenta e dois mil reais) através da TELPE- Telecomunicações de Pernambuco S/A C.G.C 10.819.803/0001-26 empenhada à conta do Programa de Trabalho 040007002149000001, Plano Interno 490000012 Natureza da Despesa 349039, Fonte 100,

ROOSEVELT GONÇALVES DE LIMA
Superintendente Regional em Pernambuco



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 553/2023/SEI-MCOM

1.

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADO: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.

NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

2. Trata-se de processo administrativo de interesse da GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., anteriormente denominada CARDOSO & FERNANDES LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé/RO, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

3. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 2975/2020/SEI-MC, concluiu pela expedição do Ofício nº 4051/2020/MC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 5817600 e 5817647). No entanto, não foi localizada resposta da interessada ao referido ofício.

4. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I,



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consultaNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 553 (10619492)

SEI 53900.035954/2014-60 pg. 97

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;

h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. prova de regularidade perante a Fazenda municipal **da sede da pessoa jurídica**, na forma da lei;

3.4. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

5. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

6. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, encontra-se com o status "(FM-C3) Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a6713> pg. 98



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a6713

os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 16/02/2023, às 10:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 16/02/2023, às 12:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 16/02/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10619452** e o código CRC **FD350F42**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 10619452



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?documento=Nuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 535 (10619452)

SEI 53900.035954/2014-60, pg. 99

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 867/2023/MCOM

Brasília, 16 de fevereiro de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GEMELLI RÁDIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03)
Rua Potiguara, nº 3420 - Centro
76993-000 - Colorado do Oeste/RO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.035954/2014-60.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 553/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.

3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo nº 53900.035954/2014-60, condição para que o pleito seja analisado.**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNux=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 867 (10613507)

SEI 53900.035954/2014-60 pg. 100

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 16/02/2023, às 15:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10619507** e o código CRC **B2F78857**.

Anexos:

- Nota Técnica 553 (10619452)
- Requerimento Padrão (10619506)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 867/2023/MCOM - Processo nº 53900.035954/2014-60 - Nº SEI: 10619507



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 867 (10619507)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 101

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- (i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

02.384.613/0001-03

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

[][]

1 / 1

[][]

Razão Social

CNPJ

Emails

Sem dados para exibir.

10 ▾

[][]

1 / 1

[][]

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento original eletrônico.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexo CADSEI (10729236)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 106



 Correios AR		AVISO DE RECEBIMENTO		VIA POSTAL			
DESTINATARIO GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA RUA POTIGUARA, 3420 CENTRO - COLORADO DO OESTE - RO 76993-000 ENDERECO PARA DEVOLUCAO DO AR MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF 70044-900		YJ364072269BR  DEOPO SERAD CGPO CORRIG PROC 53900035954/2014-60 OF 86 7 NT353 SEI				CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA	
TENTATIVAS DE ENTREGA		DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)				RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO	
1º _____ / _____ / _____ : _____ h		MOTIVO DE DEVOLUCAO [1] MUDOU-SE [5] RECUSADO [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE [6] NÃO PROCURADO [3] NÃO EXISTE NÚMERO [7] AUSENTE [4] DESCONHECIDO [8] FALECIDO [9] OUTROS _____					
2º _____ / _____ / _____ : _____ h		() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico				Reintegrado Ao Serviço Postal Em: _____ / _____ / _____	
3º _____ / _____ / _____ : _____ h						DATA DE ENTREGA _____ / _____ / _____	
ASSINATURA DO RECEBEDOR						N DOC. DE IDENTIDADE	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR							

REMETENTE:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Documento original eletrônico

<https://intoleg.br/ver/encade-yj-364-072-269-br-76993-000-035954-2014-60-98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Envelope YJ 364 072 269 BR (10729725)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 108



Contrato: 9912556366
CARTA REG AR O4

Volume: 1/1
Peso (g): 100.0

YJ 364 072 269 BR



AR

Recebedor: _____
Assinatura: _____

Documento: _____



DESTINATÁRIO
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
RUA POTIGUARA 3420 CENTRO

76993-000 COLORADO DO OESTE/RO
Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES SERAD DEOPO
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASIL/DF
DEOPO SERAD CGPO CORRC PROC 53900035954/2014-60 OF 867 NT553 SEI

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Estações

Estações ▾

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | |

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾
Visualizar em PDF ▾ <input type="button" value="▶"/>	FM-C4 (Canal Licenciado)	02384613000103	CARDOSO & FERNANDES LTDA	50401579328	P	Comercial	FM	230	RO	São Miguel do Guaporé



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo ANATEL (11154742)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 109

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (0) 0000000000	E-mail:
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA TRANCONTINENTAL	Complemento: SALA 04	
Bairro: VILA JOTAO	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 78960000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



33.07.10:55 original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (11134742)

SEI 93500-055954/2014-007 pg. 110

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5"	5°: Lat 11°33'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°41'46.41" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°40'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°37'17.54" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°37'17.54" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°36'52.27" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°36'10.56" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'37.03" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°35'37.03" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°35'14.82" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'14.82" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°37'0.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°37'33.34" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°38'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°38'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°39'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°39'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°40'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°41'37.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°42'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5"	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4"	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08"	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°48'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16"	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'1.5" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'48.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120°: 15.3	125°: 15	130°: 15.5	135°: 15.6	140°: 15.6	145°: 15.5	150°: 16	155°: 15.9	160°: 16.5	165°: 16.2	170°: 15.3	175°: 15.9
180°: 16.5	185°: 15.7	190°: 15.2	195°: 16.2	200°: 16.5	205°: 16.2	210°: 15.7	215°: 15.7	220°: 15.7	225°: 15.6	230°: 15.9	235°: 16.5
240°: 16.6	245°: 16.6	250°: 16.6	255°: 16.3	260°: 16	265°: 15.7	270°: 15.9	275°: 16	280°: 16.5	285°: 16.6	290°: 16.3	295°: 15.7
300°: 15.3	305°: 15	310°: 15	315°: 15.2	320°: 15.3	325°: 15.3	330°: 15.3	335°: 15	340°: 14.4	345°: 14.3	350°: 14.4	355°: 15

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							





NOME/RAZÃO SOCIAL CARDOSO & FERNANDES LTDA				CNPJ 02384613000103
Nº DA ESTAÇÃO 689695276	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 11° 41' 6.00" S	LONGITUDE 62° 43' 5.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4, nº s/n.	DISTRITO	
BAIRRO Centro	MUNICÍPIO São Miguel do Guaporé	UF RO

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 11/04/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 99.7 MHz CANAL: 259

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 194.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW303

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: São Miguel do Guaporé

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Capitão Silveiro BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: 661 COMPLEMENTO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 002480300528

CÓDIGO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: RF - TELECOMUNICACOES LTDA. MODELO: RFTFMCL4

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM DIPOLO INVERTIDOS PO

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

POLARIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO:

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 09/10/2023 07:34:17



Documento original eletrônico.

Emitido Em
18/09/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2Z>[https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deps.gov.br/xbrl/ArquivoANATEL\(11134742\).xml?co=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713](https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deps.gov.br/xbrl/ArquivoANATEL(11134742).xml?co=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713)

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **CARDOSO & FERNANDES LTDA**

CNPJ: **02.384.613/0001-03**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:34:49 do dia 09/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: CARDOSO & FERNANDES LTDA

Nº FISTEL: 50401579328

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02384613000103

Situação: Ativa

Data Validade: 11/04/2015

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: AVENIDA TRANCONTINENTAL 938 - SALA 04

Bairro: VILA JOTAO

Município: Ji-Paraná

CEP: 78960-000

UF: RO

End. Corresp.: Transcontinental 938 Sala 04

Bairro: Jotão

Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-287

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	18/10/2004	R\$ 13.150,00	15/10/2004	13.150,00	13.150,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	15/06/2007	R\$ 13.150,00	15/06/2007	13.150,00	13.150,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	01/12/2007	R\$ 140,00	22/09/2008	165,76	165,76	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2011	16/04/2011	R\$ 1.500,00	20/04/2011	1.510,57	1.510,57	0004	Quitado	0,00
					06/10/2011	11,46	11,46		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 495,00	25/04/2013	635,33	635,33	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 75,00	23/04/2013	96,26	96,26	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 495,00	25/04/2013	542,42	540,79	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 75,00	23/04/2013	82,19	81,44	0008	Quitado	0,00
	0	2013		0,00	23/04/2013	0,75	0,00	0009	Pago a Maior	0,00



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (11134742)

SEI 933500.055555/2014-007 pg. 115

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

								 Histórico do Lançamento		
9999	0	2013		0,00	25/04/2013	1,63	0,00	0010	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 495,00	30/04/2014	548,96	548,96	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 75,00	30/04/2014	83,18	83,18	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 495,00	25/03/2015	495,00	495,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 75,00	25/03/2015	75,00	75,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 495,00	11/04/2016	517,92	517,92	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 75,00	11/04/2016	78,47	78,47	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 495,00	28/04/2017	545,69	545,69	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 75,00	28/04/2017	82,68	82,68	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 495,00	13/08/2019	639,87	639,87	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 75,00	13/08/2019	96,95	96,95	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 495,00	13/08/2019	609,33	609,33	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 75,00	13/08/2019	92,32	92,32	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	30/10/2019	R\$ 280,70	29/11/2019	311,30	311,30	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 495,00	31/03/2020	495,00	495,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 75,00	31/03/2020	75,00	75,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
	1	2021	31/03/2021	R\$ 495,00	30/03/2021	495,00	495,00	0028	Quitado	0,00



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

ANEXO ATIVATEL (11134742)

SEI 933500.055555-2/2014-00 / pg. 116

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 75,00	30/03/2021	75,00	75,00	0029	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 495,00	29/03/2022	495,00	495,00	0030	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 75,00	29/03/2022	75,00	75,00	0031	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 495,00	22/03/2023	495,00	495,00	0032	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 75,00	22/03/2023	75,00	75,00	0033	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
6530	0	2023	25/08/2023	R\$ 2.332,56	10/07/2023	2.332,56	2.332,56	0034	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
7242 - PPDUR	1	2023	24/08/2023	R\$ 56,14	26/07/2023	56,14	56,14	0035	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2023	09/10/2023	R\$ 2.600,00	15/09/2023	2.600,00	2.600,00	0036	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
Total devido em 09/10/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 09/10/2023 (em reais):										2,38

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 34 de 34 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



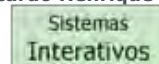
Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexo RIVATEE (11134742)

SEI933500.055555-2014-007 pg. 117

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://proteg-autenticacao-anatel.cdn.br/2024/06/14/20240614161713-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713.pdf

ANEXO ANATEL (11/13/42)

SEI 93500.055954/2014-00 pg. 118

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://proteg-autenticacao-assinatura.camara-leg.br/2004/nuxeo-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (TPI 347/42)

SEI 93300-055959/2014-607 pg. 119

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.384.613/0001-03									
CARDOSO & FERNANDES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: 05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes

Data: 09/10/2023

Hora: 07:36:09



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

ANEXO ANATEL (11134742)

SEI 933500.055555-2014-007 pg. 120

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 421.396.002-15											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DEBORAH FERNANDES	421.396.002-15	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	50000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: 05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes

Data: 09/10/2023

Hora: 07:36:14

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (11134742)

SEI 933500.055555/2014-00 / pg. 121

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 061.973.628-30											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ELIANE CARDOSO DOS SANTOS	061.973.628-30	CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		CARDOSO & FERNANDES LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: 05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes

Data: 09/10/2023

Hora: 07:36:21



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

ANEXO ANATEL (11134742)

SEI 93500.055555-7/2014-007 pg. 122

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



BOM DIA
Anna Luysa Lima Gomes

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **05569046135 - Anna Luysa Lima Gomes**

Data: **09/10/2023**

Hora: **07:36:36**



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo ANATEL (11134742)

SEI93500.055554/2014-00/pg. 123

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.384.613/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/02/1998
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R POTIGUARA	NÚMERO 3420	COMPLEMENTO *****
----------------------------------	-----------------------	----------------------

CEP 76.993-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO COLORADO DO OESTE	UF RO
--------------------------	----------------------------------	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAORADIOS@GMAIL.COM	TELEFONE (69) 3341-1148
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **09/10/2023** às **07:40:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Documento original eletrônico.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/?codNuxep=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 124

Anexo Certidos emitidas (11/10/2023)

CEI 53960.033554/2014-60

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL:	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 09/10/2023 às 07:40 (data e hora de Brasília).





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certidão nº: 55181269/2023

Expedição: 09/10/2023, às 07:41:08

Validade: 06/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.384.613/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Documento original eletrônico.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/?codNuxep=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo Certidões emitidas (11/154730)

CEL 53360.033554/2014-60 / pg. 126

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CNPJ: 02.384.613/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:41:25 do dia 09/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 06/04/2024.

Código de controle da certidão: **C85D.DA67.6245.C630**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Data de Envio:

09/10/2023 07:57:24

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM- Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



RE: Consulta CGFM- Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53900.035954/2014-60

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 09/10/2023 10:01

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 9 de outubro de 2023 07:57

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM- Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº02.384.613/0001-03), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Miguel do Guaporé/RO, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Documento original eletrônico.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRKODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...
https://infoleg-autenticidade-assinatura.dafp.br/leg.br/legbr/legbr-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713/53900.035954/2014-60/pg. 129

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA**

CPF/CNPJ: **02.384.613/0001-03**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:28:02 do dia 17/11/2023 , com validade até o dia 17/12/2023.


Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: vKTkf1Pl2q3IEaId5dhS

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



50



Filtrar

Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe
FM-C4 (Ca	02384613000103	CARDOSO & FERNANDES LTDA	50401579328	P	Comercial	FM	230	RO	São Miguel do Guaporé		259		99.7	A4

75a98b86-9f0

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 3341-1148	E-mail: allygemelli@hotmail.com
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Potiguará	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 3420	
Município: Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.11.2013: Original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (11443319)

SEI 93500-055954/2014-007 pg. 132

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5" W	5°: Lat 11°3'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°41'46.41" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°40'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°37'17.54" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°36'52.27" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°36'10.56" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°35'36.21" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'14.6" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°34'56.1" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'8.67" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°36'07.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°36'11.43" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°36'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°36'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°36'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°36'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°36'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°36'13.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°36'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5" W	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4" W	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08" W	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°48'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16" W	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'52.15" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'54.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120°: 15.3	125°: 15	130°: 15.5	135°: 15.6	140°: 15.6	145°: 15.5	150°: 16	155°: 15.9	160°: 16.5	165°: 16.2	170°: 15.3	175°: 15.9
180°: 16.5	185°: 15.7	190°: 15.2	195°: 16.2	200°: 16.5	205°: 16.2	210°: 15.7	215°: 15.7	220°: 15.7	225°: 15.6	230°: 15.9	235°: 16.5
240°: 16.6	245°: 16.6	250°: 16.6	255°: 16.3	260°: 16	265°: 15.7	270°: 15.9	275°: 16	280°: 16.5	285°: 16.6	290°: 16.3	295°: 15.7
300°: 15.3	305°: 15	310°: 15	315°: 15.2	320°: 15.3	325°: 15.3	330°: 15.3	335°: 15	340°: 14.4	345°: 14.3	350°: 14.4	355°: 15

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL CARDOSO & FERNANDES LTDA				CNPJ 02384613000103
Nº DA ESTAÇÃO 689695276	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 11° 41' 6.00" S	LONGITUDE 62° 43' 5.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4, nº s/n.	DISTRITO		
BAIRRO Centro	MUNICÍPIO São Miguel do Guaporé	UF RO	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 11/04/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 99.7 MHz CANAL: 259

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 194.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW303

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: São Miguel do Guaporé

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Capitão Sílvio BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

NUMERO: 661 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 002480300528

CÓDIGO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: RF - TELECOMUNICACOES LTDA. MODELO: RFTFMCL4

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM DIPOLO INVERTIDOS PO

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: GANHO: 2.93 dBd

POLARIZAÇÃO:

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 90 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: BEAM TILT: .00 graus

RDS

Código PI: MODELO: LCF 7/8

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 26/03/2024 11:12:49



Documento original eletrônico.

Emitido Em
18/09/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2Z><https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/validar?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2Z>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 02.384.613/0001-03											
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 887.172.912-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/03/2024

Hora: 11:14:51



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		056.534.349-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 26/03/2024

Hora: 11:15:00

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** menu ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Hora: 11:15:08



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:15:18 do dia 26/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

ANEXO ANATEL (17443375) - SEP00000.000004/2014-007 pg. 140



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 26/03/2024 11:15:45

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

Nº FISTEL: 50401579328

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02384613000103

Situação: Ativa

Data Validade: 11/04/2015

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Rua Potiguara 3420

Bairro: Centro

Município: Colorado do Oeste

CEP: 76993-000

UF: RO

End. Corresp.: Transcontinental 938 Sala 04

Bairro: Jotão

Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-287

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	18/10/2004	R\$ 13.150,00	15/10/2004	13.150,00	13.150,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	15/06/2007	R\$ 13.150,00	15/06/2007	13.150,00	13.150,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	01/12/2007	R\$ 140,00	22/09/2008	165,76	165,76	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2011	16/04/2011	R\$ 1.500,00	20/04/2011	1.510,57	1.510,57	0004		
					06/10/2011	11,46	11,46		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 495,00	25/04/2013	635,33	635,33	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 75,00	23/04/2013	96,26	96,26	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 495,00	25/04/2013	542,42	540,79	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 75,00	23/04/2013	82,19	81,44	0008	Quitado	0,00
9200	0	2013		0,00	23/04/2013	0,75	0,00	0009	Pago a Maior	0,00
9999	0	2013		0,00	25/04/2013	1,63	0,00	0010	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 495,00	30/04/2014	548,96	548,96	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 75,00	30/04/2014	83,18	83,18	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 495,00	25/03/2015	495,00	495,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 75,00	25/03/2015	75,00	75,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 495,00	11/04/2016	517,92	517,92	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 75,00	11/04/2016	78,47	78,47	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 495,00	28/04/2017	545,69	545,69	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 75,00	28/04/2017	82,68	82,68	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 495,00	13/08/2019	639,87	639,87	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 75,00	13/08/2019	96,95	96,95	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 495,00	13/08/2019	609,33	609,33	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 75,00	13/08/2019	92,32	92,32	0022	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	30/10/2019	R\$ 280,70	29/11/2019	311,30	311,30	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 495,00	31/03/2020	495,00	495,00	0026	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 75,00	31/03/2020	75,00	75,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 495,00	30/03/2021	495,00	495,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 75,00	30/03/2021	75,00	75,00	0029	Quitado	0,00

Documento original eletrônico.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true



1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 495,00	29/03/2022	495,00	495,00	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 75,00	29/03/2022	75,00	75,00	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 495,00	22/03/2023	495,00	495,00	0032	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 75,00	22/03/2023	75,00	75,00	0033	Quitado	0,00
6530	0	2023	25/08/2023	R\$ 2.332,56	10/07/2023	2.332,56	2.332,56	0034	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	24/08/2023	R\$ 56,14	26/07/2023	56,14	56,14	0035	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	09/10/2023	R\$ 2.600,00	15/09/2023	2.600,00	2.600,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 858,00		0,00	0,00	0037	Deb.a Vencer	858,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 130,00		0,00	0,00	0038	Deb.a Vencer	130,00
Total devido em 26/03/2024 (em reais):										988,00
Total de créditos em 26/03/2024 (em reais):										2,38

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)										
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)										
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança										
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado										
RJ - Lançamento com Recurso Judicial										
RN - Lançamento com Recurso Denegado										
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União										
CD - Lançamento Inscrito no CADIN										
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa										
E - Lançamento em Execução Judicial										
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006										
MO - Multa de Ofício										
LO - Lançamento de Ofício										
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado										
PA - Parcelamento: Parcela										
BF - Benefício Fiscal										



Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

<https://sigec/anatel/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-anatel-camara-leg-br-7000-nuxeo-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

ANEXO ANATEL (114-83919)

SEI 93500-055959/2014-007 pg. 144



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5625/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADO: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé/RO, referente ao seguinte período: 11/04/2015 a 11/04/2025.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 553/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 867/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 10619452 e 10619507). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.008093/2023-94, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 5625 (11443502)

SEI 53900.035954/2014-60 pg. 145

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 26/03/2024, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11443502** e o código CRC **BB946334**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11443502



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?prodNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 10780/2024/MCOM

Brasília, 26 de março de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03)
Rua Potiguara, nº 3420 - Centro
76993-000 - Colorado do Oeste/RO

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53900.035954/2014-60.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 5.625/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxco=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 10780 (11445516)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 147

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 26/03/2024, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11443518** e o código CRC **BFE94832**.

Anexos:

- Nota Técnica 5625 (11443502)

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11443518



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Código 10780 (11443518)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 148

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾</div>			<div>1 / 1</div>			
Razão Social			CNPJ		Emails	
Sem dados para exibir.						
<div>10 ▾</div>			<div>1 / 1</div>			



Documento original eletrônico.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Anexo CADSEI (11445667)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 149

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Contrato: 9912556366

Volume: 1/1

CARTA REG AR 04

Peso (g): 100.0

YJ 813 818 081 BR



AR

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

DESTINATÁRIO

GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
RUA POTIGUARA 3420 CENTRO



76993-000 COLORADO DO OESTE/RO

Remetente: MINISTERIO DAS COMUNICACOES - COREP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R SN ZONA CIVICOADMINIST
70044-900 BRASILIA/DF
COREP COREP DOC PROC 53900035954/2014-60 OF 10780 NT 5625



Documento original eletrônico

<https://infodag-autenticacao.camara.leg.br/?codNux>

Envelope YJ 813 818 081 BR (11445682)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 150

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a1b713



Correios AR AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
27/03/2024

DESTINATARIO
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

RUA POTIGUARA, 3420
CENTRO - COLORADO DO OESTE - RO

76993-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

MINISTERIO DAS COMUNICACOES - COREP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICOADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ813818081BR



COREP COREP DOC PROC 53900035954/2014-60 OF 10780 NT
5625

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|---------------------------|-------------------|
| [1] MUDOU-SE | [5] RECUSADO |
| [2] ENDEREÇO INSUFICIENTE | [6] NÃO PROCURADO |
| [3] NÃO EXISTE NUMERO | [7] AUSENTE |
| [4] DESCONHECIDO | [8] FALECIDO |
| [9] OUTROS _____ | |

RUBRICA E MATRICULA DO CARTEIRO

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR

N DOC. DE IDENTIDADE



Data de Envio:

27/03/2024 10:20:36

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, foi encaminhada notificação à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ Nº 02.384.613/0001-03), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11443502.html

Oficio_11443518.html



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNoex=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



Correios AR

AVISO DE RECEBIMENTO

VIA POSTAL
27/03/2024

DESTINATARIO
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

RUA POTIGUARA, 3420
CENTRO - COLORADO DO OESTE - RO

76993-000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
MINISTERIO DAS COMUNICACOES - COREP
ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO R, SN
ZONA CIVICADMINIST - BRASILIA - DF
70044-900

YJ813818081BR



COREP COREP DOC PROC 53900035954/2014-60 OF 10780 NT
5625

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA



TENTATIVAS DE ENTREGA

1º ____/____/____ : ____ h
2º ____/____/____ : ____ h
3º ____/____/____ : ____ h

DECLARACAO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICACAO)

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
[1] MUDOU-SE	[5] RECUSADO
[2] ENDEREÇO INSUFICIENTE	[6] NÃO PROCURADO
[3] NÃO EXISTE NUMERO	[7] AUSENTE
[4] DESCONHECIDO	[8] FALECIDO
[9] OUTROS	

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Handwritten signature and number 85500826

() Informações Prestadas Pelo Porteiro Ou Síndico Reintegrado Ao Serviço Postal Em: ____/____/____

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Handwritten signature: Nelson Henrique

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Handwritten date: 09/04/2024

Nº DOC. DE IDENTIDADE

Handwritten number: 1309519



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/200dNuxeo-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Aviso de recebimento (AR) YJ813818081BR (11312918)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 153

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A CARDOSO
& FERNANDES LTDA., PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, ESTADO DE
RONDÔNIA.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e a CARDOSO & FERNANDES LTDA., CNPJ n.º 02.384.613/0001-03, representada por seu Procurador, Antônio José Gemelli, RG n.º 1.932.147 SSP/PR, CPF/MF n.º 368.783.329-15, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 727, de 10 de maio de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 15 de maio de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 578, de 18 de agosto de 2004 publicado no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2004 para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Cardoso & Fernandes Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 027/1998-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.





- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;





p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;





- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$ 13.150,00 (treze mil, cento e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.



Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

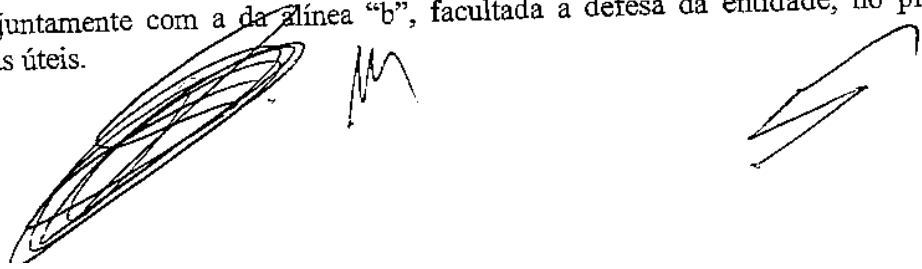
Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado das Comunicações

Permissionária

Testemunha

Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 570, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E RÁDIO FM COMUNITÁRIA TROPICAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 452, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à Associação e Rádio FM Comunitária Tropical a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 571, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à VALER VERDE COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.071, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 572, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOCIEDADE CARATINGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 2, de 26 de novembro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 573, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL SERRA DE SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 1.364, de 26 de julho de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 574, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE SÃO MATEUS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 14 de fevereiro de 1997, que renova, a partir de 13 de março de 1995, a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 575, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PROGRESSO DE JUAZEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de agosto de 1996, a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 576, DE 2004**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CARAJÁ DE ANÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 6, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Carajá de Anápolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 577, DE 2004**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 179, de 19 de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de dezembro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Itu Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 578, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à CARDOSO & FERNANDES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 579, DE 2004**

Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 734, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 580, DE 2004**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

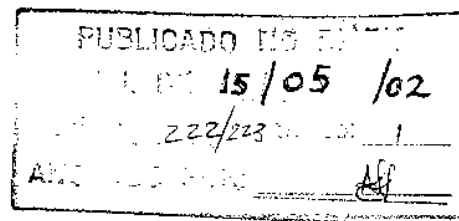
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 445, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



Canal 253



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 727, DE 10 DE MAIO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53800.000078/98, Concorrência nº 027/98-SSR/MC, resolve:

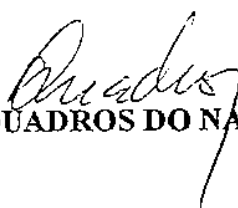
Art. 1º Outorgar permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO





50



Filtrar

Status	Documento original eletrônico.	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe
FM-C4 (C	https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713-33900.035954/2014-00/pg.162	02384613000103	CARDOSO & FERNANDES LTDA	50401589328	Comercio	5008cb2fd80158a16713	RO	São Miguel do Gnaporé		259		99.7	A4

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 3341-1148	E-mail: allygemelli@hotmail.com
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Potiguará	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 3420	
Município: Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvio	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/16/05/29 original eletrônico.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/3codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (11527036)

SEI93500-055954/2014-007 pg. 163

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5" W	5°: Lat 11°3'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°41'46.41" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°40'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°37'17.54" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°36'52.27" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°36'10.56" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°35'36.21" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'14.6" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°34'56.1" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'8.67" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°36'07.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°36'11.43" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°36'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°36'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°36'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°36'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°36'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°36'13.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°36'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5" W	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4" W	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08" W	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°48'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16" W	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'52.15" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'54.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120°: 15.3	125°: 15	130°: 15.5	135°: 15.6	140°: 15.6	145°: 15.5	150°: 16	155°: 15.9	160°: 16.5	165°: 16.2	170°: 15.3	175°: 15.9
180°: 16.5	185°: 15.7	190°: 15.2	195°: 16.2	200°: 16.5	205°: 16.2	210°: 15.7	215°: 15.7	220°: 15.7	225°: 15.6	230°: 15.9	235°: 16.5
240°: 16.6	245°: 16.6	250°: 16.6	255°: 16.3	260°: 16	265°: 15.7	270°: 15.9	275°: 16	280°: 16.5	285°: 16.6	290°: 16.3	295°: 15.7
300°: 15.3	305°: 15	310°: 15	315°: 15.2	320°: 15.3	325°: 15.3	330°: 15.3	335°: 15	340°: 14.4	345°: 14.3	350°: 14.4	355°: 15

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL CARDOSO & FERNANDES LTDA				CNPJ 02384613000103
Nº DA ESTAÇÃO 689695276	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 11° 41' 6.00" S	LONGITUDE 62° 43' 5.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4, nº s/n.	DISTRITO		
BAIRRO Centro	MUNICÍPIO São Miguel do Guaporé	UF RO	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 11/04/2025

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 99.7 MHz CANAL: 259

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 194.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW303

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: São Miguel do Guaporé

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Av. Capitão Sílvio BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: São Miguel do Guaporé UF: RO

NUMERO: 661 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos

CÓDIGO: 002480300528

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: SP 5000 ágil

POTÊNCIA: 5 kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: RF - TELECOMUNICACOES LTDA. MODELO: RFTFMCL4

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM DIPOLO INVERTIDOS PO

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 53 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: GANHO: 2.93 dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 90 graus

BEAM TILT: .00 graus

MODELO:

GANHO: dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI

MODELO: LCF 7/8

MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/05/2024 16:46:23



Documento original eletrônico.

Emitido Em
18/09/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjUwYWUxY2Z><https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/doc/75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

ANEXO ANATEL (11027833)

SEI 55500-05555-7/2014-007 pg. 166



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu ajuda


Dados da consulta


Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 02.384.613/0001-03											
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena

Usuário: - Data: 14/05/2024 Hora: 16:47:07



Menu Principal ▾

Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 887.172.912-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	887.172.912-91	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Ariquemes
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	49800	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: -

Data: 14/05/2024

Hora: 16:47:14



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		056.534.349-14									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	056.534.349-14	GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Vilhena
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	São Miguel do Guaporé
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Colorado do Oeste
		GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	02.384.613/0001-03	Sócio	10200	0,00%	0,00%	FM	--	RO	Ariquemes

Usuário: -

Data: 14/05/2024

Hora: 16:47:21



Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.384.613/0001-03

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 14/05/2024 Hora: 16:47:28



Documento original eletrônico.

is anatel.gov.br/siacco/ Novo: Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

http://anatel.gov.br/Anexo%20ANATEL%20(11527058) - SEP00000.000004/2014-0067 pg. 170



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

CNPJ: 02.384.613/0001-03

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:48:14 do dia 14/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/06/2024.

Certidão expedida gratuitamente.




Documento original eletrônico.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

Arquivo ANATEL (1152/058) - SEP 99900.059994/2014-007 pg. 171

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Superintendência de Administração Geral

Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças

Gerência de Arrecadação

Impresso por: ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data/Hora: 14/05/2024 16:48:36

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

Nº FISTEL: 50401579328

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02384613000103

Situação: Ativa

Data Validade: 11/04/2015

☒ CADIN: Não

Incid. FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

☒ UF: RO

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Rua Potiguara 3420

Bairro: Centro

Município: Colorado do Oeste

CEP: 76993-000

UF: RO

End. Corresp.: Transcontinental 938 Sala 04

Bairro: Jotão

Município: Ji-Paraná

CEP: 76908-287

UF: RO

Créditos Inscritos no CADIN										
Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel										
Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2004	18/10/2004	R\$ 13.150,00	15/10/2004	13.150,00	13.150,00	0001	Quitado	0,00
6530	0	2007	15/06/2007	R\$ 13.150,00	15/06/2007	13.150,00	13.150,00	0002	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2007	01/12/2007	R\$ 140,00	22/09/2008	165,76	165,76	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2011	16/04/2011	R\$ 1.500,00	20/04/2011	1.510,57	1.510,57	0004		
					06/10/2011	11,46	11,46		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 495,00	25/04/2013	635,33	635,33	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 75,00	23/04/2013	96,26	96,26	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 495,00	25/04/2013	542,42	540,79	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 75,00	23/04/2013	82,19	81,44	0008	Quitado	0,00
9200	0	2013		0,00	23/04/2013	0,75	0,00	0009	Pago a Maior	0,00
9999	0	2013		0,00	25/04/2013	1,63	0,00	0010	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 495,00	30/04/2014	548,96	548,96	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 75,00	30/04/2014	83,18	83,18	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 495,00	25/03/2015	495,00	495,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 75,00	25/03/2015	75,00	75,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 495,00	11/04/2016	517,92	517,92	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 75,00	11/04/2016	78,47	78,47	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 495,00	28/04/2017	545,69	545,69	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 75,00	28/04/2017	82,68	82,68	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 495,00	13/08/2019	639,87	639,87	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 75,00	13/08/2019	96,95	96,95	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 495,00	13/08/2019	609,33	609,33	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 75,00	13/08/2019	92,32	92,32	0022	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2019	30/10/2019	R\$ 280,70	29/11/2019	311,30	311,30	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 495,00	31/03/2020	495,00	495,00	0026	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 75,00	31/03/2020	75,00	75,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 495,00	30/03/2021	495,00	495,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 75,00	30/03/2021	75,00	75,00	0029	Quitado	0,00



1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 495,00	29/03/2022	495,00	495,00	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 75,00	29/03/2022	75,00	75,00	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 495,00	22/03/2023	495,00	495,00	0032	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 75,00	22/03/2023	75,00	75,00	0033	Quitado	0,00
6530	0	2023	25/08/2023	R\$ 2.332,56	10/07/2023	2.332,56	2.332,56	0034	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	24/08/2023	R\$ 56,14	26/07/2023	56,14	56,14	0035	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	09/10/2023	R\$ 2.600,00	15/09/2023	2.600,00	2.600,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 858,00	22/03/2024	858,00	858,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 130,00	22/03/2024	130,00	130,00	0038	Quitado	0,00
Total devido em 14/05/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 14/05/2024 (em reais):										2,38

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Documento original eletrônico.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

ANEXO ANATEL (1152/038)

SEI 93500.055959/2014-00 pg. 174

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Documento original eletrônico.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://proteg-autenticacao-da-sinalatura.camara-deputados/nuxeo-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

ANEXO ANATEL (1152/036)

SEI 93500.055959/2014-607 pg. 175

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.384.613/0001-03 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 27/02/1998</div>
<div>NOME EMPRESARIAL GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R POTIGUARA</div>	<div>NÚMERO 3420</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
<div>CEP 76.993-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO COLORADO DO OESTE</div>
<div>UF RO</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAORADIOS@GMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (69) 3341-1148</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 15/05/2024 às 21:20:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL:
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação:
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 15/05/2024 às 21:20 (data e hora de Brasília).





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8c02-d80158a16713>
Anexo 4 - Parecer Referencial 00010/2023 (11530241) - SEI 55306.053554/2014-60 / pg. 178

75a98b86-9f05-4500-8c02-d80158a16713

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a

não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo 4 - parecer referencial 00010/2023 (11530241)

SEI 55366-053534/2014-60 / pg. 181



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo 4 - parecer Referencial 00010/2023 (11530241)

SEI 55306-033354/2014-60 / pg. 182

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8c02-d80158a16713>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de difusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Documento original eletrônico.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713&id=2014-60> / pg. 187

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo 4 - Parecer Referencial 00010/2023 (11530241)

SEI 55366-033534/2014-60 / pg. 188



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Anexo4 - Parecer Referencial 00010/2023 (11530241)

SLP 55306:053554/2014-60 / pg. 190

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

DÉBORAH FERNANDES GUIMARÃES, brasileira, natural de Ji-Paraná/RO., nascida em 24/04/1975, viúva, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 454.720 SSP/RO., emitida em 20/05/2005 e CPF nº 421.396.002-15, residente e domiciliada à Rua dos Tucunarés, nº 165, Jurerê Internacional, CEP: 88053-378, Florianópolis/SC., e

ELIANE CARDOSO DOS SANTOS, brasileira, natural de Campinas/SP., nascida em 06/02/1963, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 15.663.884 SSP/SP., emitida em 27/02/1981 e CPF nº 061.973.628-30, residente e domiciliada à Rua dos Colibris, nº 212, Urupá, CEP: 78961-970, Ji-Paraná/RO.

Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **CARDOSO & FERNANDES LTDA.**, estabelecida à Avenida Transcontinental, nº 938, Sala 04, Vila Jotão, CEP: 78964-460, Ji-Paraná/RO., inscrita no CNPJ sob nº 02.384.613/0001-03 e registrada na Junta Comercial do Estado de Rondônia sob o NIRE nº 112.0031729-5 em 20/02/1998, resolvem, nos termos do artigo 38, alíneas "b" e "c" e o Parágrafo 2º da lei 4.117/62, por este instrumento particular, posteriormente a prévia autorização expressa do Ministério das Comunicações, como poder outorgante, proceder a presente alteração contratual, conforme cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: É admitido na sociedade o sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, brasileiro, natural de Colorado do Oeste/RO., nascido em 14/06/1989, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da cédula de identidade nº 000902974 SESP/RO., e carteira nacional de habilitação (CNH) sob o nº 04321342002 DETRAN/PR., e CPF sob nº 887.172.912-91, residente e domiciliado a Rua Tiradentes, nº 4532, Bairro Santa Luzia, CEP: 76993-000, Colorado do Oeste/RO.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 191

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

SEGUNDA: É admitida na sociedade a sócia **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, brasileira, natural de Concórdia/SC., nascida em 26/08/1987, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da cédula de identidade nº 5.059.285-8 SESP/SC., emitida em 11/10/2001 e CPF sob o nº 056.534.349-14, residente e domiciliada a Rua Tiradentes, nº 4532, Bairro Santa Luzia, CEP: 76993-000, Colorado do Oeste/RO.

TERCEIRA: A sócia **DÉBORAH FERNANDES GUIMARÃES**, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo suas 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nesta data inteiramente integralizados da seguinte forma:

- Ao sócio ingressante **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, caberá 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais), totalmente integralizados em moeda corrente do País.
- A sócia ingressante **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, caberá 200 (duzentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 200,00 (duzentos reais), totalmente integralizados em moeda corrente do País.

QUARTA: A sócia **ELIANE CARDOSO DOS SANTOS**, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo suas 10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) nesta data inteiramente integralizados na seguinte forma:

- A sócia ingressante **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, caberá 10.000 (dez mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais) inteiramente realizados.

QUINTA: Em razão da presente alteração contratual, o capital social de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), representado por 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica subscrito e integralizado na seguinte forma entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$	%
- ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI	49.800	49.800,00	83,00%
- JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI	10.200	10.200,00	17,00%
TOTAIS	60.000	60.000,00	100,00%

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 192

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

SEXTA: Fica investido na função de administrador da sociedade o sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, individualmente, com os poderes e atribuições de administrar a sociedade, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhe autorizado o uso do nome empresarial, vedando-lhe, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da sociedade ou assumir obrigações seja em favor do outro quotista com terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes à sociedade, sem autorização do outro sócio.

SÉTIMA: O administrador da sociedade fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 43 da Lei nº 10.406/2002 e fixa-se o disposto no artigo 47 do mesmo diploma legal.

OITAVA: O Administrador poderá ser representado, judicial ou extrajudicial por outra pessoa devidamente autorizada por mandato de procuração pública ou particular, inclusive, com efeitos "*ad iudicia e ad negotia*", na forma da lei 10.406/2002, podendo delegar ao outorgado os poderes para a prática dos atos autorizados por ela perante todos os órgãos públicos, Municipais, Estaduais e Federais, autarquias, repartições, bancos públicos e privados além de contratar com empresa pública ou privada; Fica no entanto, vedado ao administrador a concessão de poderes a procurador que configure poderes de gerência no âmbito do Ministério das Comunicações, nos atos de sua competência, exceto aqueles que objetiva a prática de ato específico, limitado e devidamente designado no instrumento respectivo, nos termos do Parecer nº 752-1.16/2011/RPF/CGLE/CONJUR-MC/AGU, de 11 de julho de 2011.

NONA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DÉCIMA: As sócias retirantes **DECLARAM** ter recebido dos sócios ingressantes, todos os direitos e haveres, decorrente da cessão das quotas que ora são transferidas, conferindo-lhes expressamente a mais rasa, ampla, justa e total quitação sobre todos e quaisquer débitos, provenientes do passado, presente ou do futuro, relativos à

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 193

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

sociedade ou às sócias, para mais nada reclamar, neste ou em outro tempo, seja a que título for.

DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil).

DÉCIMA SEGUNDA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, a título de **PRÓ-LABORE**, quantia mensal fixada em comum, respeitadas às limitações legais vigentes.

DÉCIMA TERCEIRA: A entidade não poderá efetuar alteração do seu contrato social sem prévia autorização dos órgãos competentes, na forma da lei, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

DÉCIMA QUINTA: Os sócios, em virtude da substituição das sócias, por força imperativa da lei, resolvem alterar o nome empresarial da sociedade para **GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA**.

DÉCIMA SEXTA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital social da sociedade.

DÉCIMA SÉTIMA: Dependem da liberação dos sócios, além de matérias indicadas na lei ou neste contrato na seguinte ordem:

- I) A aprovação das contas da administração;
- II) A designação dos administradores, quando feita em separado;
- III) A destituição dos administradores;
- IV) A modificação do contrato;



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 194

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

- V) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VI) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das contas;
- VII) O pedido de concordata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações dos sócios serão feitas através de reunião, conforme o número de sócios, convocados por sócio majoritário, ou na maioria absoluta de sócios (artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002), convocados com antecedência de 15 dias, e de forma escrita, contendo local, data e hora, conforme artigo 1.072 §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º do mesmo diploma legal para todos os casos elencados neste artigo bem como em seus parágrafos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo igualdade de representatividade de quotas e não tendo maioria, poderá ser feita a convocação por qualquer um dos sócios, respeitando os prazos e a forma do artigo anterior; também podendo ser convocada a reunião na forma do artigo 1.073, Lei 10.406/2002.

DÉCIMA OITAVA: A modificação do contrato social ocorrerá na forma proporcional do capital social, atribuindo a cada sócio o poder de voto, a quantia de quotas expressa no presente contrato; será também na forma de assembleia deliberativa convocada por qualquer dos sócios detentores de mais de 50% (cinquenta por cento), das quotas ou por maioria de sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aumento ou redução do capital social se dará na forma do que diz o artigo 1.081 e 1.082 da lei 10.406/2002, subtendendo-se as comunicações dos artigos seguintes como os 1.083 e 1.084, bem como, seus parágrafos.

DÉCIMA NONA: A sociedade poderá promover a exclusão de qualquer um dos sócios, respeitando o disposto nos artigos 1.085 e 1.086 da Lei nº 10.406/2002.

VIGÉSIMA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, decretos, regulamentos e as instruções normativas vigentes ou que vierem a vigorar referentes ao serviço de radiodifusão e a segurança nacional.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 195

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

VIGÉSIMA PRIMEIRA: O exercício social coincidirá com o ano-calendário, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, ou ainda, em caso de lucros, ficarem em reserva e, em caso de prejuízos, ficarem mantidos em conta especial para cobertura com lucros futuros ou serem suportados pelos sócios, se assim decidirem.

VIGÉSIMA SEGUNDA: Quanto à participação de cada sócio nos lucros auferidos, bem como nas perdas ao longo do ano, serão distribuídos na forma e proporção da distribuição das quotas de responsabilidades sociais da sociedade; a distribuição dos lucros coincidirá com o ano social da sociedade, tal como a responsabilidade nas perdas.

VIGÉSIMA TERCEIRA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição. Se realizada a cessão das quotas, deverá ser formalizada a alteração contratual.

VIGÉSIMA QUARTA: Os sócios resolvem alterar o endereço da sede da sociedade para Avenida Marechal Rondon, nº 870, Sala 314, Bairro Centro, CEP: 76900-082, Ji-Paraná/RO.

VIGÉSIMA QUINTA: A sociedade é regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, na forma do artigo 1.053, § único da Lei nº 10.406/2002 (NCC).

VIGÉSIMA SEXTA: A entidade não poderá efetuar alteração do seu contrato social **sem prévia autorização do Ministério das Comunicações**, como órgãos competente do poder executivo na forma da lei, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

VIGÉSIMA SÉTIMA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406/2002 (NCC) e, em especial o que dispõe a lei 6.404/76,



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 196

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

alterada pela lei 10.303/2001, das empresas em sociedade anônima, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por este instrumento revoga-se todos os dispositivos do contrato social primitivo.

VIGÉSIMA OITAVA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista neste instrumento.

VIGÉSIMA NONA: A vista das modificações ora ajustadas os sócios resolvem **CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL**, adequando-o ao Artigo 2031 da Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil), **QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:**

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ nº 02.384.613/0001-03

PRIMEIRA: A sociedade girará sob a denominação social nome empresarial de **GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.**, estabelecida à Avenida Marechal Rondon, nº 870, Sala 314, Bairro Centro, CEP: 76900-082, Ji-Paraná/RO.

SEGUNDA: A sociedade tem como ramo de atividade a exploração de estações de radiodifusão em Frequência Modulada (FM), Amplitude Modulada (AM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT), e Som e Imagem em VHF e UHF, com finalidades educacionais informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado observando-se quando de sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 197

ANEXO 2 - Alteração contratual (1990007)

SEI 55906-03395-7/2014-60

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

suas atividades a partir da homologação da autorização para funcionamento dada pelo **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**.

QUARTA: O capital social da sociedade é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nesta data da seguinte forma:

a) O sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, é subscritor de 49.800 (quarenta e nove mil e oitocentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País.

b) A sócia **JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI**, é subscritora de 10.200 (dez mil e duzentas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do País.

QUINTA: O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras.

SEXTA: As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo em qualquer alteração contratual da prévia autorização do **Ministério das Comunicações**.

SÉTIMA: Fica investido na função de administrador da sociedade o sócio **ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI**, individualmente, com os poderes e atribuições de administrar a sociedade, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhe autorizado o uso do nome empresarial, vedando-lhe, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da sociedade ou assumir obrigações seja em favor do outro quotista com terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes à sociedade, sem autorização do outro sócio.

PARÁGRAFO ÚNICO: O administrador da sociedade fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o artigo 43 da Lei nº 10.406/2002 e fixa-se o disposto no artigo 47 do mesmo diploma legal.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 198

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

OITAVA: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

NONA: O Administrador poderá ser representado, judicial ou extrajudicial por outra pessoa devidamente autorizada por mandato de procuração pública ou particular, inclusive, com efeitos "*ad iudicia e ad negotia*", na forma da lei 10.406/2002, podendo delegar ao outorgado os poderes para a prática dos atos autorizados por ela perante todos os órgãos públicos, Municipais, Estaduais e Federais, autarquias, repartições, bancos públicos e privados além de contratar com empresa pública ou privada; Fica no entanto, vedado ao administrar a concessão de poderes a procurador que configure poderes de gerência no âmbito do Ministério das Comunicações, nos atos de sua competência, exceto aqueles que objetiva a pratica de ato específico, limitado e devidamente designado no instrumento respectivo, nos termos do Parecer nº 752-1.16/2011/RPF/CGLE/CONJUR-MC/AGU, de 11 de julho de 2011.

DÉCIMA: Pelos serviços que prestarem à sociedade, receberão os sócios, a título de **PRÓ-LABORE**, quantia mensal fixada em comum, respeitadas às limitações legais vigentes.

DÉCIMA PRIMEIRA: A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

DÉCIMA SEGUNDA: O sócio que desejar transferir suas quotas, deverá notificar por escrito o outro sócio, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que este exerça, ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazê-lo dentro de 60 (sessenta) dias, ou em maior prazo, a critério da alienante, a contar da data do recebimento da notificação. Decorrido este prazo sem que seja exercido o direito de

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 199

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da cláusula sexta.

DÉCIMA TERCEIRA: O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

DÉCIMA QUARTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 (Novo Código Civil).

DÉCIMA QUINTA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital social da sociedade.

DÉCIMA SEXTA: Dependem da liberação dos sócios, além de matérias indicadas na lei ou neste contrato na seguinte ordem:

- VIII) A aprovação das contas da administração;
- IX) A designação dos administradores, quando feita em separado;
- X) A destituição dos administradores;
- XI) A modificação do contrato;
- XII) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- XIII) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das contas;
- XIV) O pedido de concordata.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As deliberações dos sócios serão feitas através de reunião, conforme o número de sócios, convocados por sócio majoritário, ou na maioria absoluta de sócios (artigo 1.010 da Lei nº 10.406/2002), convocados com antecedência de 15 dias, e de forma escrita, contendo local, data e hora, conforme artigo 1.072 §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º do mesmo diploma legal para todos os casos elencados neste artigo bem como em seus parágrafos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo igualdade de representatividade de quotas e não tendo maioria, poderá ser feita a convocação por qualquer um dos sócios, respeitando

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 200

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

os prazos e a forma do artigo anterior; também podendo ser convocada a reunião na forma do artigo 1.073, Lei 10.406/2002.

DÉCIMA SÉTIMA: A modificação do contrato social ocorrerá na forma proporcional do capital social, atribuindo a cada sócio o poder de voto, a quantia de quotas expressa no presente contrato; será também na forma de assembleia deliberativa convocada por qualquer dos sócios detentores de mais de 50% (cinquenta por cento), das quotas ou por maioria de sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aumento ou redução do capital social se dará na forma do que diz o artigo 1.081 e 1.082 da lei 10.406/2002, subtendendo-se as comunicações dos artigos seguintes como os 1.083 e 1.084, bem como, seus parágrafos.

DÉCIMA OITAVA: A sociedade poderá promover a exclusão de qualquer um dos sócios, respeitando o disposto nos artigos 1.085 e 1.086 da Lei nº 10.406/2002.

DÉCIMA NONA: A sociedade por todos os seus sócios se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, decretos, regulamentos e as instruções normativas vigentes ou que vierem a vigorar referentes ao serviço de radiodifusão e a segurança nacional.

VIGÉSIMA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição. Se realizada a cessão das quotas, deverá ser formalizada a alteração contratual.

VIGÉSIMA PRIMEIRA: O exercício social coincidirá com o ano-calendário, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, ou ainda, em caso de lucros, ficarem em reserva e, em caso de prejuízos, ficarem mantidos em conta especial para cobertura com lucros futuros ou serem suportados pelos sócios, se assim decidirem.



CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA

LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

ANEXO 2 - Alteração contratual (11903007)

SEI 55906-03395-7/2014-60 / pg. 201

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

VIGÉSIMA SEGUNDA: A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista neste instrumento.

VIGÉSIMA TERCEIRA: Quanto à participação de cada sócio nos lucros auferidos, bem como nas perdas ao longo do ano, serão distribuídos na forma e proporção da distribuição das quotas de responsabilidades sociais da sociedade; a distribuição dos lucros coincidirá com o ano social da sociedade, tal como a responsabilidade nas perdas.

VIGÉSIMA QUARTA: O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores legais sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nela fazer-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

VIGÉSIMA QUINTA: Os sócios declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercerem atividades mercantis.

VIGÉSIMA SEXTA: A sociedade poderá estabelecer filiais ou sucursais, em qualquer parte do Território Nacional, obedecidas, às disposições legais.

VIGÉSIMA SÉTIMA: A sociedade é regida supletivamente pelas normas da sociedade anônima, na forma do artigo 1.053, § único da Lei nº 10.406/2002 (NCC).

VIGÉSIMA OITAVA: A entidade não poderá efetuar alteração do seu contrato social **sem prévia autorização do Ministério das Comunicações**, como órgão competente do poder executivo na forma da lei, nos termos do art. 10 do Dec. nº 85.064/80, observada a nova redação do art. 222, caput e §1º, CF.

VIGÉSIMA NONA: Os casos omissos neste instrumento serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406/2002 (NCC) e, em especial o que dispõe a lei 6.404/76, alterada pela lei 10.303/2001, das empresas em sociedade anônima, cuja fiel observância bem como das demais cláusulas deste compromisso se obrigam os sócios.

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> / pg. 202

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

CARDOSO & FERNANDES LTDA

**SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

PARÁGRAFO ÚNICO: Por este instrumento revoga-se todos os dispositivos do contrato social primitivo e primeira alteração contratual.


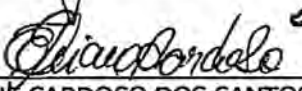
TRIGÉSIMA: Os sócios elegem o foro da comarca de Ji-Paraná/RO., para dirimir possíveis dúvidas oriundas a este, inclusive de cláusulas omissas.


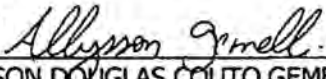
E, por assim estarem ajustados e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.


Ji-Paraná/RO., 18 de janeiro de 2019



DÉBORAH FERNANDES GUIMARÃES



ELIANE CARDOSO DOS SANTOS



ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI



JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI

1º OFÍCIO
COLORADO DO OESTE - RO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
NO VERSO

CERTIFICO O REGISTRO EM 17/07/2019 13:34 SOB Nº 20170082792.
PROTOCOLO: 170082792 DE 05/05/2017. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903248607. NIRE: 11200317295.
GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
PORTO VELHO, 17/07/2019
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>
Anexo 2 - Alteração contratual (11903248607) - SLE 55906:033954/2014-60 / pg. 203

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53900.035954/2014-60

Entidade: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

CNPJ nº: 02.384.613/0001-03

FISTEL nº: 50401579328

Localidade: São Miguel do Guaporé/RO

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 17/12/2014

Período: 11/04/2015 a 11/04/2025

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	*0302155 Pág. 1	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	* Assinado por Luiz Fernando Luth, identificado no referido documento como procurador da entidade. De toda sorte, o ato foi ratificado pelo atual representante legal da entidade (10806613 e 11474463)



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Checklist 11219589

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 204

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detida, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806613	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11527058 Págs. 6-9	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11474463	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	10806626	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11154750 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11154750 Pág. 4 E 10806630 M 10806631	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11527058 Pág. 10	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11154750 Pág. 4 FGTS 10806633	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11154750 Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI 10806620</p> <p>JÉSSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI 10806623</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11527058 Pág. 5</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11527058 Págs. 11-14</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11156679	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11219888	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Checklist 11219888

SLI 55586.055554/2014-00 / pg. 210

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11219889** e o código CRC **16A2B63D**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 11219889



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNexo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Checklist 11219889

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 212

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8799/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADA: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Gemelli Radiodifusão Ltda**, inscrita no CNPJ nº **02.384.613/0001-03**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, vinculado ao **FISTEL nº 50401579328**, referente ao período de 11 de abril de 2015 a 11 de abril de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 8799 (11329803)

SEI 53900.035954/2014-60 pg. 213

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Cardoso & Fernandes Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 727, de 10 de maio de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2002 e Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de agosto de 2004 (SEI 11527041 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de abril de 2005 (SEI 11527041 - Págs. 1-6). Posteriormente, por ocasião da 2ª alteração contratual, acostada aos autos, a denominação social foi alterada para **Gemelli Radiodifusão Ltda** (SEI 11530307).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **17 de dezembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0302155 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de outubro de 2014 a 11 de janeiro de 2015.



8. Mister consignar que o requerimento inicial de renovação foi ratificado pelo atual representante legal da pessoa interessada (SEI 10806613 e 11474463). Em caso análogo, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações já se manifestou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 00060/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU. Veja-se:

"21. No caso, cabe observar o preceito contido no art. 662 do Código Civil, o qual confere efeito ex tunc (retroativo) ao ato de ratificação, in verbis:

'Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, **salvo se este os ratificar.**

Parágrafo único. **A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.**

22. Ora, como se pode verificar na parte final do art. 662 e no seu parágrafo único, a Lei Civil privilegia o princípio da conservação do negócio jurídico ou do contrato ao expressar que o ato praticado por quem não tem mandato pode ser confirmado pelo mandante, principalmente nos casos em que a atuação daquele que agiu como mandatário lhe é benéfica.

23. Com efeito, considerando a ratificação expressa manifestada pelo mandante, deve-se dar a tal ato o efeito retroativo aludido no parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

24. Está sanada, assim, a suposta irregularidade na representação.

25. Não há óbice à aplicação do presente entendimento a casos que se enquadrem nos parâmetros aqui estabelecidos.

Pelo contrário, é recomendável que seja dado tratamento uniforme a situações similares, de modo a proporcionar isonomia e segurança jurídica na atuação do Poder Público.

(...)" (Grifamos)

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11219889). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de licença, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadigital.camara.leg.br/2024/06/20/legisbr/2000/Nuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 215



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11219889).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de maio de 2024 (SEI 11527058 - Págs. 6-9).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em quatro localidades, quais sejam: Colorado do Oeste/RO, Ariquemes/RO, **São Miguel do Guaporé/RO** e Vilhena/RO, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Allysson Douglas Couto Gemelli e a sócia Jéssica Rosana Arnholdt Gemelli não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11527058 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11156679).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11219889).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11529807 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de

ção dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2000Nuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 8799 (11529807)

SEI 55906.005594/2014-60 pg. 216

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)



§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 18 de setembro de 2023, com validade até 11 de abril de 2025 (SEI 11527058 - Págs. 1 e 5).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de maio de 2024 (SEI 11527058 - Pág. 10). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11527058 - Págs. 11-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11530241).

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 218

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529803** e o código CRC **BDE45059**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11529814)
- Minuta de Exposição de Motivos (11529815)

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11529803



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Nota Técnica 0799 (11529803)

SEI 53900.035954/2014-60 pg. 219

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Minuta de Portaria (11325814)

SEI 53900.035954/2014-60/pg. 220

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529814** e o código CRC **136496C5**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11529814



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Minuta de Portaria (11529814)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 221

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8.799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento original eletrônico.

<https://intfleg-autenticidade-assinatura/camara-leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> Minuta de Exposição de Motivos (11929815) SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 222

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529815** e o código CRC **639B2975**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13275, DE 21 DE MAIO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 04/06/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11537137** e o código CRC **A680DCD1**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11537137



Documento original eletrônico.

<https://infodeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Portaria 13275 Renovação FM (11537137)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 224

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 21 de maio de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 04/06/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11537144** e o código CRC **E06E101D**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11537144



Documento original eletrônico.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Exposição de Motivos 361 - Renovação FM (11537144)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 225

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 50961/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 13275/2024 (11537137) e a Exposição de Motivos nº 381/2024 (11537144)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 8799/2024 (11529803), encaminho a Portaria nº 13275/2024 (11537137) e a Exposição de Motivos nº 381/2024 (11537144), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 29/05/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11537171** e o código CRC **5FEC9CA3**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11537171



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 226

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 05/06/2024 14:30:25
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10374254
Data prevista de publicação: 06/06/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21683446	ATO PORTARIA MCOM NA 13265.rtf	db1956d1174c9ee7478dd4ff6123a4f6	27,00	R\$ 1.050,84
21683467	ATO PORTARIA MCOM NA 13276.rtf	0bfcaa075357a61e9a89fc202543ebdf	8,00	R\$ 311,36
21683468	ATO PORTARIA MCOM NA 13277.rtf	e83e0f929d391236c9446762890f4994	8,00	R\$ 311,36
21683469	ATO PORTARIA MCOM NA 13284.rtf	87792220dd0d519c303ce578e28fa498	8,00	R\$ 311,36
21683470	ATO PORTARIA MCOM NA 13285.rtf	073d897f9281c3466781b50497b9e163	8,00	R\$ 311,36
21683471	ATO PORTARIA MCOM NA 13286.rtf	a9c1c71af49d57ec0edb0febfb87c46	8,00	R\$ 311,36
21683472	ATO PORTARIA MCOM NA 13309.rtf	f6b55482b2c24ac89734d4ec893ef45f	8,00	R\$ 311,36
21683473	ATO PORTARIA MCOM NA 13310.rtf	daacf35f8911e0888e708f1092014a81	8,00	R\$ 311,36
21683474	ATO PORTARIA MCOM NA 13311.rtf	06010a105ff187b53c748ace1a1bd444	8,00	R\$ 311,36
21683475	ATO PORTARIA MCOM NA 13264.rtf	24d5a516c4bb9b583ab6777f0d1d0742	28,00	R\$ 1.089,76
21683476	ATO PORTARIA MCOM NA 13291.rtf	de210e996413c18445a55acff5c53749	7,00	R\$ 272,44
21683477	ATO PORTARIA MCOM NA 13289.rtf	6f60cd875e58830717df75b7827a1d37	7,00	R\$ 272,44
21683478	ATO PORTARIA MCOM NA 13255.rtf	5da81e90e518805dd1853309773cd818	9,00	R\$ 350,28
21683479	ATO PORTARIA MCOM NA 13262.rtf	b074be864815d38a4f47132a7fe5a828	9,00	R\$ 350,28
21683480	ATO PORTARIA MCOM NA 13236.rtf	1f2c2d772712f0590582bae6543d7b8e	8,00	R\$ 311,36
21683481	ATO PORTARIA MCOM NA 13270.rtf	faa5894da667cfa06c7daff36aba5d4b	8,00	R\$ 311,36



Documento original eletrônico.
n.gov.br/recibo.do?idof=10374254

Comprovante de Envio Portaria 13276 (11364764)

SEI 93906.005954/2014-60 / pg. 227

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

1/2

05/06/2024, 14:30Imprensa Nacional - recibo de recebimento de ofício

21683482	ATO PORTARIA MCOM NA 13275.rtf	7c3938092e65d1e8a71fce72fa4b937a	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			175,00	R\$ 6.811,00



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/06/2024 | Edição: 107 | Seção: 1 | Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.275, DE 21 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?docNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Publicação Portaria 13275 (11366199)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 229

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Id solicitação: 57dbac3a83273

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (69) 3341-1148	E-mail: allygemelli@hotmail.com
CNPJ: 02.384.613/0001-03	Número do Fistel: 50401579328
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 11/04/2005	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 11/04/2025	
Observações: SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Potiguará	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 3420	
Município: Colorado do Oeste	UF: RO	CEP: 76993000

Endereço Correspondência		
Logradouro: Transcontinental	Complemento: Sala 04	
Bairro: Jotão	Numero: 938	
Município: Ji-Paraná	UF: RO	CEP: 76908287

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Av. Presidente Vargas, Esq. com Rua Seringueira, Q-077, SL4	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: s/n	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Av. Capitão Sílvia	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 661	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO	CEP: 76932000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Miguel do Guaporé	UF: RO

Parâmetros Técnicos			
Canal: 259	Frequência: 99.7 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 7.2689kW
HCI: 53 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/09/2015 original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara-leg.br/ProdNuxeo-75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Canal 259 FM - São Miguel do Guaporé - RO - Renovação (11560351)

SEI 33900.035954/2014-60 / pg. 230

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Informações Gerais	
Número da Estação: 689695276	Número Indicativo: ZYW303
Data Último Licenciamento: 18/09/2023	Número da Licença: 53500.074540/2023-50

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 11° 41' 6.00" S	Longitude: 62° 43' 5.00" W	Cota da base: 194.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 5000 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 70.00 m	Atenuação: 1.15 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: RFTFMCL4	Fabricante: RF - TELECOMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.93 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 90 °	Polarização: Circular	HCI: 53 m	ERP Máxima: 7.27 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.8	5°: 0.8	10°: 0.8	15°: 0.79	20°: 0.78	25°: 0.76	30°: 0.7	35°: 0.66	40°: 0.63	45°: 0.56	50°: 0.51	55°: 0.42
60°: 0.34	65°: 0.25	70°: 0.17	75°: 0.12	80°: 0.09	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0.09	110°: 0.13	115°: 0.18
120°: 0.26	125°: 0.39	130°: 0.49	135°: 0.63	140°: 0.67	145°: 0.82	150°: 0.91	155°: 0.98	160°: 1.05	165°: 1.21	170°: 1.29	175°: 1.35
180°: 1.41	185°: 1.47	190°: 1.51	195°: 1.56	200°: 1.72	205°: 1.72	210°: 1.72	215°: 1.77	220°: 1.77	225°: 1.8	230°: 1.83	235°: 1.75
240°: 1.7	245°: 1.47	250°: 1.38	255°: 1.37	260°: 1.34	265°: 1.26	270°: 1.16	275°: 1.07	280°: 1.01	285°: 0.82	290°: 0.78	295°: 0.72
300°: 0.61	305°: 0.6	310°: 0.55	315°: 0.54	320°: 0.54	325°: 0.54	330°: 0.55	335°: 0.57	340°: 0.58	345°: 0.63	350°: 0.67	355°: 0.73

Coordenadas por radial											
0°: Lat 11°33'4.63" S Lon 62°43'5" W	5°: Lat 11°3'3'20.64" S Lon 62°42'23.44" W	10°: Lat 11°33'49.31" S Lon 62°41'14.64" W	15°: Lat 11°33'53.1" S Lon 62°41'6.6" W	20°: Lat 11°33'55.93" S Lon 62°40'25.23" W	25°: Lat 11°34'6.91" S Lon 62°39'45.53" W	30°: Lat 11°34'0.88" S Lon 62°38'54.49" W	35°: Lat 11°34'23.88" S Lon 62°38'17.62" W	40°: Lat 11°35'11.74" S Lon 62°37'17.54" W	45°: Lat 11°35'25.57" S Lon 62°36'52.27" W	50°: Lat 11°35'59.56" S Lon 62°36'10.56" W	55°: Lat 11°36'21.66" S Lon 62°35'6" W
60°: Lat 11°36'53.37" S Lon 62°35'38.45" W	65°: Lat 11°37'42.47" S Lon 62°35'39.59" W	70°: Lat 11°38'31.01" S Lon 62°35'50.46" W	75°: Lat 11°39'8.68" S Lon 62°35'38.32" W	80°: Lat 11°39'51.38" S Lon 62°35'53.41" W	85°: Lat 11°40'26.01" S Lon 62°35'19.46" W	90°: Lat 11°41'5.9" S Lon 62°35'37.03" W	95°: Lat 11°41'46.19" S Lon 62°35'14.6" W	100°: Lat 11°42'30.3" S Lon 62°34'56.1" W	105°: Lat 11°43'9.25" S Lon 62°35'14.82" W	110°: Lat 11°44'0.25" S Lon 62°34'55.7" W	115°: Lat 11°44'43.35" S Lon 62°35'8.67" W
120°: Lat 11°45'13.71" S Lon 62°35'46.61" W	125°: Lat 11°45'44.74" S Lon 62°36'18.26" W	130°: Lat 11°46'27.53" S Lon 62°36'33.48" W	135°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°37'0.17" W	140°: Lat 11°47'32.86" S Lon 62°37'33.34" W	145°: Lat 11°47'55.81" S Lon 62°38'11.82" W	150°: Lat 11°48'35.7" S Lon 62°38'39.73" W	155°: Lat 11°48'52.33" S Lon 62°39'22.83" W	160°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°39'58.56" W	165°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°40'46.43" W	170°: Lat 11°49'14.06" S Lon 62°41'37.08" W	175°: Lat 11°49'38.6" S Lon 62°42'19.18" W
180°: Lat 11°49'59.53" S Lon 62°43'5" W	185°: Lat 11°49'33.88" S Lon 62°43'50.4" W	190°: Lat 11°49'9.39" S Lon 62°44'32.08" W	195°: Lat 11°49'32.18" S Lon 62°45'23.58" W	200°: Lat 11°49'27.34" S Lon 62°46'11.43" W	205°: Lat 11°49'0.92" S Lon 62°46'51.27" W	210°: Lat 11°48'27.49" S Lon 62°47'25.42" W	215°: Lat 11°48'3.58" S Lon 62°48'3.73" W	220°: Lat 11°47'36.49" S Lon 62°48'39.77" W	225°: Lat 11°47'3.08" S Lon 62°49'9.83" W	230°: Lat 11°46'36.68" S Lon 62°49'47.65" W	235°: Lat 11°46'11.92" S Lon 62°50'31.43" W
240°: Lat 11°45'35.03" S Lon 62°51'1.16" W	245°: Lat 11°44'53.37" S Lon 62°51'23.28" W	250°: Lat 11°44'9.97" S Lon 62°51'41.61" W	255°: Lat 11°43'22.73" S Lon 62°51'46.65" W	260°: Lat 11°42'36.05" S Lon 62°51'47.29" W	265°: Lat 11°41'50.31" S Lon 62°51'43.65" W	270°: Lat 11°41'5.87" S Lon 62°51'50.45" W	275°: Lat 11°40'20.6" S Lon 62°51'53.25" W	280°: Lat 11°39'33.21" S Lon 62°52'52.15" W	285°: Lat 11°38'46.55" S Lon 62°51'55.86" W	290°: Lat 11°38'5.02" S Lon 62°51'32.32" W	295°: Lat 11°37'30.43" S Lon 62°50'56.73" W
300°: Lat 11°36'58.11" S Lon 62°50'23.17" W	305°: Lat 11°36'27.1" S Lon 62°49'51.51" W	310°: Lat 11°35'53.47" S Lon 62°49'25.14" W	315°: Lat 11°35'18.86" S Lon 62°48'59.31" W	320°: Lat 11°34'46.3" S Lon 62°48'30.18" W	325°: Lat 11°34'19.99" S Lon 62°47'55.16" W	330°: Lat 11°33'56.77" S Lon 62°47'17.93" W	335°: Lat 11°33'45.41" S Lon 62°46'34.69" W	340°: Lat 11°33'47.02" S Lon 62°45'54.08" W	345°: Lat 11°33'39.35" S Lon 62°45'7.15" W	350°: Lat 11°33'25.96" S Lon 62°44'27.8" W	355°: Lat 11°33'1.74" S Lon 62°43'48.24" W

Distância por radial											
0°: 14.9	5°: 14.4	10°: 13.7	15°: 13.8	20°: 14.1	25°: 14.3	30°: 15.2	35°: 15.2	40°: 14.3	45°: 14.9	50°: 14.7	55°: 15.3
60°: 15.6	65°: 14.9	70°: 14	75°: 14	80°: 13.3	85°: 14.1	90°: 13.5	95°: 14.3	100°: 15	105°: 14.7	110°: 15.7	115°: 15.9



120º: 15.3	125º: 15	130º: 15.5	135º: 15.6	140º: 15.6	145º: 15.5	150º: 16	155º: 15.9	160º: 16.5	165º: 16.2	170º: 15.3	175º: 15.9
180º: 16.5	185º: 15.7	190º: 15.2	195º: 16.2	200º: 16.5	205º: 16.2	210º: 15.7	215º: 15.7	220º: 15.7	225º: 15.6	230º: 15.9	235º: 16.5
240º: 16.6	245º: 16.6	250º: 16.6	255º: 16.3	260º: 16	265º: 15.7	270º: 15.9	275º: 16	280º: 16.5	285º: 16.6	290º: 16.3	295º: 15.7
300º: 15.3	305º: 15	310º: 15	315º: 15.2	320º: 15.3	325º: 15.3	330º: 15.3	335º: 15	340º: 14.4	345º: 14.3	350º: 14.4	355º: 15

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.27 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	727	Portaria	MC	10/05/2002	15/05/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	808	Portaria	MC	26/09/2007	28/09/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	578	Decreto Legislativo	CN	18/08/2004	19/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	67992	Ato	CMPRL	19/10/2007	22/10/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.039296/2019-01	7607	Ato	ORLE	04/12/2019		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.066806/2023-91	10620218	Ato	ORLE	28/07/2023	14/08/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53900.035954/2014-60	13275	Portaria	MC	21/05/2024	06/06/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51478/2024/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11537144)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 8799/2024 (11529803), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 381/2024 (11537144), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 06/06/2024, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567349** e o código CRC **C33D56F5**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11567349



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 233

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Brasília, 7 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada em 6 de junho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxep=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Exposição de Motivos nº 00462/2024 MCOM (11568856)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 234

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 20299/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.035954/2014-60.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/06/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11568879** e o código CRC **A54FC69A**.

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11568879



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

Ofício 20299 (11568879)

SEI 53900.035954/2014-60 / pg. 235

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Brasília, 7 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8799/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada em 6 de junho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 02.384.613/0001-03), nos termos da Portaria nº 727, datada em 10 de maio de 2002, publicada em 15 de maio de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado em 19 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.	



maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica poderá ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

Prova de regularidade relativa à seguridade social
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Documento original eletrônico.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd=NUxwq=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 06/06/2024 1 Edição: 107 1 Seção: 11 Página: 14

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.275, DE 21 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal. na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53900.035954/2014-60, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, número de inscrição no FISTEL nº 50401579328, a partir de 11 de abril de 2015, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, Leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos Legais após deliberação do Congresso Nacional. nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8799/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53900.035954/2014-60

INTERESSADA: GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Gemelli Radiodifusão Ltda**, inscrita no CNPJ nº **02.384.613/0001-03**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, vinculado ao **FISTEL nº 50401579328**, referente ao período de 11 de abril de 2015 a 11 de abril de 2025.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/Nuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 1

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Cardoso & Fernandes Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 727, de 10 de maio de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2002 e Decreto Legislativo nº 578, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de agosto de 2004 (SEI 11527041 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de abril de 2005 (SEI 11527041 - Págs. 1-6). Posteriormente, por ocasião da 2ª alteração contratual, acostada aos autos, a denominação social foi alterada para **Gemelli Radiodifusão Ltda** (SEI 11530307).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **17 de dezembro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2015-2025** (SEI 0302155 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 11 de outubro de 2014 a 11 de janeiro de 2015.



8. Mister consignar que o requerimento inicial de renovação foi ratificado pelo atual representante legal da pessoa interessada (SEI 10806613 e 11474463). Em caso análogo, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações já se manifestou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 00060/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU. Veja-se:

"21. No caso, cabe observar o preceito contido no art. 662 do Código Civil, o qual confere efeito ex tunc (retroativo) ao ato de ratificação, in verbis:

'Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar.

Parágrafo único. A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.'

22. Ora, como se pode verificar na parte final do art. 662 e no seu parágrafo único, a Lei Civil privilegia o princípio da conservação do negócio jurídico ou do contrato ao expressar que o ato praticado por quem não tem mandato pode ser confirmado pelo mandante, principalmente nos casos em que a atuação daquele que agiu como mandatário lhe é benéfica.

23. Com efeito, considerando a ratificação expressa manifestada pelo mandante, deve-se dar a tal ato o efeito retroativo aludido no parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

24. Está sanada, assim, a suposta irregularidade na representação.

25. Não há óbice à aplicação do presente entendimento a casos que se enquadrem nos parâmetros aqui estabelecidos.

Pelo contrário, é recomendável que seja dado tratamento uniforme a situações similares, de modo a proporcionar isonomia e segurança jurídica na atuação do Poder Público.

(...)" (Grifamos)

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11219889). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de licença, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963.

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/docNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 3



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11219889).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de maio de 2024 (SEI 11527058 - Págs. 6-9).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em quatro localidades, quais sejam: Colorado do Oeste/RO, Ariquemes/RO, **São Miguel do Guaporé/RO** e Vilhena/RO, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Allysson Douglas Couto Gemelli e a sócia Jéssica Rosana Arnholdt Gemelli não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11527058 - Págs. 2-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11156679).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11219889).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11529807 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de

ção dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/doc/Nuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 4

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)



§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 18 de setembro de 2023, com validade até 11 de abril de 2025 (SEI 11527058 - Págs. 1 e 5).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de maio de 2024 (SEI 11527058 - Pág. 10). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11527058 - Págs. 11-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Miguel do Guaporé/RO, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11530241).

CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das

Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consultaNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 6



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 20/05/2024, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 20/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 20/05/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11529803** e o código CRC **BDE45059**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11529814)
- Minuta de Exposição de Motivos (11529815)

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

Documento nº 11529803



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consultaNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713> pg. 7

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 10 de junho de 2024.

Ao Protocolo da SAJ, SAG, CGINF, SE/CC,

Assunto: **Trata-se da renovação, outorgada à GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia.**

1. Encaminho a EXM 462 2024 MCOM, para análise e providências.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 10/06/2024, às 21:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5807277** e o código CRC **3C22C450** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SUPER nº 5807277



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.035954/2014-60

Nota SAJ - Radiodifusão nº 649 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA.
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.035954/2014-60

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.035954/2014-60, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA** CNPJ nº 02.384.613/0001-03, na localidade de **São Miguel do Guaporé/RO**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a **verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações**, no

as atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

Documento original eletrônico.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.035954/2014-60, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luq. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 23/07/2024, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 23/07/2024, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5885990** e o código CRC **52245566** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 672/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.035954/2014-60.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00462/2024 MCOM, de 7 de Junho de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Miguel do Guaporé (RO).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00462/2024 MCOM (5805410), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.035954/2014-60, acompanhado da [Portaria MCOM nº 13.275, de 21 de maio de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de abril de 2015, no município de São Miguel do Guaporé, estado de Rondônia, sem direito à exclusividade, para a empresa GEMELLI RADIODIFUSÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.384.613/0001-03, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (5805397), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 8799/2024/SEI-MCOM, de 20/05/2024 (5807273), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 23, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 20/05/2024 (5805399), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4], e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 02.384.613/0001-03
NOME EMPRESARIAL: GEMELLI RADIODIFUSAO LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: ALLYSSON DOUGLAS COUTO GEMELLI
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: JESSICA ROSANA ARNHOLDT GEMELLI
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 01/08/2024 às 11:44 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

IACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 27/09/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/09/2024, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 27/09/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5944879** e o código CRC **E13E7DBA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 5944879

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 23 de agosto de 2024.

Referência: Exposição de Motivos nº 462/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 23/08/2024, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6028885** e o código CRC **2874EE63** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 6028885



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

MENSAGEM Nº 1.234

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2024, que renova, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão anteriormente conferida à Gemelli Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Brasília, 3 de outubro de 2024.



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>



75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6136704) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 04/10/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6136920** e o código CRC **BC49CD59** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 6136920

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2024, que renova, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão anteriormente conferida à Gemelli Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.234, de 3 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2024, que renova, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão anteriormente conferida à Gemelli Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 04/10/2024, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 04/10/2024, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138420** e o código CRC **C21F7531** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Secretaria Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 04 de outubro de 2024.

À Chefia de Gabinete da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ.

Assunto: **Encerramento e arquivamento do Processo nº 53900.035954/2014-60.**

Considerando que a análise jurídica relativa ao ato já foi realizada, com a consequente assinatura da respectiva Mensagem ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República e publicação do ato no Diário Oficial da União, encaminha-se o Processo SEI nº 53900.035954/2014-60, para encerramento, arquivamento e demais providências cabíveis.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 04/10/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138703** e o código CRC **F47D1AD5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1346/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.275, de 21 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2024, que renova, a partir de 11 de abril de 2015, a permissão anteriormente conferida à Gemelli Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/10/2024, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6138861** e o código CRC **90CE3035** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.035954/2014-60

SEI nº 6138861

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Documento original eletrônico.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713>

75a98b86-9f05-4500-8cb2-d80158a16713